

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

ROBERTA DIAS DE MORAES RIBEIRO

**A GESTÃO DE CONFLITOS DOS USOS DA ÁGUA EM
BROTAS/SP SOB A PERSPECTIVA DO TURISMO E DA
SUSTENTABILIDADE**

**SÃO CARLOS -SP
[2023]**

ROBERTA DIAS DE MORAES RIBEIRO

A GESTÃO DE CONFLITOS DOS USOS DA ÁGUA EM
BROTAS/SP SOB A PERSPECTIVA DO TURISMO E DA
SUSTENTABILIDADE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor(a) em Ciências Ambientais¹.

Orientador(a): Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai

São Carlos-SP
[2023]

¹ Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Ribeiro, Roberta Dias de Moraes

A gestão de conflitos dos usos da água em Brotas/SP sob a perspectiva do turismo e da sustentabilidade / Roberta Dias de Moraes Ribeiro -- 2023.
116f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Frederico Yuri Hanai

Banca Examinadora: Danielli Cristina Granado Romero, Vinicius Perez Dictoro, Wilson Martins Lopes Junior, Denilson Teixeira

Bibliografia

1. Conflitos dos usos da água. 2. Gestão de recursos hídricos. 3. Turismo sustentável em Brotas/SP. I. Ribeiro, Roberta Dias de Moraes. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Roberta Dias de Moraes Ribeiro, realizada em 31/08/2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai (UFSCar)

Prof. Dr. Vinicius Perez Dictoro (USP)

Profa. Dra. Danielli Cristina Granado Romero (UNESP)

Prof. Dr. Wilson Martins Lopes Junior (UFF)

Prof. Dr. Denilson Teixeira (UFG)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais.

DEDICATÓRIA

Ao Rogério Herzer (in memorian), por todo acolhimento, incentivo e ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pelo apoio incondicional, por todo amor e ensinamentos. Você é meu maior exemplo de honestidade, persistência, fé e amor. Te amo!

À minha família, em especial meu irmão Gabriel que, sem perceber ou se esforçar, me faz querer ser alguém melhor.

À Dinorah, por toda ajuda ao longo do caminho.

Ao meu companheiro, amigo, confidente, marido, amor, Rodrigo Herzer, por me fazer ser forte, mesmo quando não tenho forças, por ser meu porto seguro, e motivo de alegria. Com você divido tudo que tenho de melhor, e te escolho para sempre.

Ao meu orientador, professor Frederico Yuri Hanai, por toda atenção, cuidado, zelo, disponibilidade, dedicação, motivação, amizade, e orientações ao longo dos últimos anos. Obrigada por nos mostrar como a vida acadêmica pode ser leve quando se há vontade, carinho, e, sobretudo, respeito pela profissão e pelas pessoas.

Aos docentes do programa de pós-graduação em Ciências Ambientais da UFSCar, pelos compartilhamentos de conhecimento durante as disciplinas e pesquisas realizadas. E ao Vinícius Freitas, assistente administrativo do Programa, por toda sua pronta ajuda, suporte e competência para com nossas atividades administrativas.

Aos docentes membros da banca, Danielli Cristina Granado Romero; Vinícius Perez Dictoro; Wilson Martins Lopes Júnior; e Denilson Teixeira, pelo aceite em fazer parte desse momento em minha pequena trajetória acadêmica, assim como por suas excelentes contribuições.

Aos colegas da turma 2019, por compartilhar momentos e experiências incríveis durante as disciplinas.

Aos colegas e amigos do grupo de pesquisa Sustentina, Regina, Fernanda, Margarita, Priscila, Milena, Denici, Cecília, Homel, Sidnei, Natália, Maurício, e Vinícius, por todas as trocas, aprendizado e amizade.

Aos amigos: Regina Célia Nascimento, por sua amizade, pelo apoio e por todas as risadas fáceis. Tivemos um encontro de almas e irei perseverar para que seja pra sempre.. Ah, e não posso deixar de mencionar Dona Mainha, a querida que só transmite alegria por onde passa. Marcos Navarro, por estar sempre presente, mesmo na distância. Fernanda Vale, minha companheira sorocabana, de coração, por todo suporte, amizade e troca. Estarei aqui por você, conte comigo. E, Margarita Orozco por toda sua dedicação e parceria sem hesitações. Vocês, com certeza, foram um dos melhores presentes que o PPGCAM me deu, e essenciais para que eu conseguisse seguir adiante, obrigada por tanto!

Aos membros da gestão pública municipal de Brotas, em especial o secretário e aos demais colaboradores da Secretaria Municipal de Turismo da Estância Turística de Brotas que se aceitaram participar das entrevistas e corroboram com os resultados da tese. Bem como, aos demais participantes das entrevistas que prontamente compartilharam suas experiências e opiniões.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“As tragédias verdadeiras no mundo não são conflitos entre o certo e o errado. São conflitos entre dois direitos.”

(Georg Wihelm Friedrich Hegel)

RESUMO

O município de Brotas, localizado no interior de São Paulo, pelo fato de possuir recursos hídricos próprios para balneabilidade, vegetação e paisagens naturais (recebendo o título de Estância Turística Paulista), é reconhecido como a capital nacional do turismo de aventura, sendo uma referência nacional em ecoturismo. Trata-se de um município importante para a atividade turística no país, bem como relevante para as pesquisas que abordam o turismo em áreas naturais e os conflitos de sua gestão, já que Brotas tem sua economia pautada predominantemente na área agrícola, impactando diretamente em seus recursos hídricos, existindo conflitos de interesses para atender à diversidade de demandas pelas suas atividades econômicas. Dessa forma, o objetivo da pesquisa é analisar os conflitos do uso da água em Brotas/SP, sob a perspectiva dos enlaces entre turismo e sustentabilidade. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca das temáticas sobre: Brotas/SP; turismo em ambientes aquáticos; atividade agrícola e seus impactos nos recursos hídricos; gestão de conflitos de uso da água, fazendo um estado da arte das publicações já existentes. Além disso, entrevistas estruturadas foram realizadas com o poder público municipal, gestores, representantes sociais e com as empresas turísticas do município, buscando compreender como a gestão de conflitos pode auxiliar na minimização dos impactos negativos derivados do turismo, assim como corroborar para que a gestão do turismo municipal caminhe na direção do desenvolvimento sustentável. Identificou-se que discussões acerca dos conflitos pelos usos das águas em Brotas estão sendo documentados nas atas do CBH-TJ, evidenciando a necessidade de se traçar ações, programas e projetos que visem a resolução destes conflitos, já que as estratégias de gestão de conflitos que existem atualmente em Brotas são fundamentadas na estratégia de competição. Concluiu-se que a gestão de conflitos é uma ferramenta que busca auxiliar na resolução de problemas, aproximar as pessoas envolvidas por meio da comunicação, e atender as demandas de todos os atores envolvidos de forma que todos sejam contemplados. Todavia, para aderir a essa ferramenta em Brotas é necessário que haja disposição, interesse, disponibilidade e estar aberto a negociação e diálogo. Também é necessário que haja um mediador que tenha habilidades para diagnosticar a natureza do conflito; envolver-se no conflito; escutar e resolver o problema.

Palavras-Chave: Conflitos dos Usos da Água; Gestão de Recursos Hídricos; Turismo Sustentável; Brotas/SP; Mediação de Conflito.

ABSTRACT

The city of Brotas, located in the interior of São Paulo, due to the fact that it has its own water resources for bathing, vegetation and natural landscapes (receiving the title of Estancia Turística Paulista), is recognized as the national capital of adventure tourism, being a national reference in ecotourism. It is an important municipality for tourism activity in the country, as well as relevant for research that addresses tourism in natural areas and the conflicts of its management, since Brotas has its economy based predominantly on the agricultural area, directly impacting on its water resources, with conflicts of interest to meet the diversity of demands for its economic activities. Thus, the objective of the research is to analyze the conflicts of water use in Brotas/SP, from the perspective of the links between tourism and sustainability. To this end, a bibliographic research was carried out on the themes on: Brotas/SP; tourism in aquatic environments; agricultural activity and its impacts. In addition, structured interviews were conducted with the municipal government, managers, social representatives and with the tourist companies of the municipality, seeking to understand how conflict management can help minimize the negative impacts derived from tourism, as well as corroborate so that the management of municipal tourism moves in the direction of sustainable development. on water resources; management of water use conflicts, making a state of the art of existing publications. It was identified that discussions about the conflicts over the use of water in Brotas are being documented in the minutes of the CBH-TJ, evidencing the need to outline actions, programs and projects aimed at resolving these conflicts, since the conflict management strategies that currently exist in Brotas are based on the competition strategy. It was concluded that conflict management is a tool that seeks to assist in problem solving, bring together the people involved through communication, and meet the demands of all actors involved so that all are contemplated. However, to adhere to this tool in Brotas it is necessary that there is willingness, interest, availability and be open to negotiation and dialogue. There also needs to be a mediator who has the skills to diagnose the nature of the conflict; getting involved in the conflict; listen and solve the problem.

Key words: Water Use Conflicts; Water Resources Management; Sustainable tourism; Brotas/SP; Conflict Mediation.

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 1	Figura 1 – Organograma das questões da pesquisa e respectivas temáticas e indicações investigadas.	
Capítulo 1	Figura 2 – Organograma sobre os processos metodológicos empregados em cada capítulo da tese.	
Capítulo 1	Figura 3 – Retirada de água no Brasil em 2019 (ANA, 2019)	
Capítulo 6	Figura 4 - Mapa de localização de Brotas/SP	
Capítulo 6	Figura 5 - Mapa de localização de Brotas/SP e municípios limítrofes	
Capítulo 6	Figura 6 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Jacaré-Pepira	
Capítulo 6	Figura 7 - Avaliação do TripAdvisor para Alaya	
Capítulo 6	Figura 8 - Avaliação do TripAdvisor para EcoAção	
Capítulo 6	Figura 9 - Mapa de localização de Brotas/SP e as Unidades	
Capítulo 6	Figura 10 - Fluxograma das tipologias de conflitos	
Capítulo 6	Figura 11 - Fluxograma das categorias de conflitos de interesse	

LISTA DE QUADROS

Capítulo 5	Quadro 1. Correlações diretas e indiretas entre o turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e os desafios para gestão do turismo	
Capítulo 6	Quadro 2. Perfil dos entrevistados	

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional das Águas
CBH	Comitês de Bacia Hidrográfica
CBH-TJ	Comitê de Bacia Hidrográfica - Tietê Jacaré
CDI	Conflitos de Interesse
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PETAR	Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PP	Políticas Públicas
PPTur	Políticas Públicas de Turismo
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SUSTENTA	Sustentabilidade e Gestão Ambiental
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UC	Unidades de Conservação
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVAS, PRESSUPOSTOS, OBJETIVOS E METODOLOGIA DA PESQUISA	17
INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS	17
QUESTÕES DA PESQUISA	21
PRESSUPOSTOS DA PESQUISA	22
OBJETIVOS	23
MATERIAL E MÉTODO	23
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	24
ESTRUTURA DA TESE	27
REFERÊNCIAS	28
CAPÍTULO 2. ABORDAGENS E ESTRATÉGIAS DA GESTÃO DE CONFLITOS	30
2.1 OBJETIVO	30
2.2 CONFLITOS: CONCEITOS E TIPOLOGIAS	30
2.3 ATIVIDADE TURÍSTICA E OS CONFLITOS	35
2.4 GESTÃO DE CONFLITOS	38
REFERÊNCIAS	41
CAPÍTULO 3. RECURSOS HÍDRICOS E CONFLITOS NO BRASIL	44
3.1 OBJETIVO	44
3.2 CENÁRIO ATUAL DAS ÁGUAS NO BRASIL	44
3.3 USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA E CONFLITOS NO BRASIL	46
3.4 PNRH	49
REFERÊNCIAS	51
CAPÍTULO 4. LAZER E TURISMO: APROXIMAÇÕES COM A ÁGUA	54
OBJETIVO	54
4.1 TURISMO E LAZER	54
4.2 LAZER E ÁGUA: CONTEXTO HISTÓRICO	57
4.3 ÁGUA E ECOTURISMO	59
4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL	62
REFERÊNCIAS	65

CAPÍTULO 5. SUSTENTABILIDADE, AGENDA 2030 E TURISMO: CORRELAÇÕES E DESAFIOS	67
5.1 OBJETIVO	67
5.2 MATERIAL E MÉTODO	67
5.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	68
5.3.1 QUESTÕES INICIAIS SOBRE O TURISMO	68
5.3.2 SUSTENTABILIDADE, ATIVIDADE TURÍSTICA E SUAS APROXIMAÇÕES	70
5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	82
CAPÍTULO 6. O CONFLITO DO USO DE ÁGUA E TURISMO EM BROTAS/SP	85
6.1 OBJETIVO	85
6.2 MÉTODOS	85
6.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BROTAS	86
6.3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE BROTAS/SP	89
6.3.2 A ATIVIDADE TURÍSTICAS EM BROTAS	91
6.3.3 AGÊNCIAS DE TURISMO EM BROTAS	93
6.3.4 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS	94
6.3.5 GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TURISMO	98
6.3.6 GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TURISMO EM BROTAS/SP	99
6.3.7 COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA: TIETÊ JACARÉ	101
6.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	104
6.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	109
CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE	111
APÊNDICE	114
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	115
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE	115

TRAJETÓRIA ACADÊMICA DA AUTORA

Em 2009, ingressei no curso superior de graduação denominado Bacharelado em Turismo, na nona turma oferecida pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Ainda cursando o primeiro período, na disciplina de Ecologia, despertou o meu interesse em pesquisar mais assuntos que relacionassem a água e o Turismo. Diante do convite da professora Dra. Danielli Cristina Granado Romero (responsável pela disciplina de Ecologia), começamos a nos reunir e desenvolver projetos de extensão de avaliação da qualidade da água no Rio Paraná. Em sequência, participei de outro projeto de extensão que tratava dos escolares do 6º ano do ensino fundamental e suas percepções sobre a água dos Rios Paraná e Paranapanema.

No ano de 2012, ainda em parceria com a professora Danielli, desenvolvemos uma iniciação científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que teve como objetivo avaliar os atrativos turísticos, balneários, de Rosana e Presidente Epitácio/SP. A iniciação científica foi fundamental para que eu me motivasse a continuar com as pesquisas acadêmicas e almejasse seguir a área docente.

Assim que finalizei minha graduação, ingressei no mestrado no programa de pós-graduação em Ciências, com ênfase em Turismo, na Universidade de São Paulo (USP). Decidi que deveria continuar pesquisando os balneários de Rosana e Presidente Epitácio/SP, mas agora incrementando o lazer, políticas públicas, turismo e água, sob a orientação do professor Dr. Edmur Antonio Stoppa, que tem formação em Educação Física. Ainda no mestrado, pude cursar disciplinas na Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio de um intercâmbio interno.

Em 2017 tive a oportunidade de dar início ao curso de pós-graduação, lato sensu, em Gestão Pública Municipal, pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em que continuei a trabalhar com o lazer, mas agora nas secretarias municipais das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo.

No anseio de continuar com as pesquisas com todas as temáticas que eu já tinha me envolvido, procurei por um programa de pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na área ambiental que pudesse me dar suporte para tratar do recurso hídrico como cerne da pesquisa. Em 2019 encontrei o professor Dr. Frederico Yuri Hanai, no programa de que se mostrou ser a pessoa perfeita para que eu pudesse dialogar com as temáticas de água, turismo, gestão pública municipal, e posteriormente, gestão de conflitos.

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVAS, PRESSUPOSTOS, OBJETIVOS E METODOLOGIA DA PESQUISA

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS

Um dos assuntos que mais tem ganhado espaço nas discussões dentro da academia nos dias atuais é a sustentabilidade, sendo um tema que tende a se estender para períodos futuros. Assim como afirmam Cardoso; Mueller (2020); Ignacy Sachs (2007, 2012); e Bellen; Petrassi (2016), o que se espera é que os estudos sobre a sustentabilidade caminhem na direção de questões pertinentes a erradicação da fome e pobreza, e na diminuição de conflitos e nas diversas atividades humanas junto ao desenvolvimento sustentável.

Os impactos causados pelas atividades humanas têm causado preocupações em todas as áreas do conhecimento, uma vez que chegamos a um ponto em que não há como recuperar alguns danos, pois se tornaram irreversíveis. Apesar disso, Feil; Schreiber; Tundisi (2015) explicam que ainda é desafiador para muitos estudiosos entenderem isso devido às suas características complexas que abrangem os sistemas ambientais e humanos, e estes estão em transformações contínuas, ou seja, a sustentabilidade não pode ser definida de forma absoluta.

A complexidade da sustentabilidade imprime uma necessidade em buscar novas concepções, abordagens e reflexões em todas as dimensões que estão ligadas às atividades humanas, sobretudo nas que utilizam os ambientes e recursos naturais como matéria-prima para seu desenvolvimento.

O turismo é uma das atividades que geram impactos onde ocorre, pois se utiliza de recursos e dos espaços como atrativos turísticos, modificando a paisagem, interferindo na cultura e na identidade local, servindo como suporte para economia de uma região, mesmo que em épocas sazonais, e influencia as políticas públicas, sobretudo as municipais, trazendo a gestão pública para o centro das discussões que envolvem a atividade.

Um dos principais atrativos para turistas que buscam diversão e descanso são reservas de águas, sejam elas naturais ou artificiais. O contato com a água, belas paisagens naturais, a liberdade e o calor são elementos que estão entre os motivadores dos turistas para se deslocarem de um lugar para outro. Dentre as preferências dos turistas, pode-se citar as praias, os rios, lagos, barragens, reservatórios, balneários, cachoeiras, dentre outras (ANA, 2005). Como impacta, positiva e negativamente, em

todos os âmbitos da vida do ser humano, o turismo precisa caminhar na direção de exercer uma gestão de atividades que estejam alinhadas ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como enfoque a gestão sustentável do turismo, considerando sua relevância para o desenvolvimento dos destinos turísticos em seus aspectos da sustentabilidade, assim como também para a conservação da água - importantes atrativos turísticos no Brasil. Sob a ótica da sustentabilidade, este estudo, intitulado: “A GESTÃO DE CONFLITOS DOS USOS DA ÁGUA EM BROTAS/SP SOB A PERSPECTIVA DO TURISMO E DA SUSTENTABILIDADE”, tem como intuito analisar os conflitos pelos usos da água no município de Brotas, localizado no interior do estado de São Paulo, bem como entender como os atores envolvidos na atividade turística percebem e lidam com os conflitos e desafios existentes, buscando proposições para a sua gestão.

A gestão de conflitos se apresenta como uma importante ferramenta para o diálogo e para resolução de problemas estruturais e comportamentais dentro das relações humanas. Quando se envolve atividades econômicas e/ou recursos naturais, os interesses de cada setor (seja da gestão pública, iniciativa privada, ou individual) passam a ser conflitantes por manter objetivos diferentes para a mesma problemática. A atividade turística, por manter relações próximas entre tais setores, e por se utilizar dos recursos naturais, como a água, acaba gerando conflitos que perduram anos entre os atores envolvidos com a atividade, e que quando não resolvidos podem gerar impactos negativos, sobretudo, para o ambiente natural, causando um desequilíbrio nas dimensões da sustentabilidade.

Nesse sentido, esse trabalho tem o propósito também de auxiliar as tomadas de decisão a respeito do uso das águas em Brotas, aproximando a gestão pública municipal, os empreendimentos turísticos (agências de viagens, hotéis, restaurantes, entre outros) e os demais envolvidos nos conflitos existentes (agroindústria, usina de etanol e açúcar, Comitê da Bacia Hidrográfica Jacaré-Tietê), para que os desafios de gestão de conflitos sejam abordados de forma integrada e participativa, em que as soluções sejam alcançadas para todos os setores, de forma sustentável.

As discussões e reflexões deste estudo se baseiam na gestão sustentável do turismo, a fim de minimizar os impactos negativos da atividade e os conflitos existentes, e maximizar os positivos. Além disso, a pesquisa correlacionou os objetivos de desenvolvimento sustentável com a atividade turística, sendo possível pensar em caminhos para o planejamento como ferramenta de aproximar os demais setores da

economia em prol de garantir a qualidade de vida junto a conservação dos ambientes naturais.

O ser humano não consegue viver sozinho, isolado, sem ninguém para dividir sua rotina. As pessoas necessitam do contato humano para realizar trocas motivacionais, compartilhar situações e momentos, sonhar e realizar desejos, entre outros, ou seja, estabelecer diferentes relações interpessoais por meio da comunicação. Por outro lado, as relações interpessoais não se resumem em apenas manter contato entre indivíduos, se trata de um complexo conjunto de atitudes e estado de espírito, que podem caminhar pelo viés da harmonia e cooperação, ou ainda pelo viés do conflito (LEAL, 2009).

Mais do que saber identificar um conflito, para que seja possível superá-lo, é imprescindível saber lidar com eles, isto é, saber gerenciá-los por meio da gestão de conflitos. A gestão de conflitos se caracteriza como um conjunto de ações integradas para identificar conflitos e buscar soluções que visam a colaboração, prevenção e correção dos conflitos (CAVAGNOLI, 2002).

Quando se trata de atividades econômicas, a gestão de conflitos permeia pelos conflitos de interesse, uma vez que ocorre diante de atores e organizações diferentes com interesses em comum, mas com objetivos diferentes. A atividade turística, por exemplo, é uma atividade que, corriqueiramente, acaba causando conflitos onde se insere, já que se utiliza da paisagem, dos recursos naturais, e dos patrimônios como atrativos turísticos.

No Brasil, um dos recursos naturais que mais é utilizado pela atividade turística como atrativo, e que causa conflitos, é a água. Por conta da balneabilidade e da opção de lazer que os recursos hídricos brasileiros oferecem aos turistas, as relações que envolvem o turismo e a água precisam de estudos que tragam contribuições acerca das estratégias em gestão de conflitos, buscando analisar como os conflitos são compreendidos pelos diferentes envolvidos e como podem se alinhar a fim de conseguir estabelecer diretrizes que melhorem os processos de tomadas da decisão.

Por manter uma relação próxima com a água, e pelo fato de a água ser um bem vital, essencial e escasso, a gestão de conflitos precisa considerar também a sustentabilidade como questão norteadora em seus processos de tomada de decisão.

Como é um assunto atual e que está em ascensão, a sustentabilidade e os ODS precisam ser estudados pela ótica do turismo, visto que a proximidade entre eles é intensa e difundida pelo país todo. No Brasil, o turismo em áreas litorâneas, chamado “sol e praia” é o segmento que mais movimenta o mercado turístico. Com cerca de 8.000 km de costa, este segmento é extremamente difundido no país e atrai tanto turistas nacionais quanto estrangeiros (ANA, 2005, p. 11).

A partir da identificação da proximidade que a atividade turística tem com a água, a ANA, em 2005, elaborou um estudo intitulado “O turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos”, que identificou os tipos de turismo mais relacionados aos recursos hídricos. O trabalho identificou os principais tipos de turismo atrelados à água, apontando: o turismo desenvolvido em toda a extensão do litoral brasileiro; o turismo ecológico e pesqueiro e o turismo e lazer em lagos e reservatórios interiores, como barragens, por exemplo.

Devido à relação próxima entre a água e o turismo, diversos conflitos acabam sendo gerados por conta da má gestão da atividade e implicam de forma negativa em um dos lados desse relacionamento. O turismo é afetado inicialmente, e, sobretudo, economicamente, já que se trata de uma atividade econômica e que estabelece como prioridade a geração de lucros. A água é impactada, diante de um conflito do seu uso, tanto na quantidade da água, como em sua qualidade. Nesse sentido, quando as estratégias da gestão de conflitos não conseguem instituir comunicação entre os interessados, a dificuldade em se encontrar soluções fica, cada vez mais, difícil.

A gestão pública municipal tem papel fundamental na mediação dos conflitos existentes na relação turismo e água, pois é ela que tem o conhecimento dos objetivos das atividades econômicas e ambientais do município, assim como é responsabilidade dela mediar também, as necessidades sociais da comunidade local.

Esta é a situação também do município de Brotas, localizado no interior de São Paulo, que está situado na bacia hidrográfica do Jacaré-Tietê, e tem o título de capital nacional de aventura e ecoturismo, pelo fato de oferecer atividades de aventura e ecoturismo, em sua maior, nas águas do Rio Jacaré-Pepira. Por ter o turismo como uma das principais atividades econômicas, a gestão municipal de turismo de Brotas/SP tem o desafio de mediar os conflitos dos usos da água do município, dado que a atividade econômica do agronegócio é o outro setor que depende da água para seu desenvolvimento e mantém confronto direto com a atividade turística, principalmente, nas épocas de seca. Entre os meses de julho e setembro, quando o rio está com nível de água mais baixo do que seu normal, algumas atividades turísticas precisam ser reagendadas ou desmarcadas, impactando diretamente na geração de emprego, distribuição de renda, e lazer do município. É nessa época também que o agronegócio precisa realizar a retirada da água para irrigação, que é realizada por meio das retiradas de águas superficiais outorgadas.

A gestão de conflitos tende a buscar o diálogo entre as partes envolvidas, almejando que todos sejam beneficiados por estas relações, assim como apresenta

estratégias que desenvolvam habilidades importantes para solução de problemas. Por se tratar de uma atividade que insiste no conflito dentro das relações com as demais atividades existentes, é necessário identificar as motivações dos conflitos existentes, para que se entenda como estes problemas acontecem e se repetem.

Pensando na continuidade da atividade turística, a longo prazo, diante dos conflitos de uso da água que ocorrem Brotas/SP, além de identificar e adotar a gestão de conflitos, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) aparecem como uma forma de dar suporte para que a sustentabilidade seja tema do planejamento e gestão do turismo municipal no município, uma vez que o turismo impacta direta e indiretamente as dimensões econômica, social, ambiental, política e territorial. Nesse sentido, os ODS, aliado à gestão de conflitos, podem explorar caminhos para que a atividade turística em Brotas/SP se desenvolva de forma sustentável, e ainda auxiliar as demais atividades econômicas do município, considerando a garantia de que os recursos hídricos não sejam comprometidos quantitativa e qualitativamente.

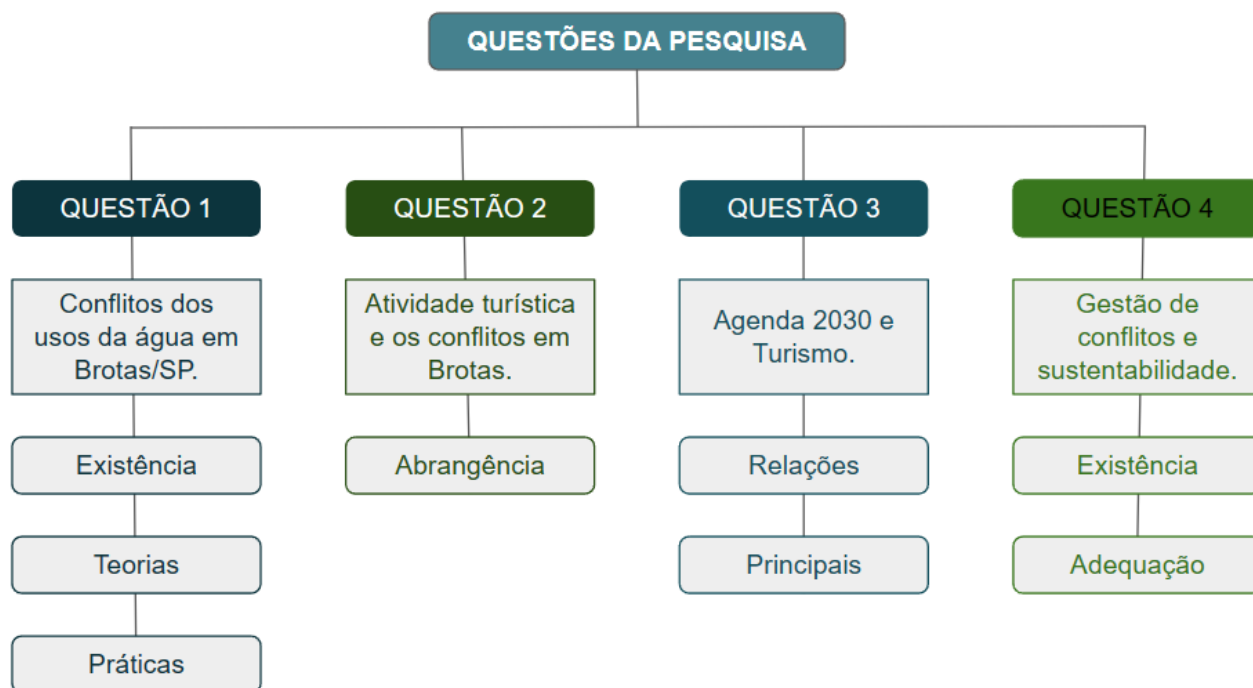
QUESTÕES DA PESQUISA

A partir do contexto e da problemática apresentados, as seguintes questões são pertinentes a essa pesquisa:

1. Quais são os principais conflitos existentes atualmente dos usos da água entre as atividades econômicas (turismo, agronegócio, usina de açúcar e álcool), e suas consequências com relação à atividade turística, no município de Brotas/SP?
2. Quais as implicações da atividade turística dentro desses conflitos? E como se porta a gestão pública municipal como mediador e representante pública dos conflitos?
3. A agenda 2030 da ONU pode ser correlacionada ao turismo, visando minimizar os impactos negativos da atividade e, também, os conflitos dos usos da água em seu desenvolvimento?
4. Como a gestão de conflitos pode auxiliar na minimização dos impactos negativos derivados do turismo, assim como corroborar para que a gestão do turismo municipal caminhe na direção da sustentabilidade.

A figura a seguir (figura 1) apresenta o quadro com a síntese das questões da pesquisa, com as respectivas temáticas principais investigadas.

Figura 1 – Organograma das questões da pesquisa e respectivas temáticas e indicações investigadas.



Fonte: Elaboração dos autores (2023).

PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

Os pressupostos desta pesquisa se apresentam da seguinte forma:

1. Existem conflitos diretos relacionados aos usos da água do Rio Jacaré-Tietê em Brotas, que impactam as atividades econômicas do município;
2. A gestão pública municipal de Brotas enfrenta pressões para mediar tais conflitos, e tem desafios para com a gestão futura da atividade turística – marca principal de Brotas;
3. É necessário absorver e relacionar os objetivos de desenvolvimento sustentável para o desenvolvimento do turismo em âmbito municipal, para que os impactos dessa relação sejam positivos e todos os aspectos da sustentabilidade sejam alcançados;

4. A gestão de conflitos do uso da água, considerando os aspectos da sustentabilidade envolvidos, pode subsidiar o desenvolvimento da atividade turística em Brotas/SP.

OBJETIVOS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar os conflitos dos usos da água no município de Brotas/SP, sob a perspectiva dos enlaces entre turismo e a sustentabilidade, assim como compreender como os atores envolvidos na atividade turística percebem e lidam com os conflitos existentes, buscando proposições para a sua gestão.

Para o desenvolvimento do objetivo geral, foram definidos três objetivos específicos:

1. Identificar e avaliar os conflitos atualmente existentes dos usos da água em Brotas/SP e as consequências diretas aos aspectos da sustentabilidade;
2. Compreender as principais correlações entre turismo e sustentabilidade que contribuem com a gestão da água em Brotas/SP;
3. Subsidiar propostas e ações baseadas na gestão de conflitos para tomada de decisões sobre a coexistência da atividade turística com interesses públicos e privados dos usos da água.

MATERIAL E MÉTODO

Enquanto natureza do trabalho, a presente pesquisa tem caráter exploratório e aplicado. De acordo com Gil (2002), a pesquisa aplicada tem como característica essencial o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos e, para Barros e Lehfeld (2000, p. 78), “[...]a pesquisa aplicada tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados, com o objetivo de contribuir para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade”. Nesse sentido, este estudo tem como finalidade apresentar uma análise dos conflitos pelos usos das águas em Brotas/SP, a fim explorar possibilidades para a atividade turística junto aos aspectos da sustentabilidade: social, ambiental, econômico, político, territorial.

Diante dos objetivos apresentados, a pesquisa está estruturada em quatro etapas metodológicas que se complementam: 1) Revisão da literatura e embasamento teórico;

- 2) Levantamento bibliográfico sobre as relações entre a água e a atividade turística; 3) Identificação e análise das correlações entre o turismo, a água e a sustentabilidade; 4) Identificação e análise dos conflitos existentes dos usos das águas em Brotas/SP; e 5) Proposição de Diretrizes e Perspectivas da gestão turística municipal de Brotas/SP .

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA COLETA DE DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

1. REVISÃO DA LITERATURA E EMBASAMENTO TEÓRICO

Nesta primeira etapa foi realizada a revisão da literatura objetivando refinar e adentrar os conhecimentos e conceitos relacionados aos conflitos do uso da água e o turismo. Esta etapa subsidiou o embasamento teórico e conceitual sobre os temas referentes ao cenário das águas no Brasil relacionados aos conflitos do uso da água: turismo, sustentabilidade, gestão pública municipal, e Agenda 2030.

Enquanto procedimentos para coleta de dados, foi utilizada a combinação da Pesquisa Bibliográfica e Documental - elaboradas a partir de material já publicado, tais como livros e obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação, leis, políticas, resoluções e deliberações relativas aos objetivos da pesquisa, que foram localizados nas bases de dados, bibliotecas e páginas da *internet* – com um Estudo de Caso. Triviños (2013) pondera o estudo de caso como um método de análise de uma unidade particular de forma aprofundada. Nessa abordagem é necessário um completo suporte teórico que oriente o trabalho do investigador. Para tanto, utilizou-se nesta pesquisa o estudo de caso histórico-organizador, que o autor define como aquele com foco na vida de uma instituição ou unidade, utilizando-se de documentos, publicações e demais registros para melhor compreendê-la.

2. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ÁGUA E A ATIVIDADE TURÍSTICA E GESTÃO DE CONFLITOS

Na segunda etapa da pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa, que segundo Veal (2011), coleta informações densas e emergentes à observação, sujeitas à análise subjetiva e indutiva do pesquisador e, de acordo com Walle (1997) pode ser utilizada para a geração de novas informações sobre determinada temática ou objeto e para a proposição de teorias, construtos e conceitos que poderão ser aproveitados e testados posteriormente por pesquisas quantitativas. O caráter da pesquisa foi exploratório, que para Gil (2008) apresenta uma visão geral sobre determinada temática ou fenômeno, identifica variáveis e formulam problemas e hipóteses para estudos posteriores. As pesquisas qualitativas e exploratórias buscam uma análise do fenômeno, bem como criar mais familiaridade com o problema proposto. Utilizou-se também o método dedutivo, que parte de leis gerais para chegar a particulares (BIANCHI, 2003). Nesta etapa, identificaram-se as principais relações entre a água e a atividade turística no Brasil. O procedimento metodológico utilizado foi o da revisão bibliográfica de artigos científicos, teses, monografias e livros relacionados à temática, e publicados a partir da década de 1990, década em que o turismo se expandiu e recebeu incentivos públicos para seu desenvolvimento no Brasil. Concomitante à revisão bibliográfica, buscou-se um aporte crítico e reflexivo sobre as leituras bibliográficas selecionadas, com a finalidade de se identificar os principais impactos, conflitos, e desafios para a coexistência da atividade turística em regiões que possuem a água como elemento principal dos atrativos turísticos e de motivação das viagens.

3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS CORRELAÇÕES ENTRE O TURISMO, A ÁGUA E A SUSTENTABILIDADE

A terceira etapa da pesquisa também foi desenvolvida por meio da abordagem qualitativa, com caráter exploratório (BIANCHI, 2003). Nesta etapa, identificaram-se as correlações entre turismo, água, sustentabilidade e a Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas). Assim como na etapa 2, utilizou-se como procedimento metodológico a revisão bibliográfica de artigos científicos, teses, monografias e livros, relacionados às temáticas, buscando estabelecer uma reflexão e elaborar quadros explicativos sobre as correlações do turismo, a sustentabilidade e os desafios da gestão do turismo para com a Agenda 2030.

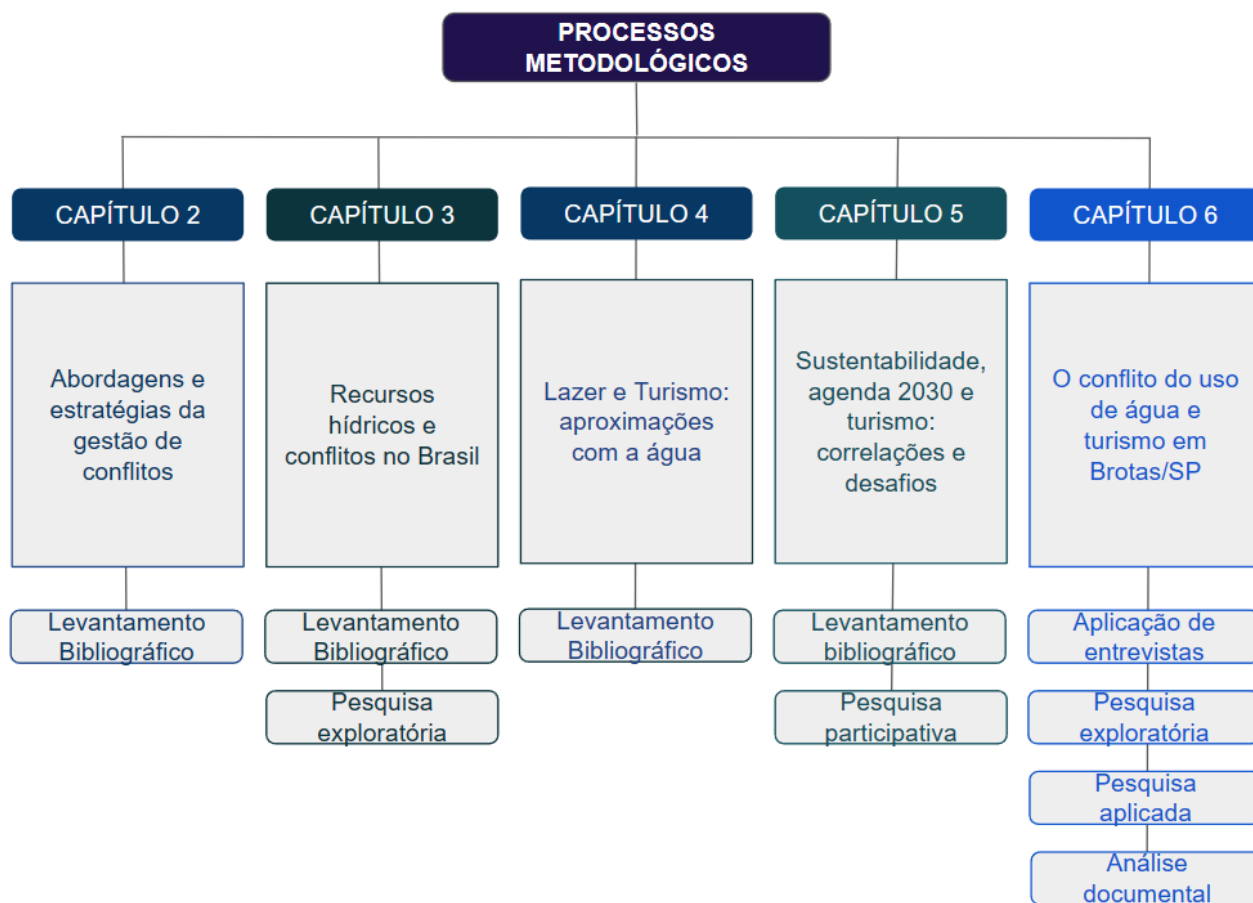
4. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS CONFLITOS EXISTENTES DOS USOS DAS ÁGUAS EM BROTAS/SP

Nesta etapa da pesquisa foi aplicado o estudo de caso, que para Triviños (2013), refere-se a um estudo aprofundado de um determinado tema e suas aplicações, divididas em três fases: I) Identificação; II) averiguação, e III) análise. Na fase I, realizou-se uma pesquisa nos *sítes* institucionais da gestão pública municipal de Brotas/SP, com o objetivo de identificar as relações entre a água e o turismo entendidas e divulgadas. A partir dos materiais levantados, utilizou-se os principais resultados das pesquisas como forma de adensar os conteúdos para este estudo. Dessa forma, foram analisados os resultados dos estudos publicados, selecionando aqueles que mais se aproximaram para esta pesquisa. A partir desse primeiro mapeamento de informações, a fase II fez uma averiguação da qualidade das informações obtidas, sendo completada por entrevistas semiestruturadas, direcionadas aos gestores da gestão pública municipal, especificamente a pasta direcionada ao turismo e da pasta de meio ambiente, e aos gestores dos agronegócios da região que utilizam a água do rio Jacaré-Pepira em seus processos.

A partir de um roteiro preestabelecido de entrevistas (Apêndice A), realizou-se a identificação do entendimento dos gestores municipais sobre as relações dos recursos hídricos do município e da atividade turística, assim como as suas implicações, os desafios de gestão, e a necessidade de planejamento futuro. Essas entrevistas ocorreram no mês de fevereiro, alta temporada da atividade turística em Brotas - em que a gestão pública municipal e os empreendimentos de turismo estão mais preparados para receber os turistas, e, portanto, conseguem visualizar e mensurar a diferença que a atividade causa em todos os setores da economia e da rotina social e de eventos no município. Outras entrevistas aconteceram em abril e maio de 2023, por conta da disponibilidade de agenda dos entrevistados.

Por fim, na fase III, foi realizado um estudo complementar dos dados obtidos nas duas primeiras fases, e, complementando com os dados da revisão bibliográfica e documental foi possível explorar as possibilidades para os usos da água de forma sustentável dentro das atividades econômicas de Brotas/SP, assim como entender de que forma os processos da gestão de conflitos podem dar suporte para melhor gestão e desenvolvimento do turismo, Figura 2.

Figura 2 – Organograma sobre os processos metodológicos empregados em cada capítulo da tese.



Fonte: Elaboração dos autores (2023).

ESTRUTURA DA TESE

A tese foi estruturada em formato de capítulos, com a finalidade de contribuir para com o entendimento dos trabalhos desenvolvidos, e para facilitar submissões de futuros artigos. Portanto, cada capítulo está configurado de forma independente, em que contém seu objetivo, metodologia de pesquisa, resultados, discussões e conclusões.

No presente Capítulo 1 é apresentada a introdução, a justificativa, a contextualização e as necessidades do estudo, os pressupostos e objetivos da tese e o delineamento da metodologia empregada.

O Capítulo 2 apresenta o embasamento teórico-conceitual dos temas envolvidos na pesquisa, com discussão dos conceitos, definições e teorias sobre os conteúdos que envolvem: os conflitos; as tipologias de conflitos; a gestão de conflitos e o turismo.

O Capítulo 3 parte das discussões teórico-conceitual dos temas envolvidos no estudo, com discussão dos conceitos, definições e teorias sobre os conteúdos que envolvem: os conflitos dos usos da água no Brasil; o cenário atual das águas, direcionados aos conflitos da água; e a Política Nacional de Recursos Hídricos.

O Capítulo 4 se fundamenta a partir das discussões teórico-conceituais dos temas envolvidos no estudo, com discussão dos conceitos, definições e teorias sobre os conteúdos que envolvem: turismo; lazer; água; ecoturismo; e as Políticas Públicas de Turismo.

No Capítulo 5, por sua vez, são apresentadas discussões sobre as correlações entre turismo e a Agenda 2030 da Organização Mundial da Saúde (ONU), buscando demonstrar os principais desafios dessa relação, mas sobretudo apontar que é possível que a gestão do turismo caminhe para uma gestão sustentável.

No Capítulo 6 são apresentados os resultados da pesquisa realizada no município de Brotas/SP, almejando a reflexão sobre quais os desafios da gestão municipal do turismo que o município tem enfrentado para solucionar os conflitos pelos usos da água. Também nesse capítulo, é abordado sobre como alguns setores econômicos atuantes do turismo, no município, compreendem os conflitos e quais são os posicionamentos da gestão pública municipal diante deles.

Por fim, no Capítulo 7 são apresentadas as considerações finais da tese.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS – ANA. **Caderno de Recursos Hídricos: o turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos**. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.ana.gov.br/pnrh_novo%20/documentos/06%20Turismo/VF%20Turismo%](http://www.ana.gov.br/pnrh_novo%20/documentos/06%20Turismo/VF%20Turismo%20)>. Acesso em: 29 de março de 2021.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia: um guia para a Iniciação Científica**. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BELLEN, H. M.; PETRASSI, A. C. M. A. Dos limites do crescimento à gestão da sustentabilidade no processo de desenvolvimento. *Revista NECAT*, v. 5, n. 10, p. 8-30, jul./dez. 2016.

BIANCHI, A. C.M. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. 4ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

CARDOSO, Vanilson Viana; MUELLER, Airton Adelar. SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO: uma análise dos estudos desenvolvidos a partir das contribuições de Ignacy Sachs e Guillermo Foladori. **Salão do Conhecimento**, v. 6, n. 6, 2020.

CAVAGNOLI, I. **Gestão de Conflitos**. Disponível em: <<http://www.secretariando.com.br/comportamento/comp-38.htm>>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D.; TUNDISI, J. G. A complexidade do sistema ambiental e humano e sua relação com a sustentabilidade. **Sustentabilidade em Debate**, 6(1), p. 37–52, 2015.

GIL, A.C. Como classificar as pesquisas. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** São Paulo: Atlas, v. 4, p. 44-45, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEAL, J. S. et al. **Que conflito é esse? as múltiplas fases do processo conflituoso:** o caso de uma concessionária de veículos. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Campina Grande. 74f, 2009.

SACHS, I. A revolução energética do século XXI. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 59, p. 21-38, 2007.

SACHS, I. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, p. 1-20, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 1ª ed. 22. Reimpr. São Paulo. Atlas, 2013.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph. 2011.

Walle, A. H. Quantitative versus qualitative tourism research. **Annals of Tourism Research**, 24(3), 524-536. 1997.

CAPÍTULO 2. ABORDAGENS E ESTRATÉGIAS DA GESTÃO DE CONFLITOS

2.1 OBJETIVO

Este capítulo tem como objetivo abordar sobre os conceitos e tipologias do conflito, e especificamente exemplificar e discutir sobre conflitos relacionados à atividade turística, visando compreender as estratégias possíveis de serem empregadas na sua gestão.

2.2 CONFLITOS: CONCEITOS E TIPOLOGIAS

Desde o início da existência humana, os conflitos passaram a fazer parte das suas atividades pessoais e profissionais e têm afetado suas tomadas de decisão. Com o avanço das tecnologias, das mudanças culturais, sociais, ambientais, políticas e territoriais, os conflitos foram se intensificando e alterando sua magnitude, motivação e influência. Assim como defende Deutsch (2003, p. 15), “[...] os conflitos são inerentes à existência do Homem, surgem das relações mais diversas, acontecendo entre pessoas de um mesmo grupo, de grupos diferentes, e em variados níveis de interações”

Quando se trata de pessoas ou organizações, Robbins² (1996, p. 11) define o conflito como “[...] um processo no qual um esforço é propositadamente desenvolvido por A no sentido de eliminar os esforços de B para alcançar um determinado objetivo através de alguma forma de bloqueio que resulta na frustração de B”.

Já Deutsch (2003, p. 6) traz o conceito de conflito relacionado às atividades humanas de forma geral, entendendo que “um conflito ocorre quando existem atividades incompatíveis: duas ações são incompatíveis quando a presença de uma inibe, obstrui, interfere ou, de alguma forma, torna a outra menos eficaz”.

Estendendo-se pelas duas definições e suas linhas de pensamentos, a conceituação de De Dreu (2002, p. 3) abrange ambos os aspectos: pessoas, organizações e atividades humanas, apontando que o conflito trata-se de “divergência de perspectivas, percebida como geradora de tensão por pelo menos uma das partes envolvidas numa

² De acordo com a perspectiva processual desenvolvida por Robbins (1994), o conflito desenrola-se ao longo de quatro etapas – oposição potencial; cognição e personalização; comportamento e consequências. Tanto no desacordo como no conflito propriamente dito, existe oposição potencial (condições antecedentes que vão fazer eclodir o conflito) e percepção de condições para o conflito (cognição). No entanto, no desacordo não existe um envolvimento emocional intenso ao ponto de se experienciar elevada ansiedade, tensão ou frustração; não existe personalização (a situação é vivida/sentida como um desacordo sem repercussões ao nível da satisfação dos interesses de cada um).

determinada interação e que pode ou não traduzir-se numa incompatibilidade de objetivos”.

Cabe destacar que o conflito deve ser visto de forma diferente ao problema. O conflito exige que existam partes confrontantes, que podem desenvolver atitudes hostis. Já quando há o problema, entende-se que um grupo de indivíduos irá trabalhar de forma conjunta para buscar soluções, causando atitudes que aproximam uns dos outros (ALMEIDA, 1995).

Robbins (2002) indica que são três formas diferentes de entender o conflito: a visão da Escola Tradicional; da Escola das Relações Humanas; e da Escola da Abordagem Interacionista. A primeira abordagem da Escola Tradicional perdurou, entre as décadas de 1930 e 1940. Essa abordagem presumia que todo o conflito era prejudicial e, portanto, devia ser evitado. O senso comum caminha por este mesmo lado, ou seja, entende-se que quando há um conflito, o melhor a se fazer é isolar as partes conflitantes para que a separação física ou espacial seja o suficiente para sanar o confronto.

A segunda abordagem, a da Escola das Relações Humanas, prevaleceu até meados do século XX, trazendo a compreensão de que o conflito é algo natural, que acontece com todos os grupos, e por esse motivo, deveria ser aceito e não evitado (ROBBINS, 2002).

Já a visão que permeia o século XIX, e da Escola da Abordagem Interacionista, em que Cavalcanti (2006) afirma que esta dá continuidade da Escola das Relações Humanas. O autor ainda acrescenta que os conflitos podem apresentar aspectos positivos, que trazem benefícios para eficiência e desempenho de um grupo ou atividade, resultando em novas ideias. Além disso, esta abordagem tende a caminhar no sentido oposto da acomodação, a fim de contribuir com mudanças em prol de melhorias coletivas e individuais.

Na visão interacionista então, o conflito é apontado como algo inevitável, positivo e negativo, bom ou mau, funcional ou disfuncional, se houver o panorama completo da situação concreta em que ele sucede. Além disso, tal abordagem acredita que, em determinadas situações, o conflito precisa ser incentivado com o propósito de promover mudanças necessárias (CAVALCANTI, 2006).

Corroborando com a visão interacionista, as autoras Alves, Paula e Moreschi (2006) reforçam que, mesmo diante da conotação negativa da palavra conflito, não se deve temer ao conflito, mas sim reconhecer que há um lado destrutivo e um lado construtivo advindo dele, e o que deve ser ponderado é a forma com que tal conflito se apresenta e permeia entre as relações e atividades humanas.

Nessa direção, o conflito construtivo, e positivo, tende a contribuir para aperfeiçoar as tomadas de decisão, pois procura incentivar a criatividade e a inovação no sentido de trazer soluções que liberaram tensões existentes, bem como promove um ambiente transformador e de autoavaliação a todos os comprometidos com a situação. Além disso, um conflito construtivo oferece aos envolvidos novas abordagens para diferentes problemas, se tornando uma ferramenta de reconciliação de desacordos que se estenderam por anos. Um conflito positivo pode também favorecer a integração de grupos com interesses opostos, ou ainda, de interesses em comum, estabelecendo diálogo e abrindo caminhos para novos planejamentos coletivos.

Por outro lado, o conflito destrutivo, e negativo, pode acarretar em problemas ainda maiores, uma vez que o *stress* proveniente do conflito negativo acaba por polarizar os grupos, indivíduos, ou organizações, evidenciando suas diferenças de posicionamento e/ou de atitudes.

O termo conflito está associado às palavras desacordo e discórdia, e caminha no sentido oposto da colaboração ou cooperação. Todavia, para que ocorra o conflito é preciso que haja, além da diferença de objetivos e/ou interesses, uma interferência deliberada de uma das partes envolvidas. Ou seja, quando um dos interessados, seja de forma individual ou coletiva, se esforça para obter seus próprios objetivos de maneira com que interfira no alcance dos objetivos da outra parte, mantendo-os interligados a uma causa ou consequência.

Existem diferentes tipos de conflitos e, assim como aponta Faleiros (2005), a identificação do conflito pode auxiliar a constatar estratégias mais eficazes para um gerenciamento de conflitos que traga benefícios a todas as partes envolvidas, já que cada tipo de conflito exige abordagens diferentes para se encontrar soluções.

Berg (2012) defende que existem três tipos de conflitos: pessoais, interpessoais e organizacionais; e que cada tipo de conflito tende a ter características distintas. Para o autor, a primeira tipologia de conflito, pessoal, é quando a pessoa lida consigo, não precisa de interferências externas. Se trata de inquietações, dissonâncias pessoais da própria pessoa, que acabam por refletir em uma discrepância entre o que o indivíduo faz e o que ele fala, bem como com o que ele pensa e como age, resultando em conflitos de estresse e atrito.

Para a segunda tipologia de conflito, o interpessoal, o mesmo autor o descreve como aquele que acontece entre diferentes indivíduos, isto é, quando duas ou mais pessoas entendem e agem de formas distintas diante da mesma situação. Já para a terceira tipologia de conflito, organizacional, Berg (2012, p. 21) define como um “[...] tipo

de conflito que não é fundamentado em sistema de princípios e valores pessoais, e sim do resultado das dinâmicas organizacionais em constante mudança, muitas delas externas à empresa”. O autor ainda destaca que dentro desta tipologia pode haver dois subtipos de conflitos, o intragrupal - discordâncias que ocorrem em uma mesma área/setor/grupo - e o intergrupalo - divergência entre áreas/setores/grupos diferentes.

Cabe ressaltar que apesar dos conflitos acontecerem, em maiores dimensões, dentro dos processos organizacionais, a maioria dos atritos e discórdias, ocorrem por conta dos conflitos interpessoais, e estes são os mais complicados para se resolver por envolver, além dos objetivos finais, ego, emoção e interferências pessoais.

De forma mais sucinta, Burbridge e Burbridge (2012) e Chiavenato (2004) acreditam que existam apenas dois tipos de conflitos, os internos e os externos. Os autores determinam que os conflitos internos acontecem dentro dos departamentos ou unidades de negócios, porém a raiz deste tipo de conflito recai sobre as pessoas e quer dizer que há emoções envolvidas, uma vez que existem dilemas de ordem pessoal. Do outro lado, estão os conflitos externos, que ocorrem com empresas diferentes, com o governo, outra organização, ou até mesmo outro indivíduo. Este tipo envolve diversos níveis de conflito, o interpessoal, intragrupal, intergrupalo, intraorganizacional e interorganizacional.

Tais autores ainda apontam que existem três categorias de conflitos: latente, velado e aberto. O conflito latente é aquele que sucede quando ambas as partes compreendem que um conflito existe entre a relação deles, por isso também é conhecido como conflito percebido, em que há o conhecimento sobre o fato de que seus objetivos são diferentes, além de existir possíveis formas de interferências ou impedimentos para a realização de suas atividades. O conflito velado, também conhecido como experienciado, se trata daquele que ocorre a partir da hostilidade, de sentimentos de raiva, ou quando não há credibilidade entre os envolvidos. Por último, o conflito aberto, ou manifestado, acontece por meio do comportamento, ativo ou passivo, de interferências.

Um conflito pode perdurar por longos períodos, perpassando entre os estágios das categorias de conflito latente ao conflito manifestado de formas diferentes, mais ou menos intensas.

Todos os conflitos até então apresentados são entendidos como conflitos comportamentais, ou seja, que ocorrem a partir do comportamento de um indivíduo diante de uma situação conflitantes. Há também uma outra abordagem de conceituação do termo conflito, que vem sendo discutida em âmbito internacional. No Brasil, esta abordagem é tratada dentro da Lei Nº 12.813, de 16/5/201323, e da Portaria Interministerial Nº 333, de

19/09/201324, que a determinam como Conflitos de Interesse - CDI, e a descrevem como: “[...] situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que pode comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

Os CDI são conflitos considerados mais complexos do que os comportamentais, pois envolvem, além de pessoas, outras dimensões que podem afetar toda sociedade e acarretar em impactos negativos irreversíveis.

De forma geral, os conflitos de interesse costumam ser associados apenas às situações que estão relacionadas com os aspectos econômicos, todavia, os CDI são inerentes a todos os aspectos humanos. Little (2003) aponta que existem três dimensões em que os conflitos podem ser entendidos: 1) conflito em torno do controle sobre os recursos naturais; (2) conflitos em torno dos impactos (sociais e ambientais) gerados pela ação humana e (3) conflitos baseados em valores e modos de vida, que envolvem o uso da natureza, cujo núcleo central reside num choque de valores ou ideologias.

Mais do que identificar a tipologia, categoria ou dimensão de um conflito, é importante tentar analisar o contexto e os objetivos de cada conflito. A fim de se estabelecer diretrizes centrais que orientem a análise dos conflitos, Theodoro *et al.* (2005) determinaram quatro elementos:

- Os atores: indivíduos, grupos, organizações ou Estados que têm identidade própria, reconhecimento social e capacidade de modificar seu contexto, não se esquecendo de que estes são movidos por interesses, valores e percepções próprios a cada um;
- A natureza: os conflitos têm natureza diferente, por isso eles podem ser de natureza econômica, política, ambiental, doméstica, internacional ou psíquica, dentre outras;
- Os objetos: sempre escassos ou vistos como tal, podem ter natureza material ou simbólica, profana ou sagrada, pública ou privada, e assim por diante;
- As dinâmicas: cada conflito, segundo sua natureza, tem uma história própria, uma forma de evoluir, conhecendo períodos mais ou menos intensos, mais ou menos rápidos.

Nesse sentido, o conflito é entendido de forma ampla, em que perpassa o senso comum de que seja apenas um problema que deve ser resolvido, pois trata-se de motivações diferenciadas que definem objetivos e necessidades de cada indivíduo, grupo ou organização, que podem interferir nas demandas de outros envolvidos.

Inerente à sua existência, o ser humano tem criado diversas motivações para desenvolver seus conflitos. As motivações sofrem variações de questões territoriais, políticas, culturais, religiosas, sociais, ambientais, econômicas, entre outras. Além disso, um conflito pode utilizar mais de uma motivação para ocorrer.

Uma das atividades humanas, que tem gerado conflitos em que está inserida, é o turismo, já que se trata de uma atividade que precisa de pessoas e de organizações para acontecer, tanto no planejamento, quanto na execução ou em seu consumo direto durante a visita em núcleos receptores. Ao ser instituído em um destino, o turismo encontra fatores externos que estabelecem conflitos em sua atividade e que acabam por dificultar a existência de ambas as áreas, necessitando de planejamento e estratégias de organização para que todos os setores envolvidos com a atividade turística consigam se desenvolver de forma sustentável.

2.3 ATIVIDADE TURÍSTICA E OS CONFLITOS

Variados são os exemplos que se pode utilizar para compreender os conflitos existentes que permeiam as atividades do turismo³ em alguns destinos turísticos. Como o turismo se aproveita, principalmente, dos recursos e atrativos naturais para conseguir se desenvolver, e se manter estável diante das demais atividades econômicas, deve-se analisar as consequências dos seus conflitos que são causados pelas relações entre o turismo e outras atividades humanas.

A título de exemplificação, situações de conflito no âmbito do turismo relacionam-se às Unidades de Conservação - UC, que mantêm problemas de ordem ambiental, econômica e social. Assim como afirma Brito (2008, p.6), nas décadas de 1960 e 1970 aconteceram discussões relevantes sobre a inclusão político-social e econômica dos moradores que viviam nas UC, a fim de incluir os povos tradicionais de maneira permanente, mas que estas discussões não tiveram o impacto positivo esperado, e trouxeram mais problemas do que soluções “[...] pois novos atores e ações passam a ser agregados ao espaço” (BRITO, 2008, p. 6).

Desde a década de 1980, o Brasil tem criado, sob a legalidade jurídica, as áreas protegidas, e dentro dessas áreas Parques nacionais e estaduais. A criação das áreas protegidas trouxe consigo conflitos socioambientais que ressaltam, como descreve

³ As discussões que permeiam o Turismo serão discutidos no capítulo 4: Lazer e turismo: Aproximações com a água.

Silveira (2001, p. 27), “[...] os reflexos da miséria urbana [...]”, uma vez que a moradia e permanência nas áreas de parques acaba gerando outro conflito, o econômico.

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

Silveira (2001) ressalta que a miséria urbana causada pelos moradores dos parques, acaba evidenciando outros conflitos, como o econômico, uma vez que mesmo defendendo o ambiente natural, os moradores acabam impactando negativamente onde se instalam. Nessa perspectiva, dois caminhos são passíveis de reflexão. O primeiro exige a necessidade da permanência dos moradores dos Parques; e o segundo, que a permanência dos moradores corrobora com a conservação e preservação ambiental.

Diante desta controvérsia socioambiental, Silveira (2001, p. 20) remete à prestação de serviços locais pelas atividades turísticas (ecoturismo), discorrendo que:

“[...] a solução encontrada, em geral, tem sido a incorporação das populações tradicionais em projetos de interação a uma economia de mercado verde, voltada produção de bens de consumo e prestação de serviços, geralmente a elites urbanas, com um suposto baixo impacto. O ecoturismo tem sido carro-chefe destas políticas”.

Como exemplo específico de conflito do turismo, cita-se o PETAR - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, localizado no Alto do Ribeira/SP, dentro de uma das áreas mais preservadas da Mata-Atlântica, e reconhecido pela ONU como reserva da Biosfera pela Unesco desde 1991. O Parque sofre com o tipo de conflito socioambiental, uma vez que existe a permanência de quilombolas pelo seu território.

O Parque, que é administrado pelo Estado, está passando pelo processo de privatização, transferindo a responsabilidade de soluções para iniciativa privada. Um estudo, realizado por Souza (2021), demonstrou que os residentes do Parque, quilombolas e comunidades tradicionais, estão em conflito com a gestão do Parque, uma vez que não tem mais a segurança de residência onde vivem, assim como estão em conflito direto com os turistas que visitam a região e não corroboram para com a conservação dos recursos naturais do PETAR, influenciando em todas as atividades ali realizadas. Portanto, o conflito também se dá pelo fato de os residentes locais estarem em segundo plano de prioridade da gestão do Parque, enquanto os turistas passam a ser os primeiros.

Outro exemplo e tipo de conflito dentro da atividade turística ocorre na cidade de Aparecida/SP, que está inserida na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Localizada no interior do estado de São Paulo, Aparecida está entre duas grandes metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, e “historicamente” relacionada às intervenções dos governos estadual e federal que transformaram os sistemas produtivos e os eixos de transporte interestaduais e intermunicipais (no século XIX, a ferrovia e, na segunda metade do século XX, as rodovias) (RESCHILIAN, 2005).

Um estudo realizado por Rosado (2021) constatou que o município de Aparecida/SP abriga conflitos causados pelo produto turístico “Mirante da Santa”. Um grupo de ateus está com uma ação que exige a transferência do mirante para outro lugar alegando que se trata de um uso indevido das verbas públicas, pois o Estado deveria ser laico e o dinheiro público está sendo direcionado para obras religiosas.

Por se tratar de um município denominado “Estância”, é considerado como um destino turístico com forte potencial de desenvolvimento econômico, social, cultural, político e ambiental. Aparecida se tornou um cartão postal para os religiosos, católicos, do país inteiro, mas, como apontado por Rosado (2021), não tem visto os ateus que são moradores locais como parte relevante na hora de considerar a destinação de recursos públicos, ou no momento de diversificar as atividades turísticas. Como prova disso, o grupo de manifestantes obteve uma decisão judicial favorável, em que a obra em questão foi embargada e até o momento continua assim. Essa diferença religiosa acarreta diversos conflitos relacionados às atividades de visitação e em vários impactos do turismo, sobretudo também em aspectos culturais de um município.

Um outro tipo de conflito comum que ocorre na atividade turística no Estado de São Paulo, por exemplo, é com relação aos usos múltiplos das águas dos reservatórios das hidrelétricas, sobretudo perante à crise hídrica que o estado tem enfrentado nos últimos anos. Uma matéria publicada em 2015, pela Agência Pública “Ilha Solteira pede água”, relatou que a redução do nível de água do reservatório prejudicou, além da geração de eletricidade, em outras atividades, como o turismo nas praias artificiais (balneários) em torno do lago. A matéria ainda destaca que, de acordo com os números da Secretaria Municipal de Turismo de Ilha Solteira, o público estimado para o verão sofreu uma redução de 70%, já que os balneários e os quiosques que existem neles são os principais atrativos turísticos do município.

Assim como destacam Galvão e Bermann (2015), com a atividade turística afetada, os demais serviços do município também sofrem os impactos negativos da diminuição de turistas. Os comércios e os prestadores de serviços acabam assumindo

prejuízos que podem levar ao fechamento desses estabelecimentos, acarretando em desempregos, por exemplo.

Para este estudo, visou-se analisar os conflitos existentes no município de Brotas/SP que permeiam a atividade turística, os recursos hídricos e os atores envolvidos dentro destes conflitos, buscando compreender como a sustentabilidade pode auxiliar na coexistência das atividades econômicas do município com as questões ambientais, assim como almeja explorar estratégias de gestão de conflitos que tragam soluções inovadoras para o município.

2.4 GESTÃO DE CONFLITOS

Ao se identificar um conflito e analisar as dimensões que permeiam sua origem, é mais coerente que se encontre um caminho que vá ao encontro com uma solução que beneficie todos os envolvidos. Entende-se que cada indivíduo pensa e age de forma diferente, e, portanto, cada grupo também terá posturas distintas diante de um conflito.

A empresa brasileira Convirgente - Convergent Facilitation, (2023), que atua no setor de formação de líderes e desenvolvimento de competências organizacionais, desenvolveu cinco medidas mais comuns para responder a um conflito, independente do seu grau de intensidade ou como são os objetivos e interesses individuais ou coletivos. A primeira situação de resposta ao conflito é a Evasão, em que os protagonistas fingem que não há conflito e ignoram-no. Essa medida não costuma trazer nenhum benefício ou solução para o conflito, podendo até piorá-lo com o tempo, já que tem a tendência a deixá-lo mais grave. A segunda medida de resposta é o Confronto, em que o relacionamento entre os protagonistas se torna uma guerra permanente e aberta. Nessa medida de resposta, o conflito tende a ser hostil, porque uma parte envolvida busca ter ganhos em cima da outra parte. A terceira medida de resposta é a Cessão, em que uma das partes decide deixar o outro ganhar, sem oferecer resistência. Diferente do confronto, uma das partes cede a vitória para a outra parte, causando um sentimento de frustração, podendo gerar a necessidade de vingança no futuro. A quarta medida é o Compromisso, em que se trata de uma das soluções que mais acontecem. Cada uma das partes envolvidas acaba cedendo um pouco para haver acordo, ainda há frustração, mas agora de ambas as partes. A quinta, e última, medida é a Colaboração, em que em certos contextos é a que assumimos como a mais vantajosa para as partes em conflito. Geralmente essa medida não acontece de forma espontânea, exige que tenha interferência externa, que seja imparcial. Nessa medida, as estratégias para alcançar os objetivos, que antes não

eram flexíveis, passam a permitir mudanças para obter vantagens em todas as partes, ou seja, que todos sejam vitoriosos.

A partir desse ponto de vista, é possível compreender que existe a necessidade de se estabelecer uma gestão de conflitos que seja eficiente, entendendo que os conflitos são gerados e/ou conduzidos por comportamentos humanos, no sentido de conseguir minimizar tempo, recursos e desgaste emocional das partes envolvidas. Assim, a gestão de conflitos surge como uma forma de progressão e crescimento para os indivíduos e para o meio que está inserido. No mesmo sentido, a falta de uma gestão de conflitos eficiente, pode trazer retrocesso e diversos impactos negativos às partes interessadas. Como afirma Fraga (1993, p. 69), “Ser capaz de constatar a existência do conflito é apenas parte do problema. Tem de saber também a que ponto o conflito é grave e ser capaz de o gerir devidamente”.

Berg (2012) defende a ideia de que não há uma forma certa ou errada para fazer a gestão de conflitos, e que cada estratégia adotada pode ser assertiva dependendo da situação e dos atores envolvidos no conflito. O autor ressalta que o mais importante é que haja o conhecimento das opções de gestões existentes e que as técnicas sejam utilizadas de forma correta. Para tanto, a gestão de conflito pode ser entendida como um jogo, mas que nem por isso não seja algo que requer atenção. Como define Chiavenato (2004), se trata de algo maior que um simples acordo ou divergência, representa uma interferência ativa ou passiva, que precede um bloqueio em uma das partes no alcance de seus objetivos.

A gestão de conflitos então constitui uma parte importante das relações humanas e dos aspectos da sustentabilidade, visto que, primeiro, os conflitos são inerentes a essas relações, e em segundo, porque é uma forma de fazer com que atividades diferentes coexistam com o meio em que estão inseridas, causando o menor impacto e danos possíveis.

A fim de se estabelecer melhor a gestão de conflitos, existem algumas estratégias que podem ser adotadas ao identificar um conflito. De acordo com Rego (1998), as estratégias de gestão de conflitos permeiam por dois caminhos: da assertividade, grau em que a parte tenta satisfazer os seus interesses próprios; e a cooperação, grau em que a parte tenta satisfazer os interesses do outro. Ao se cruzar estes dois caminhos, Pereira e Gomes (2007, p 57), afirmam que existem cinco estilos de estratégias a se seguir:

- Competição – reflete a tentativa de satisfazer os próprios interesses à custa dos interesses do outro. O indivíduo tenta alcançar os seus objetivos sacrificando os do adversário ou tenta convencer a outra parte de que o seu julgamento é correto ou tenta

fazer com que a outra parte aceite a culpa por alguma transgressão e assume as consequentes responsabilidades.

- Acomodação – consiste na tentativa de satisfazer os interesses do outro, negligenciando os próprios. Podendo representar o desejo de alcançar os objetivos da outra parte, sacrificando os seus ou a vontade de apoiar as opiniões contrárias, mesmo que delas tenha reservas ou mesmo o esquecimento da transgressão praticada pelo outro.

- Compromisso – representa a tentativa de satisfazer moderada, mas incompletamente, os interesses de ambas as partes. Daí pode resultar uma busca parcial de um objetivo à procura de um acordo parcial para um julgamento/ideia/opinião ou a aceitação parcial da culpa.

- Colaboração – consiste na tentativa de satisfazer completamente os interesses de ambas as partes. Isso pode significar a tentativa de obtenção de uma solução ganha-ganha que permita a ambas as partes o alcance completo dos seus objetivos ou a busca do alcance de uma nova conclusão/ideia que incorpore os aspectos válidos dos julgamentos de ambas as partes ou a tentativa de chegar a um conjunto partilhado de expectativas e a uma interpretação da transgressão que permita estabelecer padrões consensuais acerca do que é aceitável numa dada situação.

- Evitamento – o indivíduo ignora ou negligencia os interesses de ambas as partes. Basicamente, evita envolver-se no assunto, permitindo que os eventos sigam o seu curso de ação sem neles interferir, de modo que eles confluem para a satisfação dos interesses de uma e/ou outra parte.

Assim sendo, independente do grau de assertividade e cooperação, a prioridade deve analisar a forma para seguir com uma gestão que condiz com os princípios do grupo, bem como saber identificar os impactos negativos que serão acarretados por conta do caminho de gestão de conflito escolhido. Para tanto, algumas habilidades são necessárias para ir em direção da gestão de conflitos eficaz.

Segundo Pereira e Gomes (2007), as habilidades para a gestão eficaz do conflito dividem-se em quatro itens: diagnosticar a natureza do conflito; envolver-se no conflito; escutar e resolver o problema.

O diagnóstico da natureza do conflito é o primeiro passo para que se entenda se o conflito é interpessoal ou organizacional, individual ou em grupo. Na sequência, o passo é envolver-se no conflito, que diz respeito a ter disponibilidade e vontade para buscar resoluções para o conflito. Como terceiro passo está o processo de escutar, ouvir uns aos outros se colocando no lugar daquele que tem a oratória do momento, permitindo emergir

empatia entre as partes conflitantes. Essa é uma habilidade difícil pelo fato de que cada um acaba por defender apenas seu ponto de vista. Resolver o problema é o quinto passo da habilidade da gestão de conflitos, em que há a busca pela melhor resolução para o conflito, fazendo uma análise pelas demais habilidades, e procurando adotar uma postura conciliadora, aberta ao diálogo.

Por conseguinte, a identificação das causas de um conflito é de extrema importância para seja possível encontrar soluções diferentes a um mesmo problema causador de conflito, assim como entender as melhores abordagens para lidar com os desafios gerados pelos conflitos.

A partir do entendimento de que o conflito, mesmo que seja de interesse, é conduzido por causas comportamentais, percebe-se que as pessoas são quem dificultam o caminho para resolução dos problemas. A gestão do turismo em âmbito municipal precisa ser amparada de pessoas com habilidades para gerenciar conflitos, fazendo o diagnóstico de todos os atores envolvidos, se envolvendo com as problemáticas, a fim de entendê-las, escutando as necessidades da sociedade local, e que busque soluções inovadoras, para resolver os conflitos, que contemplem as dimensões da sustentabilidade.

Se tratando de uma atividade humana e importante fonte econômica, o turismo acaba por estabelecer relações, diretas e indiretas, com outras atividades econômicas e com outros setores, visto que, por vezes, é a atividade turística que movimenta, econômica e socialmente, um município ou região de destinação turística. Portanto, identificar as raízes conflitantes para buscar por soluções é inerente a uma gestão da atividade eficiente.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA PÚBLICA. **Ilha Solteira pede água**, 10.03.2015. Disponível em: <<<http://apublica.org/2015/03/ilha-solteira-pede-agua/>>. Acesso em: 5 jun. 2023.
- ALMEIDA, F. **Psicologia para gestores**. Comportamentos de sucesso nas organizações. Lisboa: Editora McGraw-Hill, 1995.
- ALVES, F.; PAULA, R.; MORESCHI, S. Montando o quebra-cabeça: a importância da administração do conflito no ambiente de trabalho. 136 **Ciência & Opinião**, 136, 3 (1), 2006.
- BERG, E. A. **Administração de conflitos: abordagens práticas para o dia a dia**, 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.
- BRITO, D. M. C. Conflitos em unidades de conservação. **PRACS: Revista Eletra de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 1, n. 1, 2008.

BURBRIDGE, R. M.; BURBRIDGE, A. **Gestão de conflitos**: desafios do mundo corporativo, São Paulo: Saraiva, 2012.

CAVALCANTI, A. (2006). **O Gestor e o seu papel na Gestão de Conflitos**. Um estudo de caso em empresa de Varejo de Vestuário masculino. Tese de mestrado publicada, Faculdade de Ciências Económicas, Belo Horizonte.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: e o novo papel dos recursos humanos na organização. 2. ed. p. 415-427. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DE DREU, C. K. W. & Weingert, L. R. A contingency theory of task conflict and performance in groups and organizational teams. In M. A. West, D. Tjosvold & K. G. Smith (Eds.), *International Handbook of Organizational Teamwork and Cooperative Working* (pp. 150- 166). **Chichester: John Wiley & Sons**, Ltd. 2003.

DEUTSCH, M. (2003). Cooperation and Conflict: a personal perspective on the history of the social psychology study of conflict resolution. In M. A. West, D. Tjosvold & K. G. Smith (Eds.), *International Handbook of Organizational Teamwork and Cooperative Working* (pp. 8-43). Chichester: John Wiley & Sons, Ltd

Robbins, S. P. **Organizational behavior** (7th ed.). New Jersey: Prentice Hall. 1996.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social**, São Paulo: Cortez, 2005.

FRAGA, L. A. **Liderar e Negociar Conflitos** – Transforme os conflitos numa cooperação através das negociações e de uma boa liderança. Guias Interactivos de Gestão. Mem Martins: Edições Cetop, p. 69, 1993.

GALVÃO, J; BERMANN, C. Crise hídrica e energia: conflitos no uso múltiplo das águas. **Estudos avançados**, v. 29, p. 43-68, 2015.

LEE, Caroline W.; ROMANO, Zachary. Democracy's new discipline: Public deliberation as organizational strategy. **Organization Studies**, v. 34, n. 5-6, p. 733-753, 2013.

LITTLE, P. **A ecologia política dos conflitos em torno da pesca na Amazônia**. II Seminário META: As transformações socioambientais na Amazônia e as suas consequências. Brasília, 2003.

PEREIRA, Jorge MF; GOMES, Bruno MF. Gestão de conflitos. **Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, Departamento de Engenharia Civil**, 2007.

REGO, A. **"Liderança das Organizações – Teoria e Prática"**; Universidade de Aveiro 1ª Edição; 1998; ISBN: 972-8021-59-3

ROBBINS, P. **Comportamento Organizacional**. Tradução Reynaldo Marcondes. 9ª ed. São Paulo. Prentice Hall, p.401-373, 2002.

ROBBINS, P. **Political Ecology**: a Critical Introduction. Oxford: John Wiley & Sons Ltd., 2012.

ROSADO. A. M. C. Planejamento urbano em cidade de turismo religioso: estruturação urbana do município de Aparecida/SP. (Dissertação de mestrado) Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: < [00005801.pdf \(univap.br\)](#)> Acesso em: 30 de abril de 2023.

SILVEIRA, Flávio Eduardo. Reflexões sobre a natureza do poder político: o problema da hipocrisia. **Civitas** – Revista de Ciências Sociais. Ano 1, nº 1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, p. 148-168., 2001.

SANTOS, Laís Silveira. Dilemas morais da gestão pública brasileira no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 909-922, 2020.

SOUZA, Marcos Alexandre Siqueira de; NASCIMENTO, Viviana Guimarães. **Negociação na gestão de conflitos internos em Órgãos públicos do município de Parauapebas-PA**. 2019.

THEODORO, Suzi (Org). **Mediação de conflitos socioambientais**. Garamond Universitária. Rio de Janeiro, 2005.

CAPÍTULO 3. RECURSOS HÍDRICOS E CONFLITOS NO BRASIL

3.1 OBJETIVO

Este capítulo tem o objetivo de versar sobre o contexto das águas no Brasil, visando tratar das atividades conflitantes relacionadas com os recursos hídricos, assim como compreender a Política Nacional dos Recursos Hídricos diante dos conflitos dos usos de água.

3.2 CENÁRIO ATUAL DAS ÁGUAS NO BRASIL

Enquanto substância natural, a água é um elemento vital a todos os seres vivos, necessária para manutenção e sobrevivência dos ecossistemas naturais, e fundamental para a existência das diversas atividades humanas, como: alimentação e higiene; produção industrial; geração de energia; irrigação; navegação; pesca e lazer; evacuação e diluição de esgotos; drenagem e controle de enchentes; luta contra incêndios; preservação do ambiente aquático e da paisagem (VARGAS, 1999). Nesse sentido, Vargas (1999) compreende a água como um recurso de caráter socioambiental, que pode ser compreendida como um recurso natural dotada de valor econômico e social, e que constitui alvo de disputas e conflitos na sociedade. Granado (2014) ressalta ainda que a água quando passível de utilização para fins econômicos torna-se então, recurso hídrico.

Embora o entendimento sobre a vitalidade da água seja algo conhecido e reconhecido, ainda há uma desvalorização para com o uso que damos a ela, em que o descaso e os interesses individuais acabam por prejudicar as condições de qualidade e disponibilidade da água.

Um relatório, divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2019 (*Progress on drinking water, sanitation and hygiene: 2000-2017: Special focus on inequalities*), confirmou que cerca de 2,1 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso a água potável, e 4,2 bilhões de indivíduos não têm acesso a esgotamento sanitário seguro e 3 bilhões de pessoas não possuem instalações básicas para lavar as mãos de forma adequada (FIOCRUZ, 2019).

No ranking mundial de disponibilidade hídrica, o Brasil ocupa o primeiro lugar, com cerca de 13% do deflúvio médio mundial de 5.744 Km³/ano (TUCCI, 2004). Brandão *et al.* (2019) ainda destacam que pelo menos 8% da reserva mundial de água doce está no território brasileiro. Essas informações, além de demonstrarem a situação privilegiada

do país sobre a disponibilidade de seus recursos hídricos, exprimem a ideia de que a água no Brasil é vista como um recurso em abundância, em que não é necessário preservar, o que, segundo Pereira (2002), tem gerado uma cultura de uso abusivo e desperdício no país. Rebouças (2001) ainda destaca que se trata de uma cultura de desperdício e degradação da água.

Vale ressaltar que, apesar de estar em condições privilegiadas quanto à disponibilidade hídrica, as águas no Brasil não estão distribuídas uniformemente. Conforme ANA (2017), 68,5% dos recursos hídricos estão localizados na região Norte, na qual habitam cerca de 7% da população brasileira; 6% na região Sudeste, com quase 43% da população e pouco mais de 3% estão na região Nordeste, na qual habitam 29% da população.

Além disso, as demandas dos usos da água também não são uniformes. Furtado e König (2008) apontam que a maior demanda por água no Brasil, bem como acontece em grande parte dos países, é proveniente das atividades da agricultura, sobretudo da irrigação das culturas, com cerca de 69% do total. O uso urbano responde por 11% dos usos da água, e em seguida está a indústria (7%), a pecuária com 11% e por último a dessedentação de animais.

A disponibilidade e a demanda são pontos importantes para entender sobre a quantidade de água disponível, mas ainda é preciso identificar a qualidade dessas águas, uma vez que a qualidade tem se deteriorado de forma crescente nos últimos anos com os processos de industrialização e urbanização e com intensificação e diversidade dos usos das águas, demonstrando que um gerenciamento inadequado das águas reflete na degradação progressiva de sua qualidade e compromete os seus usos múltiplos.

Desde 2013, o Brasil tem sofrido com um processo de seca severa (CUNHA *et al.*, 2015). Os estados que pertencem ao sudeste brasileiro foram os que mais sentiram essa seca e estão vivenciando, desde essa data, o fenômeno chamado de crise hídrica, especialmente em função da falta de água para abastecimento público nas principais capitais (NOBRE *et al.*, 2016). Assim como define Linton (2010, p. 83):

[...] a crise hídrica contemporânea é o resultado da contínua abstração da água. Isto é, os conflitos contemporâneos pela água são resultantes da construção de uma noção de como a água deve ser apropriada e consumida que é difundida por meio de políticas de recursos hídricos, mercantilização da água e de investimentos em consumo agrícola e industrial ao redor do mundo.

O sudeste brasileiro é a região mais populosa do país, e concentra os estados com o maior desenvolvimento socioeconômico, e, portanto, tal seca acarreta diversos impactos negativos em todos os âmbitos, econômico, social, político e ambiental.

Em agravante, Sapkota (2019) afirma que os impactos da seca serão agravados nos próximos anos em todo o planeta, em função do crescimento populacional e das mudanças climáticas. As condições climáticas têm se alterado com o passar dos anos, causando alguns eventos extremos de chuva, calor, frio e seca. Conforme projeta Misra (2014), a temperatura média global pode aumentar entre 1,4 e 5,8 °C e haverá uma redução significativa da quantidade de água disponível e do rendimento agrícola até o final do século XXI.

Diante do cenário iminente, surgem algumas preocupações claras. Com o crescimento populacional, a vida cada vez mais urbana, com industrialização, atividades humanas impactantes e necessidades básicas, como conciliar o uso das águas para que todos os seres vivos e atividades humanas sejam contemplados com qualidade? Em concordância com Ribeiro (2019), vamos vivenciar conflitos por água com maior frequência nos próximos anos e sentir os impactos desses conflitos em uma maior dimensão.

3.3 USOS MÚLTIPLOS DAS ÁGUAS E CONFLITOS NO BRASIL

O uso múltiplo da água, inicialmente, estava presente no Decreto n. 24.643/1934, também conhecido e denominado como “Código das Águas”. No Art. 143, do Livro III - Forças Hidráulicas - Regulamentação da Indústria Hidroelétrica, em seu Título I - Capítulo I - Energia Hidráulica e seu Aproveitamento, se encontra assim definido o uso múltiplo:

Art. 143. Em todos os aproveitamentos de energia hidráulica serão satisfeitas exigências acauteladoras dos interesses gerais:

- a) da alimentação e das necessidades das populações ribeirinhas;
- b) da salubridade pública;
- c) da navegação;
- d) da irrigação;
- e) da proteção contra as inundações;
- f) da conservação e livre circulação do peixe;
- g) do escoamento e rejeição das águas.

No Código das águas, a prioridade para o uso das águas era a geração de eletricidade. Essa visão só passou a ser questionada com a Lei das Águas (Política

Nacional de Recursos Hídricos), em 1997. Conforme a referida Lei, a água deve ser utilizada de forma a garantir ao mesmo tempo o abastecimento residencial e industrial, a energia e a irrigação, dentre outros usos. O consumo humano e de animais, no entanto, é prioritário em situações de estiagem.

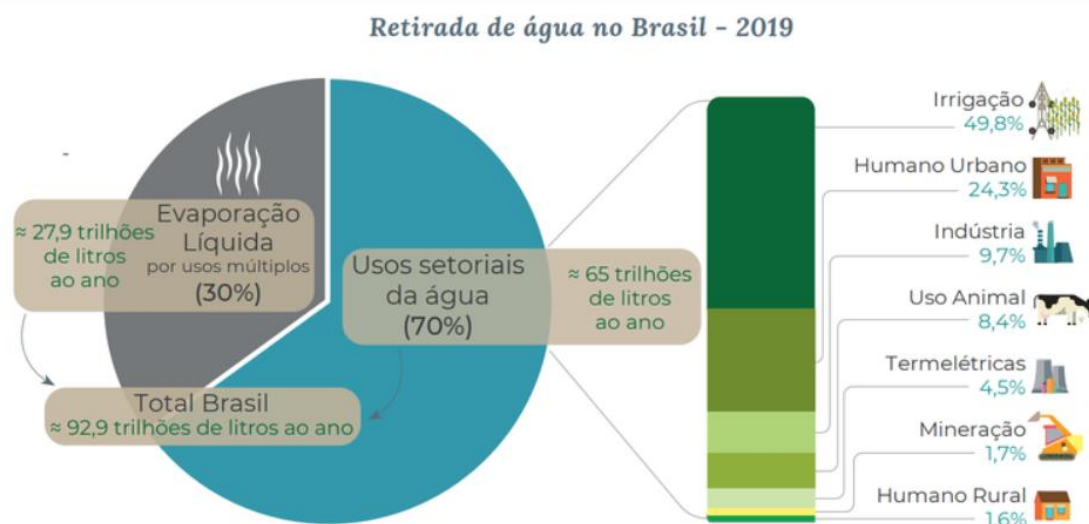
Historicamente, quando o sistema elétrico brasileiro começou a ser implantado, no ano de 1879, não havia exigências ambientais que fossem rigorosas, deixando o uso múltiplo das águas em segundo plano, fora dos projetos. Segundo a ANA (2015), a prioridade dada à geração de energia do Brasil perdurou por muitos anos, e desconsiderava as demais atividades que ocorriam nos reservatórios. Como apresenta a Agência Pública (2015, p. 62):

Muitas vezes há uma ausência de regras claras, porque confrontamos o novo e o antigo praticamente ao mesmo tempo. O antigo é a instalação do sistema elétrico brasileiro. [...] E com o passar dos anos, foram sendo constituídas novas atividades econômicas, que não foram incorporadas no funcionamento do sistema elétrico brasileiro, compatíveis com o uso múltiplo das águas.

O desenvolvimento econômico e as diferentes formas de atividades essenciais têm contribuído para a intensificação dos usos da água, tanto no quesito de quantidade de demanda de água para determinado fim/atividade, quanto nas variações dessas utilizações. Antigamente, a água tinha como destino de uso principalmente a dessedentação, os usos domésticos, a criação de animais para o setor agrícola e para o irrigamento. Com o avanço e crescimento das civilizações, outros usos foram se destacando e começaram a disputar os recursos hídricos, gerando conflitos entre os usuários (SCIENTEC, 1996).

No Brasil existem diversos conflitos que já estão estabelecidos pela apropriação de águas para atender setores de usuários em detrimento de outros. Quando se trata de pequenos reservatórios, por conta do menor volume de água disponível, a decisão se torna mais difícil, por vezes opta-se por eleger apenas um uso, normalmente prioritário. Já nos reservatórios maiores as opções para os usos das águas podem ser variadas, sendo que um uso não implica no outro, e ainda permite que usos não considerados prioritários sejam contemplados. Assim sendo, os grandes reservatórios podem compartilhar, entre os usos múltiplos, as vazões hídricas e as estruturas hidráulicas. Os usos considerados como principais no Brasil são: irrigação, abastecimento animal, uso doméstico e o consumo industrial (ANA, 2019), como é ilustrada na figura 3.

Figura 3 - Retirada de água no Brasil em 2019 (ANA, 2019).



Fonte: ANA (2019).

Ainda de acordo com a ANA (2019), outros usos que devem ser considerados na gestão hídrica são: geração de energia, extração mineral, aquicultura, navegação, turismo e lazer. Cada uso depende e pode afetar condições específicas de quantidade e de qualidade das águas.

Os usos podem ser classificados de duas formas: consuntivos e não consuntivos. Os consuntivos são aqueles usos que precisam retirar a água, que consomem água, já os não consuntivos não consomem diretamente, mas dependem da manutenção de condições naturais ou de operação da infraestrutura hídrica, como o turismo e o lazer (ANA, 2019). ANA (2019, s/p) destaca que:

Cerca de 93 trilhões de litros de água são retirados anualmente de fontes superficiais e subterrâneas para atender aos diversos usos consuntivos múltiplos e setoriais. A evaporação líquida, a irrigação, a termoelectricidade e algumas indústrias apresentam forte sazonalidade, ou seja, o consumo de água pode variar expressivamente dentre os meses de um mesmo ano.

Outro fator que pode influenciar no consumo e uso múltiplos das águas é o fenômeno da crise hídrica que tem perdurado no Brasil nos últimos anos, evidenciado, principalmente, os conflitos entre a geração de energia e os usos múltiplos das águas.

Cabe salientar que, apesar da crise hídrica ser um fenômeno a parte, a maior parte dos conflitos pelo uso da água acontecem por conta de um mau planejamento e gestão de recursos hídricos. Assim como define Moreira (2012, p.8) “[...]a qual está intimamente ligada à inexistência de informações que associam as vazões já outorgadas com a disponibilidade hídrica”. Nessa direção, os desafios que estão associados à

escassez hídrica e aos conflitos dos usos múltiplos da água, também estão entre os principais obstáculos na gestão da água, precisando, portanto, de políticas públicas que deem suporte para minimizar os conflitos existentes e maximizar o aproveitamento das águas, pensando na preservação dos recursos hídricos.

3.4 PNRH

Historicamente a gestão de águas no Brasil se estendeu de maneira centralizada, foi somente na década de 1980 que começou a ser discutido e definido quais os princípios conduziram o modelo de gestão das águas no país (ABERS; JORGE, 2005). Nessa mesma época, o conceito de descentralização estava em evidência e se tornou o cerne dentro das discussões políticas em âmbito internacional. Dessa forma, esse modelo adotado, a Política de Recursos Hídricos:

[...] seria descentralizada para o nível de bacia hidrográfica; integraria todas as políticas setoriais envolvidas na gestão da água; envolveria os usuários da água e a sociedade civil no processo decisório; e trataria a água como um bem de valor econômico, e não mais como uma dádiva inesgotável da natureza (ABERS; JORGE, 2005, p. 1).

A partir do modelo estabelecido, na década de 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada a Lei Federal 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em que reconheceu a água como um bem público, pontuando no seu texto um caráter democrático, participativo e descentralizador. A PNRH condensou as principais diretrizes e recomendações das grandes conferências internacionais sobre a questão das águas, sendo hoje referência para a gestão dos recursos hídricos no Brasil.

A instituição da lei das águas, como a PNRH é conhecida, vem com a proposta de modificar o papel do poder público federal, que antes tinha a obrigação central do controle da gestão e depois passa a ter uma gestão mais descentralizada com a criação de comitês de bacias hidrográficas, permitindo a abertura para participação democrática do cidadão nestes comitês (SCANTIMBURGO, 2012).

Além de modificar a gestão das águas no Brasil, a PNRH estabeleceu instrumentos que permitem a viabilização da política na designação da água como um bem econômico e na cobrança pelo seu uso. Os instrumentos da PNRH são: os planos de recursos hídricos; o enquadramento dos corpos de água em classes; a outorga de direito de uso de recursos hídricos; a cobrança pelo uso da água; e o sistema de informação sobre recursos hídricos (BRASIL, PNRH, 1997).

Ainda que a PNRH tenha sido instituída em 1997, foi somente na década de 1980 que houve uma maior atenção quanto à criação de um marco regulatório para o setor de águas no Brasil. Por meio da portaria 1.119/83, o Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE) designou a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Recursos Hídricos para o Brasil (SCANTIMBURGO, 2012). A proporção das discussões acerca do Plano fizera com que fosse incluído um artigo na Constituição Federal, artigo 21, inciso XIX, que dá competência à União de “instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Scantimburgo (2012) destaca ainda que os aspectos como o domínio estatal sobre as águas e a descentralização foram contemplados na Constituição Federal de 1988.

Outra questão debatida nesta década era a questão ambiental, que estava se inserindo nas agendas de governo e na sociedade. Jacobi et al (2009) frisa que a preocupação com a deterioração e escassez dos recursos naturais passou a ser entendida como importante e começou a ganhar espaço nas reivindicações por mudanças na gestão hídrica brasileira. Jacobi *et al.* (2009, p. 63-4) salienta:

Somente após a abertura política a partir de 1978, começou-se a democratização da discussão da gestão das águas, onde agentes sociais podiam ter uma atuação mais efetiva nas decisões sobre os usos das águas. A preocupação com a qualidade do meio ambiente foi relevante para alterar o quadro anterior. Este fato é revelado através da adoção, no discurso oficial, da questão do desenvolvimento sustentável, e da discussão sobre a gestão sustentável dos recursos hídricos. A bacia é definida como a unidade de gestão, sendo este conceito incorporado ao Plano Estadual de Recursos Hídricos. Mesmo os empreendimentos hidrelétricos devem ser pensados com a finalidade não somente de gerar energia, mas possibilitar usos múltiplos dos reservatórios.

O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), de acordo com o Art. 33 da Lei Federal nº 9.433/1997, é composto por um conjunto de órgãos e colegiados que atuam na implementação da Política Nacional das Águas: Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (SRQA), Agência Nacional de Águas (ANA), Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH), Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs), Órgãos gestores de recursos hídricos e Agências de Água. Cabe ao SINGREH coordenar a gestão da água de forma democrática, integrada e participativa, planejar, regular e controlar os usos dos corpos d'água, arbitrando os conflitos relacionados aos recursos hídricos e promover a cobrança pelo uso da água (BRASIL, 2022).

Por conseguinte, a criação da Lei 9.433/97 envolveu discussões que visavam a gestão participativa e democrática dos usuários, e a descentralização em bacias

hidrográficas com autonomia administrativa, sendo as principais reivindicações da sociedade para o setor.

Devido a descentralização da PNRH, os comitês de bacias hidrográficas começaram a ser criados com o objetivo de solucionar problemas que ocorriam nas bacias, como, por exemplo, o agravamento de problemas ambientais, ocorrências de eventos críticos, e conflitos entre os usos da água. Conforme Brasil (1997), os comitês atuam na totalidade territorial de uma bacia hidrográfica, das sub bacias hidrográficas de afluentes do curso principal de água, e de afluentes desses últimos, podendo, ainda, atuar num grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

O Comitê de Bacia pode ser definido como “espaço para o debate sobre os conflitos de água, que nesse caso do projeto da transposição é evidente, o Estado demonstra que pode suplantar essa condição e assumir a sua posição centralizadora e de participação social às avessas” (SANTOS, 2002).

Para tanto, os comitês de bacias hidrográficas têm o papel de auxiliar na minimização dos conflitos dos usos de água, bem como garantir que os usos múltiplos das águas sejam garantidos e preservado, tanto os consuntivos, quanto os não consuntivos, como é o caso da atividade turística.

REFERÊNCIAS

ABERS, R.; JORGE, K. D. Descentralização da gestão da água: Por que os comitês de bacia estão sendo criados? **Ambiente & Sociedade**, v. 8, n.2, jul/dez. 2005.

AGÊNCIA PÚBLICA. **Ilha Solteira pede água**, 10.03.2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/03/ilha-solteira-pede-agua/>>. Acesso em: 5 out de 2022.

ANA. Boletins de Monitoramento dos Reservatórios do Sistema Hidráulico do Rio Paraíba do Sul. Brasília, v.9, mar. 2014 e v.10, jan. 2015.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2017. Relatório Pleno. Brasília**, 2017. 169p

BRANDÃO, A.S.; CABRAL, A.E.B, DEUS, E.P., SILVA, W.K.D.; SILVA, W.M.M. Estudo de Caso: Uso de água recuperada na construção civil. **Revista DAE**, v. 67, n. 217, maio/2019. Disponível em: http://revistadae.com.br/artigos/artigo_edicao_217_n_1782.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. O PNRH — Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (www.gov.br). disponível EM:<<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/plano-nacional-de-recursos-hidricos-1/o-pnrh#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Recursos%20H%C3%ADricos%20%28PNRH%29%20%20%20C3%A9,Estados%20e%20Distrito%20Federal%20e%20das%20bacias%20hidrogr%C3%A1ficas>> Acesso em 04 fev 2023.

BRASIL, 1997. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. PNRH. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm> . Acesso em: 29 de maio de 2016.

CUNHA, A.P.M.A.; ALVALA, R.C.S.; NOBRE, C.A.; CARVALHO, M.A. Monitoring vegetative drought dynamics in the Brazilian Semi-arid Region. **Agricultural and Forest Meteorology**, v. 214, p. 494-505. 2015. Disponível em: < <https://doi.org/10.1016/j.agrformet.2015.09.010>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

FIOCRUZ. Cerca de 2,2 bilhões de pessoas não têm água potável no mundo, aponta relatório da ONU | CEE Fiocruz 2019. Disponível em: <<https://cee.fiocruz.br/?q=agua-potavel-no-mundo>>. Acesso em 11 de jun de 2022.

FURTADO, D. de A; KONIG, A. **Gestão Integral de Recursos Hídricos**. 1ª edição, Campina Grande, 2008.

GRANADO, D. C. Protocolo de Avaliação Rápida de Rios para Análise da Qualidade Ambiental em Trechos Usados para Lazer e Turismo. *In: Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2014, Fortaleza*. Anais do XI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2014. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/134.pdf>> Acesso em 06 ago 2021.

LINTON, Jamie. What is water? The history of a modern abstraction. Vancouver: **UBC Press**, 333 p. 2010.

MISRA, A.K. Climate Change and challenges of water and food security. *International Journal of Sustainable Built Environmental*, v. 3, nº 1, p. 153-165. 2014. Disponível em: . Acesso em: 30 jul. 2020.

MOREIRA, M. C et al. Índices para identificação de conflitos pelo uso da água: proposição metodológica e estudo de caso. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 17, n. 3, p. 7-15, 2012.

NOBRE, C., MARENGO, J., SELUCHI, M., CUARTAS, L. and ALVES, L. Some Characteristics and Impacts of the Drought and Water Crisis in Southeastern Brazil during 2014 and 2015. **Journal of Water Resource and Protection**, v. 8, p. 252-262. 2016. Disponível em: Acesso em: 15 set. 2019.

PEREIRA, D. S. P. Saneamiento Básico: Situación Actual en América Latina, Enfoque de Brasil. *In: III Congreso Ibérico sobre Gestión y Planificación del Agua: La Directiva Marco Del Agua: Realidades y futuros*. Sevilla, Espanha. 2002. Disponível em: <<http://tierra.rediris.es/hidrored/congresos/psevilla/dilma1es.html>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

REBOUÇAS, Aldo da C. Água e desenvolvimento rural. **Estudos Avançados**, v. 15, p. 327-344, 2001.

RIBEIRO, W. C.; SANTOS, C. L. S. dos; SILVA, L. P. B. da. Conflito pela água, entre a escassez e a abundância: Marcos teóricos. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 11, 2019. DOI: 10.48075/amb.v1i2.23619. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/23619>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SANTOS, M. E. P. As Águas como Direito e como Commodity - Uma Contradição em Termos?. RDE. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, Bahia, v. 4, n. 6, p. 60-70, 2002. Disponível em:<[O Comitê da Bacia do Rio São Francisco - : CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco \(cbhsaofrancisco.org.br\)](http://www.cbhsf.org.br)> . Acesso em out. 2022.

SAPKOTA, T. B. et al. Cost-effective opportunities for climate change mitigation in Indian agriculture. **Science of the Total Environment**, v. 655, p. 1342-1354, 2019.

SCANTIMBURGO, A. L. OS LIMITES DEMOCRÁTICOS PRESENTES NA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NO COMITÊ DE BACIA HIDRORÁFICA DO ALTO-TIETÊ. **Org & demo**, v. 13, n. 1, p. 51-72, 2012.

TUCCI, C. EM; CORDEIRO, Oscar M. Diretrizes estratégicas para ciência e tecnologia em recursos hídricos no Brasil. **Rega**, v. 1, n. 1, p. 21-35, 2004.

VARGAS, M.C. O gerenciamento integrado dos recursos hídricos como problema socioambiental. **Ambiente & sociedade**, p. 109-134, 1999.

CAPÍTULO 4. LAZER E TURISMO: APROXIMAÇÃO COM A ÁGUA

OBJETIVO

Este capítulo tem como objetivo abordar as relações entre turismo, lazer, água ecoturismo e demonstrar a inerência que a atividade turística tem sob o uso dos recursos hídricos, no âmbito brasileiro, buscando compreender como as políticas públicas podem interferir e dar suporte para o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

4.1 TURISMO E LAZER

Uma das grandes dificuldades iniciais que os pesquisadores em Turismo enfrentam é esclarecer para si o conceito do Turismo. O que se encontra com maior facilidade são citações independentes que não são fundamentadas em critérios ou em conceitualizações do Turismo, tornando a própria definição frágil. O Turismo, enquanto fenômeno, se aporta em outras áreas do conhecimento para buscar sustentação e explicações sobre seu próprio conceito. As disciplinas que são próximas ao turismo como: História, Administração, Geografia, Sociologia, Psicologia, Economia, Antropologia, Marketing, Estatística, Cartografia, Eventos, Política, dentre outras, trazem contribuições para os debates e pesquisas em turismo, mas não conseguem subsidiar a construção do conceito do Turismo enquanto ciência. Assim como descreve Pakman (2014, p. 6):

É frequente ouvir a reivindicação para se ter uma definição única, consensual, de turismo. Esta seria de aplicação geral, trazendo tranquilidade definitiva a todos, que não mais se veriam na necessidade de começar seus trabalhos fazendo uma revisão sobre os diversos entendimentos do conceito de turismo. A partir daí, também, não mais se passaria por constrangimentos quando alguém fizesse a constrangedora pergunta: você, que é um entendido em turismo, me diga, o que é mesmo turismo? O questionamento é simples, mas sua resposta soe ser longa, muito explicativa, e confusa.

Por não ter uma resposta precisa, por anos os pesquisadores na área do turismo têm se fundamentado em buscar a resposta de uma forma mais rápida e simples, recorrer à posição de instituições, como o caso da Organização Mundial de Turismo - OMT, ou em autores que se tornaram referência no assunto exatamente por buscarem responder a pergunta que conceitua o turismo. O conceito adotado pela OMT (2001, s/p), e até então utilizado como “conceito padrão” entre os autores, é de que o turismo:

[...] É o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com o objetivo de lazer, negócios ou outros

motivos, não relacionados com uma atividade remunerada no lugar visitado. Importante assinalar que o turismo compreende todas as atividades dos visitantes, tanto de turistas como de excursionistas.

Embora seja uma definição ainda reconhecida e aceita mundialmente, em 2008, na IRTS - Recomendações Internacionais para as Estatísticas de Turismo, a OMT, junto a ONU - Organização da Nações Unidas, passa a ter outra abordagem para a definição de turismo, transformando a visão reducionista do termo, assumindo a complexidade do tema: “O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, geralmente por prazer” (NAÇÕES UNIDAS / UNWTO, 2008, p. 1).

Essa “nova” abordagem além de transmitir a essência do turismo, perpassando pelas dimensões econômica, cultural e social, dá ênfase ao deslocamento das pessoas pela saída dos lugares habituais, como também destaca o lazer como a principal motivação para o acontecimento da atividade turística.

É de referir que o turismo pode ser versado a partir de diversas disciplinas, e que para tanto, diferentes definições serão construídas, cada uma refletindo uma problemática específica. Tal multidisciplinaridade não representa problema algum, pois cada área irá elucidar aquilo que objetiva compreender. O problema então seria tomar uma definição como a única e absoluta.

Os conceitos adotados pela OMT, e aqui apresentados, são mais voltados como marco histórico do turismo, destacando que as discussões sobre o conceito devem continuar se desenvolvendo para que seja possível abarcar toda a complexidade do Turismo enquanto fenômeno e da atividade turística.

Muitas são as pesquisas que questionam se a atividade turística é fruto da modernidade ou se já existia antes dela (TRIGO 1998; GASTAL 2003; PANOSSO NETTO, A.; LOHMANN, 2012). Ressalta-se aqui que não entraremos no mérito dessa discussão nesse estudo, já que entenderemos o turismo como uma das diversas opções que o lazer possui, e que, por sua vez, trata-se de um elemento que surgiu com a modernidade e pelas conquistas trabalhistas. A fim de entender o termo turista, Urry (2001, p. 269) o descreve como uma das características da experiência moderna, e que:

[...] é importante salientar que o moderno turismo começou a ganhar feição no século XIX, quando o deslocamento humano deixou de ser uma contingência de momentos difíceis ou especiais para afirmar-se como lazer e entretenimento.

Para Marcellino (2014, p. 34), o lazer é na sociedade atual, fruto da sociedade urbana e industrial, representada por “uma cultura vivenciada no tempo disponível, não em contraposição, mas em estreita relação com o trabalho e as demais esferas de obrigação da vida social, combinado com os aspectos tempo e atitude, no valor da atuação no plano cultural”. O autor também relata o lazer como instrumento de mudança social, já que permite que, a partir de sua experiência, o indivíduo possa a vir fazer parte de um todo, de um grupo, exercendo sua cidadania.

Previsto pela Constituição Brasileira de 1988, o lazer é um direito assim como a educação, a saúde, o trabalho, entre outros, encaixando-se dentro dos direitos sociais. Diferentemente dos direitos civis e políticos, “[...] os direitos sociais permitem reduzir os excessos de desigualdade gerados pela sociedade de mercado e garantir um mínimo de bem-estar para todos” (MENICUCCI, 2006, p.138).

Segundo Marcellino (2008, p. 12):

Na Constituição de 1988, o lazer consta do Título II, Capítulo II, Artigo 6º, como um dos direitos sociais: o tempo aparece em outras ocasiões mas só é tratado, quanto à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Seção III, Do Desporto, no Artigo 217, no 3º e último parágrafo do item IV – O poder público incentivará o lazer como forma de promoção social (grifo a expressão por considerá-la carregada de vícios assistencialistas e considerar que não dá conta do direito à felicidade, que sempre precisa de justificativas baseadas em critérios de “utilidade”).

Entende-se, portanto, que o lazer se trata da experiência associada à vivência e reelaboração da cultura, num espaço-tempo conquistado pelos sujeitos às imposições da vida no mundo, visando à humanidade e ao exercício da cidadania de forma mais plena. E é nesse sentido em que se pode considerar o lazer no universo no qual se inclui a atividade turística, como campo de experiências humanas privilegiadas (MARINHO; BRUHNS, 2003).

A atividade turística está em contínuo crescimento e em constante busca por ofertar produtos e serviços diferenciados e diversificados, visando suprir os desejos e anseios de um público que exige cada vez mais o novo. Para atender as necessidades, as expectativas e as motivações dos diferentes perfis de turistas é imprescindível compreender a demanda desses turistas para que seja possível oferecer produtos e serviços que vão de encontro com as suas necessidades.

Nesse sentido, o turismo foi sendo segmentado, a fim de corresponder positivamente às expectativas de grupos/populações diferentes, criando produtos e serviços ajustados a tais exigências. Em 2006, o Ministério do Turismo – Mtur – definiu 11

segmentos turísticos prioritários para desenvolvimento no Brasil, sendo eles: Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Esportes, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo de Aventura, Turismo de Sol e Praia, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Rural, e Turismo de Saúde. De acordo como o MTur (2006), ainda deve se considerar o Turismo social como um segmento que atua de forma transversal aos demais segmentos, uma vez que, ele tem a finalidade de ser inclusivo, buscando conduzir a atividade turística com vistas à melhor distribuição de benefícios.

No Brasil, o turismo em áreas litorâneas, chamado “sol e praia” é o segmento que mais movimentou o mercado turístico. Com cerca de 8.000 km de costa, este segmento é extremamente difundido no país e atrai tanto turistas nacionais quanto estrangeiros (ANA, 2005, p. 11). Por décadas, a imagem do Brasil tem se associado às praias brasileiras como uma das formas de propaganda e *marketing* turístico, fazendo com que o país seja conhecido por suas belas praias e paisagens, e reconhecido em produções cinematográficas por estes ambientes.

4.2 LAZER E ÁGUA: CONTEXTO HISTÓRICO

Inicialmente, a busca pelo contato com a água surgiu em decorrência de algumas doenças que eram controladas ou curadas pela temperatura e/ou salinidade das águas de determinados destinos. As pessoas viajavam em busca de tratamentos médicos e cura por meio de terapias, banhos de mar e proximidade com a água. Esse processo teve início no século XVIII na Europa, e foi se espalhando para os demais continentes, dando início ao turismo em balneários (BRASIL, 2007).

Além do contato com a temperatura e salinidade da água em busca da cura, os destinos também proporcionam contato direto com o sol, calor e paisagens marítimas, montanhosas, do campo, entre outras, utilizadas como fonte de relaxamento e alívio. Sendo assim, tornaram-se lugares excelentes para melhora física e mental das populações mais elevadas, que nesse momento conseguiam se deslocar para tais destinos. A contemplação por si só já conseguia trazer às pessoas que visitavam esses espaços, uma sensação de tranquilidade e paz, podendo ser mais eficaz do que até medicamentos.

Somente no século XIX que alguns países europeus começam a ver tais destinos, com disponibilidade para balneabilidade, como espaços mais sociáveis, investindo nesse período em opções de lazer por meio do entretenimento, como a prática do iatismo, passeios à beira-mar, *spas*, festas, e comercialização de comidas e bebidas.

Simultaneamente a esse período, o avanço e a expansão da industrialização e das tecnologias permitiram que as pessoas conseguissem se deslocar de maneira mais fácil por conta das melhorias dos transportes. Nesse sentido, o acesso e a facilidade de deslocamento, que antes era restrito somente às classes mais elevadas, passaram a ser possível para as demais pessoas, popularizando a visitação nas praias e nos ambientes aquáticos. É na década de 1960 em que as praias do mediterrâneo começam a receber maior fluxo de turistas, uma vez que, segundo Santos Filho (2005), com ajuda do lazer começa a ganhar destaque nos ambientes aquáticos.

A consolidação do turismo de sol e praia aconteceu na década de 1970 com o contínuo fluxo de turistas nas regiões litorâneas do mundo todo, a partir da facilitação de deslocamento por meio dos transportes. À vista disso, as praias começaram a ser referência para o turismo, tornando estes espaços em fenômenos sociais em que pessoas de diferentes lugares se encontravam para recrear-se e relaxar. Este fato despertou a atenção de outros destinos, agora na América, que também seguiram este segmento como principal da economia turística de seus países, como por exemplo: Acapulco - México, Viña Del Mar - Chile, Mar del Plata - Argentina, Punta Del Este – Uruguai, e Rio de Janeiro – Brasil.

É importante destacar que o segmento de sol e praia começou a se consolidar no Brasil, inicialmente, por conta das construções para segundas residências em Copacabana, no Rio de Janeiro, e foi se estendendo para os outros estados do sudeste e para os estados do sul do país, e posteriormente para o nordeste.

Outro ponto que cabe destaque são os destinos termais brasileiros, que também surgiram em decorrência da busca pela cura de certas doenças, e hoje são conhecidos por suas águas de qualidade e com temperatura diferenciada. Algumas cidades brasileiras como Poços de Caldas, em Minas Gerais, e Caldas Novas, em Goiás, são reconhecidas e visitadas por este motivo.

O Brasil mantém, internacionalmente, a imagem de um país tropical, com belas paisagens e praias. Essa imagem se consolidou a partir da criação da EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, em 1996, que incentivou e disseminou as praias do Rio de Janeiro como principal campanha publicitária brasileira, a fim de comercializar o turismo no Brasil (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010). Tal propaganda ainda é difundida entre as agências de viagens e no marketing turístico nacional. Além disso, as condições ambientais também são consideradas na publicidade do Brasil quando tratamos de captação de turistas, assim como o Plano Aquarela (2007, p. 25) descreve, na tentativa de apresentar o país como diferencial:

Com predominância de sol durante todo o ano, a costa brasileira é banhada por águas quentes que ocupam grande parte das bordas tropicais e subtropicais do Atlântico Sul Ocidental e ventos brandos que garantem a tranquilidade de banhistas e adeptos de práticas esportivas como o mergulho, o surfe e a vela. A diversidade da fauna e da flora litorânea, a preservação de extensas faixas da região costeira e a existência de praias isoladas e desertas permite a combinação do segmento de Sol & Praia com atividades próprias de Ecoturismo.

Ainda de acordo com o Plano Aquarela, o turismo e o lazer se destacaram (70%) como principal motivação da viagem ao Brasil em 2004 e 2006. Dentre o lazer, de modo geral, ainda com base nesses dois anos, os principais aspectos motivadores da visita ao Brasil foram as belezas naturais, a diversidade brasileira e o povo e a cultura popular, sendo o item praia marítima especificamente, representante de 31% e 37%, respectivamente. Assim, estes itens são constantemente utilizados nas campanhas promocionais para sensibilizar os turistas para viajar ao Brasil. Mais recente, em 2019, o Panrotas elaborou uma pesquisa que apontou que 64% das viagens para o Brasil entre 2018 e 2019 foram com a motivação do lazer.

4.3 ÁGUA E ECOTURISMO

De acordo com Ruschmann (2003), a constante e intensa utilização que o homem faz da água, vem causando poluição e degradação do meio ambiente natural, implicando na necessidade de um planejamento, monitoramento e acompanhamento dos seus impactos, bem como de uma gestão eficaz que antecipe os danos dessa relação e promova projetos, de longo prazo, que busque, a sustentabilidade.

A relação entre o turismo e o meio ambiente natural é uma relação essencial para a atividade turística, uma vez que a atividade precisa de um ambiente para acontecer, e esse ambiente tende a se descaracterizar pela ação antrópica. No momento em que alguma atividade relativa ao turismo é implementada, o ambiente natural acaba sofrendo alterações, por conta da própria produção do turismo (COOPER; FLETCHER; FYALL, 2007). Para tanto, Coriolano e Vasconcelos (2007, p. 9) afirmam que:

[...] o homem apropria-se da natureza transformando-a em espaço geográfico com a sua presença e suas interferências. A primeira natureza é modificada em segunda natureza com o espaço sendo produzido. A espacialidade deste processo define o surgimento de cidades, lugares, paisagens, territórios e ambientes para a realização do turismo, entre outras necessidades humanas. A base dessa relação está no trabalho. Os grupos econômicos, através de empresas e firmas, definem a produção, circulação, distribuição e consumo do turismo. São os interesses capitalistas que determinam o uso (consumo) do espaço e a relação social de produção do turismo. Portanto, mais do que uma simples relação do

homem com a natureza, há uma relação sociedade e natureza. É a sociedade que determina as formas de uso da natureza ou mais precisamente do espaço, do trabalho e da riqueza. Assim, ocorre a espacialidade para e pelo turismo, juntamente com inúmeras atividades econômicas de apoio, tais como: os meios de transporte, de hospedagem, de agenciamentos, de lazer e entretenimento, além de outras ações mercadológicas.

Como base da relação turismo e meio ambiente, a paisagem se torna o grande atrativo explorado para venda de determinados lugares, assim como pelos visitantes. Nesse sentido, a paisagem é o elemento que causa o primeiro impacto no turista e é a primeira impressão que o turista vai carregar sobre aquele destino. Pensando no impacto visual, a paisagem deve ser considerada dentro da gestão do local, sempre prevalecendo a busca pela sustentabilidade, a fim de ter a atividade turística de forma contínua.

Ainda sobre esta relação, é possível ponderar que qualquer espaço pode ser transformado em um espaço de lazer, contanto que as necessidades dos visitantes e do ambiente natural sejam atendidas. O turismo, portanto, possui a capacidade de criar e recriar paisagens diferentes, conforme seus interesses - e aqui se destacam os interesses econômicos. Ruschmann (2004, p. 24) retrata ainda que:

[...] o turismo nos espaços naturais não é apenas modismo de uma época e que a opinião pública tem se conscientizado, cada vez mais, da necessidade de se proteger o meio ambiente. Há uma grande motivação pela busca por estes espaços, isto é, pelo contato com o ambiente natural, proporcionando um forte apelo comercial [...].

Um dos principais atrativos para turistas que buscam diversão e descanso são reservas de águas, sejam elas naturais ou artificiais. O contato com a água, belas paisagens naturais, a liberdade e o calor são elementos que estão entre os motivadores dos turistas para se deslocarem de um lugar para outro. Dentre as preferências dos turistas pode-se citar as praias, os rios, lagos, barragens, reservatórios, balneários, cachoeiras, entre outros (ANA, 2005).

A partir da identificação da proximidade que a atividade turística tem com a água, a ANA, em 2005, elaborou um estudo intitulado “O turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos”, que identificou os tipos de turismo mais relacionados aos recursos hídricos. O trabalho apontou então que o turismo desenvolvido em toda a extensão do litoral brasileiro; o turismo ecológico e pesqueiro e; o turismo e lazer em lagos e reservatórios interiores, como barragens, por exemplo, são os principais tipos de turismo atrelados à água.

Ao relacionar as atividades mencionadas pelo estudo da ANA, com os segmentos do turismo, entende-se que a aproximação de ambos se faz por conta do

ecoturismo. Já que as atividades buscam utilizar, de forma sustentável, os patrimônios e recursos naturais, com a finalidade de conservação dos ambientes naturais.

Assim como ocorre com o turismo, o ecoturismo também possui diversas conceituações. Em 1994, a Política Nacional de Ecoturismo divulgou, em suas diretrizes principais a seguinte definição para ecoturismo:

[...] um segmento da atividade turística, que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p. 56).

Dentre as variadas definições, esta se tornou uma das mais difundidas pelo país, sendo utilizada pela EMBRATUR, pelo Ministério do Meio Ambiente, e pelo Ministério do Turismo.

Diante desse enfoque, Campos (2021) determina que o ecoturismo se fundamenta a partir de três partes: interpretação, conservação e sustentabilidade. O autor ainda destaca que os princípios da sustentabilidade perpassam a dimensão ecológica, pois também é inerente a melhoria das condições econômicas, sociais das populações locais e satisfação dos turistas. Assim como aponta Sachs (1993, p. 90-91), compreende-se que:

1. Sustentabilidade ecológica, entendida como a proteção da natureza e da diversidade biológica; portanto, o desenvolvimento turístico deve respeitar a “capacidade de suporte” dos ecossistemas, limitarem o consumo dos recursos naturais, e provocar o mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;
2. Sustentabilidade social, fundamentada no estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais equitativa de renda, redução das atuais diferenças sociais e a garantia dos direitos de cidadania;
3. Sustentabilidade cultural implica a necessidade de se buscar soluções de âmbito local, utilizando-se as potencialidades das culturas específicas, considerando a identidade cultural e o modo de vida local, assim como a participação da população local nos processos decisórios e na formulação e gestão de programas e planos de desenvolvimento turístico;
4. Sustentabilidade econômica, que assegure o crescimento econômico para as gerações atuais e, ao mesmo tempo, o manejo responsável dos recursos naturais, que deverão satisfazer as necessidades das gerações futuras;
5. Sustentabilidade espacial baseia-se na distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos para evitar a superconcentração de pessoas, de equipamentos e de infraestrutura turísticas e, conseqüentemente, diminuir a destruição de ecossistemas frágeis e a deterioração da qualidade da experiência do turista

Em 2002, Sachs (2002 p.42), complementa a sustentabilidade com mais três aspectos:

6. Sustentabilidade Ambiental, trata-se de respeitar e realçar a capacidade dos ecossistemas naturais de acolher e absorver os resíduos gerados pelas ações humanas, ou seja, sua capacidade de autodepuração;
7. Sustentabilidade Política Nacional como perspectiva de valor fundamental para a garantia de repartição e compartilhamento do desenvolvimento, sobretudo por meio da governança democrática, que é um valor fundador e um instrumento necessário para que as coisas aconteçam. Baseia-se na concepção de parceria e de colaboração efetiva entre os diferentes setores da sociedade como o público, o privado e o terceiro setor. Os membros da sociedade devem buscar o consenso e a solidariedade, superando os interesses particulares, que só podem ser produzidos em um processo de diálogo e democrático; e
8. Sustentabilidade Política Internacional, a partir do trabalho de organizações internacionais, especialmente da Organização das Nações Unidas – ONU e suas agências buscando estabelecer relações de cooperação entre os países, numa perspectiva de paz e desenvolvimento humano. Devendo promover a igualdade entre os povos, num processo de controle efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, assim como, da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais. Fundamental ainda, a promoção do processo de cooperação técnico, científico e tecnológico, transformando o caráter privado da ciência e tecnologia em patrimônio comum da humanidade.

A partir dos princípios da sustentabilidade, é possível que o turismo se desenvolva de forma mais consciente, enfatizando o turismo alternativo, turismo rural, ecoturismo, turismo responsável, categorias que trazem benefícios à atividade turística, atividades econômicas relacionadas ao turismo e às questões ambientais.

4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

Ao conceituar políticas públicas (PP), Saravia (2006) descreve como “fluxo de decisões e o conjunto de ações concretas realizadas pelo poder público para alcançar os resultados desejáveis para as demandas da sociedade”. Ainda segundo o autor, as políticas públicas podem ser desenvolvidas por meio de diferentes ferramentas, como por exemplo, os planos setoriais. O mais importante na elaboração da PP é que ela seja traduzida em dispositivos e ferramentas/instrumentos concretos, como normas, previsões de orçamento, programas, linhas de ação e planos (DIAS; MATOS, 2012).

A intervenção da administração pública em determinada área acontece por intermédio das PP. O que se almeja no turismo é que as PP assumam a responsabilidade de coordenação e planejamento, legislação e regulação, promoção e incentivo a empreendimentos, inclusão social e proteção dos interesses da comunidade anfitriã (HALL, 2001). Por esse ângulo, espera-se que as Políticas Públicas de Turismo (PPTur) tenham orientações de fácil compreensão, que sejam dimensionáveis, estejam dentro de

uma gestão participativa, e, sobretudo, que haja comunicação entre os atores envolvidos na atividade turística.

O Brasil tem desenvolvido sua potencialidade turística, doméstica e internacional, com base nas suas paisagens naturais e diversidade biológica e cultural, e, por consequência, se torna inerente a necessidade de possuir instrumentos públicos legais que fomentem um turismo que seja responsável, em amplo aspecto, e que busque o equilíbrio sobre o ordenamento e uso dos espaços turísticos (SALVATI, 2004). Desse modo, tais instrumentos devem ser determinados por meio das PPTur, que para Cruz (2002, p. 40) trata-se de “um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território”. Para Beni (2006, p. 91), a política de turismo:

É um curso de ação calculado para alcançar objetivos, ou seja, direções gerais para o planejamento e a gestão do turismo baseadas em necessidades identificadas dentro de restrições de mercado e de recursos. Políticas são orientações específicas para a gestão diária do turismo, abrangendo os muitos aspectos operacionais da atividade.

Em uma breve retomada no contexto histórico internacional, pode-se constatar que as PPTur começaram a ter importância na estrutura política governamental somente a partir da década de 1960. Hall e Jenkins (2004) apontam que foi neste período que o turismo passou a ser reconhecido como uma atividade que poderia gerar impactos, positivos e negativos, na sociedade, na economia, no meio ambiente, e na cultura de uma forma geral. González (2014) corrobora com a ideia de que foi a partir desta década que o turismo passou a ser considerado como objeto de PP, pelo fato de ser, nesse momento, visto como bem público, de uso comum e gerador de impactos.

Cruz (2002), em consonância, afirma que tal período impulsionou a instituição de duas políticas públicas nacionais. A primeira ocorreu pelo Decreto-lei 55 de 18 de novembro de 1966, que define a Política Nacional de Turismo e cria o Conselho Nacional de Turismo – CNTur e o Instituto Brasileira de Turismo – Embratur, e a segunda foi instituída em 1996, decorrente da Lei 8.181/91 e do Decreto 448/92. Ambas PP tiveram como finalidade ordenar o desenvolvimento da atividade turística no país.

Cabe frisar que somente em 1966 houve o reconhecimento do turismo dentro das PP, até essa data as políticas públicas não contemplavam a atividade por completo, apenas aspectos parciais eram considerados, então não tiveram reconhecimento oficial. Outra ressalva é sobre o tempo entre o Decreto-lei 55/66 e a Lei 8.181/91. Nesses vinte

e quatro anos houveram PPTur que foram instituídas em forma de diplomas legais - decretos, resoluções, portarias, alvarás, planos, entre outros (GONZÁLEZ, 2014).

Mesmo reconhecido e inserido dentro das PP nacionais desde a década de 1960, Boneti (2015) expõe que foi na década de 1990 que o turismo passou a ser excitado como um possível vetor de desenvolvimento. Por conseguinte, é em 1992 que o Brasil passou a desenvolver o plano nacional de turismo (PNT), documento elaborado com o consenso dos segmentos turísticos, que tinha como objetivo transformar a atividade em um importante mecanismo de melhoria do Brasil, além de fortalecer o mercado interno e dar foco no turismo social. Atualmente o PNT é descrito pelo Ministério do Turismo (2023, s/d) como:

“[...] instrumento que estabelece diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Turismo”. O objetivo principal desse documento é ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo.

Desde 1992, o Brasil elaborou e registrou cinco planos nacionais de turismo, cada um correspondente a um período: 1992-1996; 2003-2007, 2007-2010; 2013-2016 e, por fim, 2018-2022. Nota-se que o início da elaboração dos planos reforça que as PPTur no Brasil são relativamente recentes e estão se moldando para se adequar às necessidades da atividade.

Salvati (2004) pondera que os papéis de fomento e controle, de início, precisam partir, conjuntamente, de agentes públicos e privados que atuam no setor do turismo. Todavia, é de responsabilidade do setor público a prerrogativa de ditar políticas orientadas para o planejamento e gestão do turismo em todos os níveis de governo: Nacional, Federal, Estadual, Regional e Municipal.

É evidente que todas as PPTur nacionais, como os planos, são de extrema relevância e contribuem para com o desenvolvimento do turismo. Cada nível de governo atua com PP de forma a transformar a atividade turística em possível gerador de renda e emprego, minimizador de impactos negativos, e evidenciar a cultura e identidade. Destaca-se aqui as PP municipais, pois conforme Salvati (2004); Cruz (2002) e Candioto; Bonetti (2015), é no nível municipal que o consumidor - entende-se turista/visitante - entra em contato direto com o produto turístico e realiza seu consumo. Para tanto, a gestão pública municipal torna-se imprescindível consolidadora dos processos e do desenvolvimento do turismo.

A fim de desenvolver o turismo de maneira eficaz sob a ótica da sustentabilidade, é fundamental que dentro da própria gestão municipal a secretaria de turismo esteja

alinhada às demais secretarias, uma vez que a atividade turística tende a impactar direta e indiretamente em todos os setores de um município. Para Menicucci (2006, p. 11): “[...] a intersectorialidade é uma nova forma de abordar os problemas sociais, enxergando o cidadão em sua totalidade e estabelecendo uma nova lógica para a gestão da cidade”. Ou seja, somente por meio da intersectorialidade que o turismo, em sua total complexidade, conseguirá atender às demandas de um destino turístico, bem como prover suporte para os demais setores econômicos de um município.

REFERÊNCIAS

ABETA & MTUR. Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil. Belo Horizonte: editora dos Autores, 2009.156p.

_____. Perfil do Turista de Aventura e do Ecoturista no Brasil. São Paulo, 2010. 96p.: ISBN: 978- 85-62714-10-8.

_____. Programa Aventura Segura: concepção, metodologia e resultados. Belo Horizonte: editora dos Autores, 2011. 106p.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS –ANA. **Caderno de Recursos Hídricos: o turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos**. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.ana.gov.br/nrh_novo/documentos/06%20Turismo/VF%20Turismo%20Lazer.pdf. Acesso em: 08 de jul de 2022.

BINFARÉ, Paula Wabner et al. Planejamento turístico: aspectos teóricos e conceituais e suas relações com o conceito de turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 4, 2016.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. **PLANO AQUARELA: Marketing turístico internacional do Brasil 2007 – 2010**. Disponível em: < http://www.embratur.gov.br/lai_embratur_secom/export/sites/lai/galerias/download/Plano_Aquarela_2007_a_2010.pdf> Acesso em: 1 de ago. 2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. Marcos Conceituais de Turismo. Brasília; Brasil: MTUR. 2006. _____ . Marcos Conceituais. Brasília, 2008.

COOPER, Chris et al. **El turismo: Teoría y práctica**. Madrid: Editorial Síntesis, 2007.

CORIOLOANO, L. N. M. T; VASCONCELOS, Fabio Perdigão. **O turismo e a relação sociedade – natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; BONETTI, Lucas Araújo. Trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 8, n. 19, p. 22, 2015.

CRUZ, R. C. Hospitalidade turística e fenômeno urbano no Brasil: considerações gerais. In: DIAS, C. M. (Org.) **Hospitalidade: Reflexões e Perspectivas**. Barueri/SP: Manole, 2002. 39-56 p.

DIAS, R., & MATOS, F. (2012). Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos. Atlas.

- GASTAL, S. Turismo na pós-modernidade: agregando imaginários. **Turismo na pós modernidade**, p. 51-60, 2003.
- GONZÁLEZ, M. V. P. (2014). Governança turística: ¿Políticas públicas inovadoras a retórica banal? *Caderno Virtual de Turismo*, 14, 9-22. Recuperado em 12 de junho de 2019, de <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1023/408>.
- HALL, Colin Michael. Política e planejamento turístico: o imperativo sustentável. In: _____. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 17-36.
- HALL, C. M., & JENKINS, J. (2004). Tourism and Public Policy. *In*: LEW, A. A., HALL, C. M., & WILLIAMS, A. M. *A Companion to Tourism* (pp. 525-540). Blackwell Publishing.
- MACHADO, Isabela Coutinho. Os caminhos da contradição entre o valor simbólico e mercantil da água e sua apropriação pelo turismo de águas termais: turismo em Caldas Novas. 2013.
- MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. Espaços e equipamentos de lazer: apontamentos para uma política pública IN: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008, p. 133-152.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. 17. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2014.
- MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Org.). Turismo, lazer e natureza. São Paulo: Manole, 2003.
- MENICUCCI, T. **Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos** In: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. A (Org.). *Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 136-164.
- OMT. Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca. 2001.
- PAKMAN, Elbio Troccoli. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. **XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, v. 24, p. 1-20, 2014.
- PANOSSO NETTO, A.; LOHMANN, A. Y. Teoría del Turismo. **México. Trillas**, 2012.
- RUSCHMANN, D. V. M. Turismo e Planejamento Sustentável: *A proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papyrus, 11. ed., 2004.
- SANTOS FILHO, J. **Ontologia do Turismo: estudo de suas causas primeiras**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2005.
- SALVATI, S. S. (org). **Turismo Responsável – Manual para Políticas Públicas**. Brasília: WWF, 2004.
- SARAVIA, E. (2006). Introdução à Teoria da Política Pública. *In* SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). *Políticas Públicas* (21-42). ENAP.
- TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Papyrus Editora, 1998.
- URRY, J. **O Olhar do Turista: Lazer e Viagens nas sociedades contemporâneas**. 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

CAPÍTULO 5. SUSTENTABILIDADE, AGENDA 2030 E TURISMO: CORRELAÇÕES E DESAFIOS

5.1 OBJETIVO

O objetivo deste estudo foi analisar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, estabelecendo possíveis caminhos que os correlacionem com a atividade turística a fim de demonstrar os desafios para a gestão do turismo sustentável, assim como fornecer embasamento para auxiliar na gestão de conflitos no turismo.

5.2 MATERIAL E MÉTODO

O procedimento utilizado para o estudo foi a revisão bibliográfica de artigos científicos, teses e dissertações acadêmicas, relacionados às temáticas de turismo e sustentabilidade e Agenda 2030, publicados a partir de 1995, ano da definição de turismo sustentável publicada pela Organização Mundial de Turismo que deu impulso para as discussões sobre o tema. A pesquisa ocorreu por meio da abordagem qualitativa, com caráter exploratório-descritivo, se fundamentando nos principais resultados, discussões e conclusões de outros trabalhos, partindo para uma análise subjetiva com interpretação de texto. Dessa forma, trata-se de uma análise hermenêutica dialética, em que a interpretação e a compreensão de textos estão relacionadas ao contexto histórico do objeto de pesquisa e da perspectiva do pesquisador, partindo da realidade que investiga (MINAYO, 2013).

Realizou-se a pesquisa bibliográfica nas bases de dados Science Direct, Web of Science e Google Scholar, no período de abril a agosto de 2021. Para tanto, foram utilizadas as seguintes combinações dos descritores turismo, sustentabilidade e Agenda 2030, selecionando apenas as publicações com contexto nacional. Ressalta-se que o estudo não teve o intuito de esgotar a temática e suas bibliografias publicadas, mas sim recolher informações que abarcam sobre as perguntas da pesquisa.

Em sequência, realizou-se a leitura e análise reflexiva da bibliografia definida para o estudo, com a pretensão de identificar o contexto histórico, relações diretas e indiretas, desafios, impactos, potencialidades, e lacunas relacionadas ao turismo e Agenda 2030 que as pesquisas apresentaram. O objetivo desse procedimento metodológico teve como finalidade discutir os principais caminhos para gestão do turismo sustentável. Os resultados constituíram um quadro em que está apresentado as correlações entre os ODS e o turismo sustentável.

Posteriormente, com auxílio do grupo de pesquisa SUSTENTA (Sustentabilidade e Gestão Ambiental) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que envolve especialistas com formações acadêmicas e níveis de graduação distintas, foi realizado um Estudo Dirigido com ênfase na Agenda 2030, em julho de 2021, para discutir sobre os principais desafios para gestão do turismo sustentável diante dos ODS da Agenda 2030 da ONU. O grupo realizou a leitura de artigos científicos selecionados nas bases de dados *Science Direct*, *Web of Science* e *Google Scholar*, e, a partir da análise dessas leituras, se reuniu para apresentar os resultados mais relevantes das pesquisas e compartilhar suas interpretações sobre o assunto. Com esse estudo foi possível selecionar os conteúdos apresentados e elaborar um quadro com os desafios para gestão do turismo sustentável sob a ótica dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

5.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.3.1 QUESTÕES INICIAIS SOBRE O TURISMO

O turismo tem se configurado como um fenômeno que atinge a escala global, sendo desenvolvido por meio das articulações e relações sociais, econômicas, culturais, ambientais, políticas e simbólicas. Juntas, tais articulações se transformam em dinâmicas que reconfiguram as realidades locais onde a atividade turística acontece. Ainda há questionamentos acerca do tema, mas que devem ser considerados, como por exemplo, a distância do turismo enquanto fenômeno, estudado e abordado dentro das academias num círculo mais teórico, versus a atividade turística, enquanto prática vivenciada pelo mercado turístico, estando ambos em extremos diferentes, em que muitas vezes, são tratados de forma distantes.

Enquanto gerador de renda, o turismo tem tido uma vasta gama de ideias e ações que buscam aperfeiçoá-lo com a finalidade de aumentar, ainda mais, seus números. Com o crescimento populacional e a complexidade da vida urbana, a demanda do setor tornou-se crescente (PANOSSO NETTO; NOGUERO; JÄGER, 2011). O capitalismo, seus modos de produção e consumo, a dedicação excessiva e as condições de trabalho, fazem com que as pessoas busquem por alternativas para satisfação pessoal por meio de realização de sonhos, ou mesmo fuga do cotidiano.

Apesar de não se enquadrar dentro das necessidades básicas (como por exemplo moradia, alimentação, saúde e educação, entre outros), o turismo tem se ressignificado enquanto na escala de prioridades, não sendo mais considerado somente um capricho ou algo supérfluo. É claro que para desfrutar da atividade turística, o ser humano precisa

atender as necessidades básicas primeiro e depois considerar seu momento de lazer, seu momento cultural ou seu *status* social.

Esse fato condiz com uma pesquisa realizada pelo Hoteis.com (2020), com 500 participantes de todo o país, em que metade dos respondentes afirmaram que pretendem viajar com mais frequência assim que as regras de confinamento foram flexibilizadas e permitirem. Além disso, 70% dos respondentes afirmam que passou a valorizar mais o hábito de viajar após a experiência de confinamento. Essa pesquisa impressiona principalmente porque o ano de 2020 foi marcado por grande volume de demissões e desemprego, confirmando a ideia de que o consumo do lazer e das viagens por meio do turismo se faz necessário para satisfação pessoal para além das necessidades básicas.

Nessa perspectiva, deve-se entender que o consumo no turismo depende de dois instrumentos essenciais: tempo e dinheiro, tratando-se de um investimento em realizações, experiências e vivências culturais e de lazer, que depende de recursos financeiros e que, por consequência, movimenta a economia global, como afirma Medeiros e Moraes (p. 207, 2013):

A atividade turística, através dos seus aspectos de consumo e investimento, torna-se produtiva, precisa, e determinada com características próprias, sendo seu desempenho fortemente influenciado pelo crescimento do nível de renda dos consumidores e das determinantes potenciais, incorpora-se ao campo do desenvolvimento do comércio, se projetando como um dos maiores e mais importantes setores da economia mundial.

Segundo Joaquim (1994), o turismo pressupõe assim uma relação entre dois grupos humanos categoriais - os que visitam e os que são visitados. Há uma relação estabelecida entre eles, lazer para quem visita – o turista – e trabalho para quem é visitado – comunidade local. Por se tratar de uma troca de expectativas, ocorre também uma tentativa de rentabilização dupla: rentabilização e qualificação do tempo, das expectativas de lazer, ócio, satisfação pessoal e conhecimento para o que visita e rentabilização dos recursos disponíveis para o que é visitado. Complementando a visão do autor, ainda há de se considerar o ambiente onde a atividade ocorre, observando as relações existentes com ele, e buscando um equilíbrio, e quiçá uma sustentabilidade entre os grupos que cercam o turismo.

No que diz respeito à sustentabilidade, o que se pretendeu compreender aqui, assim como para alguns autores, como BOFF (2012); IRVING (2014); LOUREIRO (2014), é que esta se configura para além da compreensão do debate ambiental ou uma resposta prática funcional que tente aliviar os problemas causados pelo estilo de vida do ser humano, implicando justamente aos modos de existência da sociedade contemporânea

como um todo, aos seus modos de produção e consumo, e a industrialização e as variadas implicações do trabalho, que vão de encontro exatamente com a ideia de insustentabilidade.

5.3.2 SUSTENTABILIDADE, ATIVIDADES TURÍSTICAS E SUAS APROXIMAÇÕES

Como o que aponta Dean (1997), o vislumbre pelo acúmulo de capital e os avanços da industrialização, além das promessas por independência e autorrealização, tem acelerado os problemas ambientais no Brasil. Tal obsessão pelo sonhado desenvolvimento econômico estava inclinada para ideia de que, com ele, não haveria mais pobreza e que todos supririam, ao menos, as necessidades básicas. Após alguns anos, enquanto as consequências do “desenvolvimento a qualquer custo” já começam a ser sentidas, essa ilusão foi desmentida pelo fato de que a renda acaba se concentrando nas mãos de quem já tem a renda, e não distribuída de forma equitativa.

O mesmo autor sugere que o que temos hoje como consequências do dito desenvolvimento, resultam do consentimento dos líderes que estiveram e estão no poder. Mesmo se tratando de um texto de 1997, quando Dean aponta o hoje, ainda podemos dizer que é atual, pois sua teoria se confirma cada vez mais de que legislações ineficientes criadas por eles, pela ganância do homem em acumular cada vez mais recursos, e pela falta de empatia para com os demais e, sobretudo, para com o meio ambiente em que estamos, sendo de sua responsabilidade uma gestão que estabeleça diretrizes governamentais como importantes chaves para conseguirmos conservar, para as demais gerações, os ambientes e os recursos naturais.

Thomas (2010) ainda corrobora com esta visão, ponderando que mesmo diante de um histórico conflituoso de ideias políticas e de uso dos recursos ambientais, nem sempre o ser humano consegue aprender apenas com as consequências de suas escolhas, ou ainda pior, que o ser humano prefere insistir em dominar e exterminar a natureza para obter benefícios materiais e econômicos.

Embora a história tenha como traços esse domínio sobre a natureza de forma negativa, precisamos também enaltecer o sentimento que o ser humano tem com relação ao meio ambiente natural e a necessidade de estar em contato com ele, pois, de acordo com Tuan (1974), o meio ambiente pode despertar estímulos sensoriais, que são infinitos. A exemplo disso, Hannigan^{an} traz o exemplo da relação do homem com a água, que transcende à necessidade biológica, corroborando para estímulos simbólicos culturais.

Caminhando no mesmo sentido de Tuan, podemos inserir o turismo atrelado a esse sentimento, por meio das experiências e vivências turísticas. Não é por acaso que,

em geral, os destinos turísticos consolidados no Brasil possuem algum atrativo relacionado ao contato com os recursos naturais. Principalmente nos dias atuais, em que temos uma rotina pré-definida de obrigações (trabalho, escola, religião), a busca pelo contato com a natureza se torna uma alternativa de alívio de estresse, assim como uma possibilidade de incrementar as experiências de vida de uma pessoa ou grupo social.

Na década de 1995, a Organização Mundial de Turismo elaborou uma definição para a compreensão do Turismo Sustentável. Segundo Irving (2018), o Turismo Sustentável é entendido como uma modalidade de turismo ecologicamente sustentável de longo prazo e economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativa para as comunidades locais. Nesse sentido, o turismo se basearia e se desenvolveria, respeitando a vulnerabilidade de cada destino, a partir do reconhecimento da dinâmica socioambiental em escalas local, regional e global. Assim, o turismo deveria seguir os preceitos das dimensões econômica, social, ambiental e cultural que fazem parte do turismo. Somente dessa forma a atividade conseguiria perpetuar, formando um elo entre passado, presente e futuro, pressupondo um sentido de continuidade e renovação.

Assim como entende as políticas globais, o turismo sustentável não se trata de um segmento específico do turismo, já que esse conceito deveria permear amplamente todos os segmentos já existentes do turismo, pensando na perspectiva de que todas deveriam ser sustentáveis.

Em um primeiro momento, essa abordagem parece um tanto utópica,⁴ considerando que muitas das demandas da atividade turística são guiadas pelo mercado, ou seja, guiadas apenas pela rentabilidade econômica. Por isso o planejamento turístico se faz pertinente e necessário para que as questões socioambientais sejam colocadas em primeiro plano, visando garantir a continuidade da atividade, bem como uma garantia para as gerações que desfrutam dela agora e a do futuro.

Seguindo por essa linha, mesmo que haja diferenças entre os destinos turísticos, em diversos aspectos, é imprescindível que haja diretrizes claras que o turismo possa ter como base para percorrer o caminho do em busca da sustentabilidade, ou do

⁴ A sustentabilidade como utopia provoca o desafio da sua aplicação e instiga o almejo das aspirações de seus princípios. Também no Turismo, requer novas concepções de abordagens, que implicam em reconhecer os problemas sociais, a diversidade cultural, a dinâmica ambiental, as peculiaridades e as especificidades locais, num processo de transformação socioambiental. Esses princípios e abordagens produzem estratégias e proposições emergentes a fim de impulsionar novos caminhos para um processo de transformação, engendrando possíveis contribuições para o planejamento e a gestão do turismo num território (HANAI, 2012). A utopia é um “modelo abstrato e imaginário de sociedade ideal, concebido como crítica à organização social existente, porém inexecutável por não estar vinculado às condições políticas e econômicas da realidade concreta. A utopia é o projeto alternativo de organização social capaz de indicar potencialidades realizáveis e concretas em uma determinada ordem política constituída, contribuindo desta maneira para sua transformação” (HOUISS e VILLAR, 2001, p.2817).

desenvolvimento sustentável. Em um sentido amplo, a Agenda 2030 da ONU é uma referência quanto a ações que devem ser desenvolvidas e cultivadas, para alcançarmos o desenvolvimento econômico sem a destruição do meio ambiente, bem como, com os mínimos impactos sociais.

A Agenda 2030 é uma proposta da Organização das Nações Unidas (ONU) elaborada em conjunto com vários países no ano de 2015, e conta com contribuições e ações para um mundo mais sustentável, justo e digno. Com 17 objetivos bem definidos e com 169 metas elaboradas para que o desenvolvimento ocorra em municípios, cidades, países, buscando a erradicação da pobreza, o empoderamento das mulheres, a preservação do meio ambiente e a busca pela igualdade dos gêneros. O maior foco é no desenvolvimento sustentável de forma alinhada e com o compromisso assumido por todos os chefes de Estados participantes da reunião, na busca de um caminho sustentável e resiliente (ONU, 2015).

A Agenda 2030, além de ter como preocupação o desenvolvimento sustentável, busca por uma sociedade mais justa, em que haja um melhoramento nas infraestruturas, na saúde e na educação. Para tanto, mesmo que tenha objetivos globais, a eficácia do cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, precisa do apoio e gestão municipal, pois de acordo com a Confederação Nacional de Municípios

Os Municípios têm um papel central para o sucesso dessa agenda, pois, para que os ODS sejam disseminados e alcançados, é preciso que os gestores municipais incluam tais objetivos em suas políticas e projetos, promovam a integração e a sustentabilidade das iniciativas, atuem a partir de acordos e articulação com outros agentes territoriais. A sociedade civil e o setor privado também são atores-chave, devendo estar envolvidos nesse processo (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2020).

Isso condiz com o desenvolvimento do turismo também, já que é no município que o turista entra em contato com o serviço turístico. Uma vez que a gestão pública siga as orientações dos ODS vários serão os ganhos, qualidade de vida por meio de atividades econômicas sob a ótica da sustentável ou seja, sem comprometerem o ambiente em que estejam inseridas, e que tenham condições de empregos e salários justos. Para que os benefícios dos ODS sejam sentidos a longo prazo, conta-se, primordialmente, com a preservação e manutenção de uma sociedade que está em constante transformação e crescimento populacional.

Atrelando a atividade turística às dimensões da Agenda 2030 e aos ODS, cabe evidenciar que a discussão sobre a ética no desenvolvimento turístico terá papel fundamental para que seja planejado para as futuras gerações, isso porque, o turismo transforma o lugar e as dinâmicas socioculturais, ambientais e políticas, muitas vezes de forma irreversível. Por se tratar de uma atividade humana e capitalista, também pode ser

um fomentador de exclusão social, desigualdade socioeconômica e degradação ambiental. Em contrapartida, quando o planejamento turístico está de acordo, em um sentido amplo, quanto às dimensões que precedem a sustentabilidade, essas transformações podem ser benéficas, em que o turismo pode contribuir de forma direta para com a redução de desigualdades, conservação dos patrimônios natural e cultural, e por consequência, melhorar a qualidade de vida. Portanto, a Agenda 2030 deve ser compreendida no planejamento turístico como uma ferramenta que demonstra as possibilidades de ampliar os benefícios da atividade, bem como torná-la sustentável.

No entanto, esse estudo buscou identificar e analisar as possíveis correlações, diretas e indiretas, existentes entre o turismo e os 17 ODS, como forma de demonstrar que a atividade turística não deve continuar seguindo com políticas setoriais, já que se trata de uma atividade com grande poder de influenciar o comportamento das pessoas que estão com ela envolvidas, gerar impactos positivos e negativos, refletir seus números na economia global, e é potencial fomentador do desenvolvimento sustentável, como ilustra o quadro 1.

Quadro 1. Correlações diretas e indiretas entre o turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e os desafios para gestão do turismo

OBJETIVO	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	CORRELAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS COM O TURISMO	DESAFIOS PARA GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL
1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	Fomentar a redução da pobreza em si, por meio de empregos de qualidade, formação profissional, educação ambiental, e marketing turístico. Outro ponto relevante é com relação à diminuição do preconceito e insegurança que os destinos turísticos menos favorecidos financeiramente já passam aos potenciais turistas. Além de fortalecer o turismo local e regional.	Este é um dos principais objetivos globais, que tem como aporte no turismo a possibilidade de reorganizar as práticas empresariais pensando na geração de empregos de qualidade e novas formas de atender o turista; a gestão pública, pensando em políticas que visem o desenvolvimento sustentável do turismo e que beneficia, sobretudo, a comunidade local; além de um novo comportamento do turista, fazendo o entender os impactos causados pela atividade e como podem minimizar os impactos negativos. Sendo assim, trata-se de uma alternativa para distribuir renda de uma forma mais justa para todos envolvidos, e que necessita de um planejamento pautado em valores éticos.
2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	Buscar o desenvolvimento do turismo sustentável como fonte de renda e crescimento econômico, podendo estar integrada com as políticas agrárias e de preservação do patrimônio natural.	Assim como no primeiro objetivo, o turismo surge como uma possibilidade de alinhar áreas que beneficiem a comunidade como um todo. Neste caso, é necessário que haja políticas públicas que relacionem a atividade turística com as atividades agrícolas, pensando em escala regional e beneficiando práticas de agricultura familiar e economia circular. Aqui seria envolvido o segmento de turismo rural, em que a cultura das comunidades rurais seriam valorizadas e inspirariam outras condutas positivas para o segmento de maneira ampla.
3	Assegurar uma vida saudável	Entender as necessidades da comunidade local como um	O bem-estar é um tema bastante tratado dentro das

	e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	todo e de forma segmentada, a fim de atender aos mais diversos grupos e envolvê-los em atividades lúdicas de lazer, recreação, entretenimento, criatividade, esportes e educação.	discussões acerca do lazer. Dessa forma, o turismo e o lazer seriam as áreas relacionadas para o desenvolvimento de políticas públicas que tivessem o foco a qualidade de vida da comunidade local e dos turistas, pensando em atividades e práticas que abarcam diferentes faixas etárias, bem como façam que os grupos sociais participem e ocupem do mesmo espaço, tornando os espaços em lugares de inclusão social.
4	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	Assim como no objetivo 3, entender as necessidades coletivas e individuais da comunidade local, buscando valorizar o sentimento de identidade por meio da inserção e inclusão de todos.	O lúdico que permeia as atividades turísticas, atrelada às políticas de educação, seria o acesso para que a aprendizagem pudesse ser vivenciada em lugares diversos e em contato com pessoas de diferentes culturas, envolvendo uma troca local e global. Sendo a educação o caminho para o exercício da cidadania, o turismo seria a vivência sociocultural que permite a transformação de experiência em formação cidadã.
5	Atingir a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres	Incentivar a inserção das mulheres nos cargos de tomada de decisão do turismo, promovendo identificação e abertura para que outras mulheres consigam desenvolver a atividade turística, auxiliando nos diagnóstico, prognóstico e resolução de problemas que envolvem os processos da gestão em turismo.	O mercado do turismo tem sido vivenciado, em maioria, pelas mulheres. Mesmo que ainda seja de forma mais operacional se tratando de mercado, a mulher tem papel fundamental nas tomadas de decisão familiar, e tem ocupado cada vez mais cargos políticos, podendo ser um ator essencial para que iniciativas sejam criadas e desenvolvidas em prol do desenvolvimento sustentável do turismo.
6	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos	Uma das questões primordiais para impulsionar o turismo em diversas localidades é a qualidade da água presente nesses locais, além da beleza cênica. Com isso, destaca-se a importância do ODS 6 para a gestão do turismo sustentável. Combater o uso insustentável dos recursos hídricos e a degradação ambiental.	A água é um bem vital e tem diversos símbolos representativos em nossa vida. Na atividade turística é um dos grandes atrativos turísticos, sobretudo no Brasil. Os impactos que o turismo causa nos recursos hídricos são extensos e complexos. Nesse caso, a ética deve ser atrelada às políticas, bem como no planejamento e gestão das águas, visando o acesso à água de qualidade, às práticas de lazer e ao seu uso racional, responsável e sustentável. Ademais, diante das inúmeras formas que a

			<p>água é utilizada nas atividades humanas e econômicas, gera diversos conflitos de interesse e uso pela água. A gestão de conflitos, então, se torna necessária para que o turismo consiga se desenvolver de forma sustentável e ainda auxilie nas demais atividades com interesse nos recursos hídricos utilizados como atrativos turísticos.</p>
7	Assegurar o acesso à energia fiável, sustentável, moderna e a preço acessível a todos	Incentivar o turismo local, além de criar modelos de turismo sustentável, assim como projetos de aproveitamento de energia sustentável.	<p>A necessidade de iniciativas que contemplem a transição energética, a garantir o acesso à energia e o consumo energético, também estão presentes nas discussões pertencentes ao turismo, já que se não se enquadrar a essa transição os riscos da atividade turística são iminentes. Este objetivo vai de encontro essencialmente com a escolha dos destinos, influenciando os turistas com a tomada de decisão.</p>
8	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	Impulsionar atividades turísticas que visem a conservação dos recursos naturais; valorizem a identidade e cultura local, oferte empregos de qualidade e profissionalização na área, além de valorizar o trabalho e o serviço turístico.	<p>Embora seja um objetivo adverso e que possui grandes desafios para ser executado, o turismo pode ser uma alternativa criativa de empregos com baixo impacto ou empregos verdes.</p>
9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	Motivar, por meio de benefícios, a construção de empreendimentos sustentáveis e inclusivos, assim como estabelecer parcerias com outros empreendimentos/serviços turísticos, buscando fortalecer os vínculos do trade do turismo.	<p>Apesar de o turismo pressionar as infraestruturas já existentes, ele pode contribuir para fomentar o uso de materiais recicláveis, energias renováveis, economia de água e energia, assim como auxiliar na criação de tecnologias inovadoras que tenham como finalidade o reaproveitamento de novos produtos.</p>
10	Reduzir a desigualdade dentro e entre países	<p>Reduzir a desigualdade em capacidade de investimentos financeiros e de infraestruturas entre países pobres e ricos. Tornar acessível a todas as pessoas no mundo o turismo, investimento governamental.</p> <p>Melhoria da qualidade ambiental para a promoção do turismo sustentável. Desafios Indiretos: Investimentos em escala mundial em educação ambiental</p>	<p>Muitos autores descrevem o turismo como um grande causador de desigualdades, mas devemos entender que quando ressignificado e sustentado em bases sustentáveis, pode ser o delimitador para que a comunidade local seja inserida no mercado do turismo, bem como prover ações que aproximem os grupos sociais em prol do bem coletivo.</p>

		Fortalecimento das comunidades locais para protagonismo na promoção de atividades de turismo e difusão da sua cultura (autogestão).	
11	Tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis	Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes.	As chamadas cidades inteligentes e as cidades sustentáveis são as cidades que vão ao encontro com o turismo. É fato que o crescimento desordenado dos ambientes urbanos tem causado diversos malefícios para a sociedade como um todo, assim que o movimento destas cidades que visam o desenvolvimento sustentável tem influenciado novas formas de planejamento urbano, tornando-as em potenciais destinos turísticos.
12	Promover a produção e o consumo sustentáveis	<p>Diminuir drasticamente a utilização de matérias primas poluidoras e não recicláveis</p> <p>Promover o uso de energia limpa, investindo em infraestrutura e técnicas sustentáveis.</p> <p>Gerir resíduos de forma ambientalmente adequada e focada na redução de consumo.</p> <p>Investir, em escala mundial, em educação ambiental, promovendo sensibilização para conservação dos recursos naturais. Ademais, viabilizar medidas para o uso de transportes sustentáveis, como a construção de ciclovias.</p>	A produção e o consumo sustentável são temas emergentes para sociedade como um todo. Exige uma reflexão crítica sobre as formas de comportamento e de escolhas que estamos fomentando. O turismo participa desse embate existencial por meio de seu trade turístico - organizações privadas e governamentais atuantes no setor, resultando em diversos tipos de conflitos que acarretam em impactos, muitas das vezes, irreversíveis. O comportamento do turista, que está "fora de casa", é algo que deve ser trabalhado para que haja uma minimização de resíduos e subprodutos. Outro ponto importante é trabalhar a consciência deste turista, para que ele se sinta para aquele destino o respeitando e entendendo que tem deveres para com aquele ambiente, o que os autores têm denominado como "turista cidadão".
13	Assegurar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e os seus impactos	<p>Utilizar de compensação ambiental, para os impactos que são inevitáveis.</p> <p>Para os impactos que podem ser mitigados, empregar a aplicação do conceito de sustentabilidade.</p> <p>Reduzir a dependência dos combustíveis fósseis para o transporte.</p> <p>Promover os segmentos de turismo que respeitem o meio</p>	O turismo é de certa forma uma atividade sazonal, o que se deve às questões de ordem climática e de trabalho. As consequências do aquecimento global representam sérias entraves para os destinos turísticos. Dessa forma, alguns programas e projetos têm sido criados e estão sendo colocados em prática a fim de sensibilizar os turistas em uma mudança de comportamento considerável e

		ambiente. Sensibilizar a sociedade para se tornar menos consumista (consumo consciente e necessário).	sustentável.
14	Conservar, de forma sustentável, os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	Combater o uso insustentável dos recursos hídricos e a degradação ambiental dos recursos marinhos. Muitos locais marinhos estão ligados ao turismo, por isso devem ter medidas preventivas e planejadas para essas localidades, a fim de manter suas funções ecossistêmicas. Promover a valorização do patrimônio natural para visitação turística.	Como já mencionado no objetivo 6, a água é um vetor para o desenvolvimento da atividade turística. No Brasil, os maiores atrativos turísticos são os destinos que possuem recursos hídricos, mais precisamente na costa litorânea do país. Os turistas estrangeiros buscam por conhecer nossas praias, e os nacionais/domésticos buscar por desfrutar suas férias de verão nos municípios praianos. É necessário que haja estratégias de valorização da sociodiversidade local mais assertivas de conversação que articulem a natureza com a cultura, pois todas as ações direcionadas a esses ambientes aquáticos implicam diretamente na vida das comunidades que ali vivem. Além disso, diante da necessidade da água para diversas atividades econômicas, a gestão de conflitos do uso de água se faz pertinente para que a água seja utilizada de forma que sua quantidade e qualidade continuem conservadas.
15	Proteger, restaurar e promover a utilização sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir as florestas de forma sustentável, combater a desertificação, travar e reverter a degradação da terra e estancar a perda de biodiversidade	Valorizar os ecossistemas terrestres florestais, por meio da interação física e bem-estar percebidos pelos turistas.	O turismo ainda é tido como um grande influenciador dos ambientes naturais. Por ser uma atividade humana e capitalista, ele degrada e consome a natureza e a cultura dos lugares em que se instala. Utiliza os recursos naturais apenas como atrativos turísticos, mas, geralmente, não observa os inúmeros riscos que causa a eles. Como tendência (e esperança), o turismo tende a aproximar natureza e cultura, como forma de aprendizado e de mudança comportamental que vise a conservação da sociobiodiversidade.
16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável,	Se embasar na diretiva nacional para promoção da gestão do turismo sustentável. Promover a paz em países com conflitos a fim de viabilizar o turismo Investir em	Cada vez mais existem conflitos mundiais, por diversos fatores, território, político, econômico, social, dentre outros. Todos esses conflitos mesclados com a exclusão social

	conceder o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	educação, em escala global .	têm estabelecido inúmeras tensões, que geram incertezas e insegurança. Nesse sentido, o turismo aparece como um indutor de novos comportamentos, visando tornar as sociedades mais justas, pacíficas e sustentáveis.
17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	<p>Propiciar oportunidades de parcerias no turismo e gestões compartilhadas, além da ampliação e/ou criação de atividades turísticas direcionadas à economia e investimentos dos negócios.</p> <p>Oportunidade de fortalecimento e/ou intensificação de ações de fiscalização aos prestadores de serviços turísticos.</p> <p>Ampliação de parcerias dos multissetores (atores envolvidos)</p>	Diversos são os desafios para a implementação dos ODS. A complexidade de cada um dos objetivos demanda novas formas de governança e gestão. Novas dinâmicas institucionais, bem como transversalidades nas políticas públicas deverão ser arrançadas. O turismo por muito tempo tem utilizado de políticas setoriais, e diante dos ODS não devem permanecer assim. Como indutor de transformação de comportamento, deve estar envolvido com e nas dimensões globais dos objetivos, garantindo que os aspectos políticos, sociais, geopolíticos, e principalmente éticos, sejam contemplados no planejamento turístico sustentável dentro das dimensões desse fenômeno global.

Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Dentre os 17 ODS, três são mais diretamente direcionados ao turismo. O objetivo 8 busca promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. O turismo se relaciona com esse objetivo por causa da sua influência no crescimento econômico global, sendo uma das atividades que movimenta a economia, principalmente, no setor de serviços. O objetivo 12 busca promover a produção e o consumo sustentáveis. O turismo aparece como um potencial influenciador de comportamento, tanto para os turistas, quanto para as comunidades locais, e para as organizações públicas e privadas, motivando que haja boas práticas de consumo. O objetivo 14 busca conservar, de forma sustentável, os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. O turismo nesse objetivo deveria caminhar juntamente com o processo de gestão integrada da zona costeira, buscando a conservação e preservação desses ecossistemas frágeis.

Nota-se, conforme o quadro 1, que os desafios são voltados para a ação e gerenciamento do turismo, mas que esse gerenciamento está para além da gestão pública, envolve também a gestão da iniciativa privada.

Nesse sentido, é importante salientar que as iniciativas do turismo começam a ser empregadas em nível local/municipal e depois passam a ser regionais, devido a particularidade de cada destino e/ou região. Mas ter diretrizes claras, como os ODS, faz com entendamos as implicações do turismo em escala global, ou seja, pequenas ações, no sentido de ações locais, quando em conjunto podem inferir em grandes ações benéficas para a sociedade como um todo.

Ao destacar os principais desafios da gestão do turismo sustentável diante dos ODS, não se exclui os demais problemas da atividade turística. É importante salientar que a participação social nas tomadas de decisão e no envolvimento das atividades, não apenas por meio do trabalho, mas também pelo lazer, são fundamentais para ir na direção de um caminho mais sustentável. Por esse ângulo, a gestão de conflitos também aparece como ferramenta que contribui para com a gestão do turismo sustentável, sendo uma forma de aproximar a gestão pública, iniciativa privada e comunidade local unidos pelos mesmos objetivos e interesses, e, ainda, pensando na conservação dos ambientes naturais utilizados pela atividade.

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando então a atividade turística como uma ferramenta importante para o crescimento econômico, geração de renda, de empregos e qualidade de vida, faz-se

necessário que esta seja planejada de forma consciente, responsável e sustentável, a fim de manter a atividade de forma regular e contínua para as próximas gerações.

O turismo por vezes é tido como um grande gerador de impactos negativos onde ocorre, fazendo com que a ideia de que a atividade turística seja sustentável quase que utópica. Num primeiro momento é difícil conseguir enxergar as possibilidades para que, na prática, o turismo traga mais benefícios do que malefícios para as comunidades locais, justamente porque o discurso pró turismo não pode, e não deve, se basear apenas na quantidade de recursos financeiros que ele é capaz de gerar. Contudo, ao nos depararmos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é possível entender que por conta da movimentação econômica causada pelo turismo, ele pode ser um grande influenciador no comportamento dos turistas e dos demais atores envolvidos com a atividade. Mais do que isso, o turismo enquanto transformador, pode auxiliar nas tomadas de decisão em nível governamental, estimulando que as políticas públicas comecem a ser tratadas de forma transversal, ou seja, que todos os segmentos da gestão pública estejam conversando e desenvolvendo iniciativas que tragam benefícios para diversas áreas. Essa é uma maneira de fazer com que profissionais de várias áreas possam aprender a pensar interdisciplinarmente, de modo convergente, e passem a pensar nas demais áreas de impacto.

Tais políticas públicas alinhadas com as dimensões da ética no planejamento turístico podem trazer inúmeros retornos positivos para os destinos turísticos. Por ser uma atividade humana, é necessário que o conceito de ética esteja presente nas tomadas de decisão do turismo, para que haja uma sensibilização para com e como a atividade turística está sendo ofertada agora e como ela será ofertada para as futuras gerações.

É claro que os desafios são grandes, mas uma vez que os ODS estão definidos para o bem comum, cabe às instâncias de governo de todas as esferas se alinharem para identificar possíveis pontos fracos e traçar estratégias de ações que vão de encontro para com atividades contínuas, para que as demais gerações também possam desfrutar; exerçam papel de inclusão social; prevejam iniciativas para melhores condições de emprego, consumo, minimização de resíduos, de valorização cultural, conservação ambiental, de infraestruturas, de alimentação, educação, de lazer, e qualidade de vida. Somente dessa forma, enxergando as áreas de interesse público como uma rede de relacionamento, conseguiremos desenvolver o turismo que atenda os ODS.

Por se tratar de uma atividade voltada, pensada e executada por pessoas, o turismo precisa ser planejado juntamente com a população local, pois é a comunidade que vai sentir todos os impactos da atividade, sendo que os impactos negativos serão os

mais perigosos e podem trazer danos irreversíveis para toda a região em que está inserido. Nesse sentido, para alcançar uma gestão sustentável do turismo, é necessário que o planejamento, além de ser intersetorial dentro da gestão municipal, também atue de forma regionalizada, pois os impactos positivos do turismo podem beneficiar os municípios do entorno do destino quando bem gerido. Os impactos positivos são sentidos através do compartilhamento de roteiros turísticos, usos dos empreendimentos turísticos e não turísticos gerando emprego e renda, sensibilizando a população para conservação dos recursos naturais, valorização da cultura e identidade local, participação no uso de novas tecnologias mais sustentáveis, entre outros, todos caminhando para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Ademais, quando ocorrem impactos, há tendência de se desenvolver conflitos intensos, de comportamento e de interesse, que resultam em grandes perdas para a atividade turística e para os recursos naturais que são utilizados pelo turismo. Nesse sentido, quando se trata da água, por exemplo, como recurso e atrativo turístico, se faz necessário também que haja uma gestão de conflitos pelo uso da água, já que a água é um bem comum, essencial à vida, finito e se insere em diversas atividades econômicas.

Para tanto, o turismo que mantém relação próxima com a água, no Brasil, sendo dependente dos recursos hídricos por serem considerados como seus principais atrativos turísticos, precisa caminhar também, junto a gestão de conflitos, para que a atividade turística não seja prejudicada e que ainda, consiga auxiliar no desenvolvimento das demais atividades econômicas. Esse é um trabalho coletivo que precisa ser entendido e compartilhado pelo setor público, empreendimentos do turismo e comunidade local.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. **Organização Das Nações Unidas Brasil**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 27 out. 2020.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é - o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Guia para Integração dos ODS nos Municípios Brasileiros. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/2855>> Acesso em 27 de dez. 2020.

DEAN, W. O imperativo do desenvolvimento. In: _____ **A ferro e fogo**. Companhia das Letras. p. 280-360, 1997.

HANAI, F. Y. Sustentabilidade, utopia e transformação In: **Educação Ambiental**: momentos de reflexão. 1 ed. São Carlos-SP: RiMa Editora, 2012, p. 240-246.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2925 p.

IRVING, M. A. Sustentabilidade e o futuro que não queremos. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 26, p. 11-36, 2014.

IRVING, M. A. Participação, inclusão social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *In*: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. (orgs.) **Turismo: Resignificando sustentabilidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2018.

LOUREIRO, C. F. Sustentabilidade e educação ambiental: controvérsias e caminhos do caso brasileiro. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 37-69, 2014.

Navarro, D. (2015). Recursos Turísticos y atractivos turísticos: Conceptualización, Clasificación y Valorización. **Cuadernos de Turismo**, Nº 35, 335-357.

PANOSSO NETTO, A., NOGUERO, F. T., JÄGER, M. Por uma visão crítica nos estudos turísticos. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 03, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i3p539-560>. Acesso em: 29 nov. 2020

Portal Brasileiro de Turismo. Mercado de Eventos. Disponível em: <https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/servicos/pesquisa-confinamento-aumentou-vontade-de-viajar-do-brasileiro/> Acesso em: 05 jan. 2021.

RUSCHAMNN, D. V. (1993). Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. São Paulo: **Revista Turismo em análise**. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/rta/article/view/63069/65877> Acesso em: 04 de set. 2020.

THOMAS, K. O dilema humano. *In*: _____ **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Editora Schwarcz, Companhia de Bolso. p. 343-428, 2010.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: **Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. tradução: DIFEL I Difusão Editorial S. A, 1974.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Carta Internacional sobre o Turismo Cultural**, ICOMOS, Cidade do México, 1999. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaintsobreturismocultural1999.pdf> Acesso em: 25 nov. 2020.

UNEP – **United Nations Environment Programme**, Division of Technology, Industry, and Economics. Environmental codes of conduct for tourism. Technical Report, n. 29, 1995.

UNWTO – United Nations World Tourism Organization. **Carta Mundial del Turismo Sostenible + 20. Madrid: UNWTO, 2015**. Disponível em: <http://cartamundialdeturismosostenible2015.com/wpcontent/uploads/2016/05/Carta-Mundial-de-Turismo-Sostenible-20.pdf>.> Acesso em: 12 dez. 2020.

UNWTO – United Nations World Tourism Organization. 2016 Annual Report. Madrid: UNWTO, 2017. Disponível em: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/annual_report_2016_web_0.pdf.> Acesso em: 10 dez. 2020.

UNWTO – United Nations World Tourism Organization. Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030. [S.l.]: World Tourism Organization (UNWTO), 2017b. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284419401>.> Acesso em: 10 dez. 2020.

WTO – WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Agenda 21 for the travel and tourism industry: towards environmentally sustainable development.** Madrid, 1995a. Disponível em:< <https://digitallibrary.un.org/record/254041>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

WTO – WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Carta del Turismo Sostenible.** Conferencia Mundial de Turismo Sostenible, Lanzarote, Spain, 1995b. Disponível em: <http://www.turismosostenible.org/docs/Carta-del-Turismo-Sostenible.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

CAPÍTULO 6. O CONFLITO DO USO DE ÁGUA E TURISMO EM BROTAS/SP

6.1 OBJETIVO

O objetivo deste estudo foi analisar os conflitos existentes no município de Brotas/SP referentes aos usos da água, buscando identificar como os atores envolvidos, gestão pública e empreendimentos turísticos, na atividade turística compreendem e gerenciam tais conflitos, a partir dos aspectos da sustentabilidade.

6.2 MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa utilizou como procedimento a revisão bibliográfica de artigos científicos, teses e dissertações acadêmicas, relacionados às temáticas de turismo, água, conflitos, história, gestão e Brotas/SP, publicados a partir de 1980, ano em que o município recebeu o título de capital nacional da aventura.

O estudo aconteceu por meio da abordagem qualitativa, com caráter exploratório-descrito e análise subjetiva com interpretação de texto. Tal abordagem se baseou nas principais discussões de outros estudos e buscou aproximar os resultados às particularidades deste trabalho.

A pesquisa bibliográfica ocorreu nas bases de dados *Science Direct*, *Web of Science* e *Google Scholar*, no período de junho de 2022 a abril de 2023. Para tanto, foram utilizadas as combinações dos descritores Brotas, turismo, água, conflitos, história e gestão, usando o critério para se apartar as publicações nacionais. Destaca-se aqui que esta pesquisa não teve a finalidade de esgotar a temática e suas bibliografias publicadas, mas sim abarcar as informações sobre as problemáticas da pesquisa.

Após a realização da leitura e análise da bibliografia definida para o estudo, identificou-se o contexto histórico, a caracterização de Brotas, e os conflitos existentes derivados dos usos da água do município, com o intuito de discutir sobre as atividades econômicas envolvidas nesses conflitos e como os atores relacionados da atividade turística estão os compreendendo e os gerindo. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com roteiros pré-estabelecidos (roteiro no apêndice A), a fim de verificar o entendimento desses atores para a dimensão dos conflitos, como estão buscando solucionar os problemas, e ainda, se consideram a sustentabilidade no planejamento de suas ações. As entrevistas foram divididas em três períodos. As cinco primeiras entrevistas ocorreram no mês de fevereiro de 2023, quando quatro participantes foram

entrevistados de forma presencial e uma por telefone, com pessoas diretamente envolvidas na atividade turística (gestores municipais de turismo, servidores públicos das secretarias de turismo, meio ambiente e agricultura e gestores de agências de viagens locais). O quadro 2 retrata o perfil dos entrevistados.

No mês de abril de 2023, aconteceram as segundas entrevistas com gestores municipais de turismo e da agricultura, de forma remota.

Todas as entrevistas foram gravadas, com autorização dos participantes, um termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice B) foi assinado pelos entrevistados.

Quadro 2. Perfil dos entrevistados (até abril)

Entrevistados	Perfil
1	Secretário de Turismo de Brotas
2	Técnica em Turismo, servidora da Sectur Brotas
3	Gerente da agência de viagens Alaya
4	Consultora sênior da agência de viagens Eco Ação
5	Técnica em agronomia, servidora da Secretaria de Meio Ambiente em Brotas

Fonte: Elaboração nossa (2023).

Durante a realização das entrevistas houve algumas dificuldades. A primeira foi com relação à agenda dos entrevistados. Uma das entrevistas, por exemplo, foi remarcada quatro vezes até acontecer. Em outro caso, um dos entrevistados não se sentiu confortável em responder as perguntas da entrevista de forma presencial e preferiu que a conversa acontecesse por telefone.

A maior dificuldade foi em conseguir contato com representantes do agronegócio de Brotas/SP. Foram feitas tentativas por e-mail e por telefone para uma possível conversa durante os meses de fevereiro, março e abril.

No mais, os participantes das entrevistas foram solícitos em responder as perguntas e se colocaram à disposição para auxiliar nos próximos passos da pesquisa.

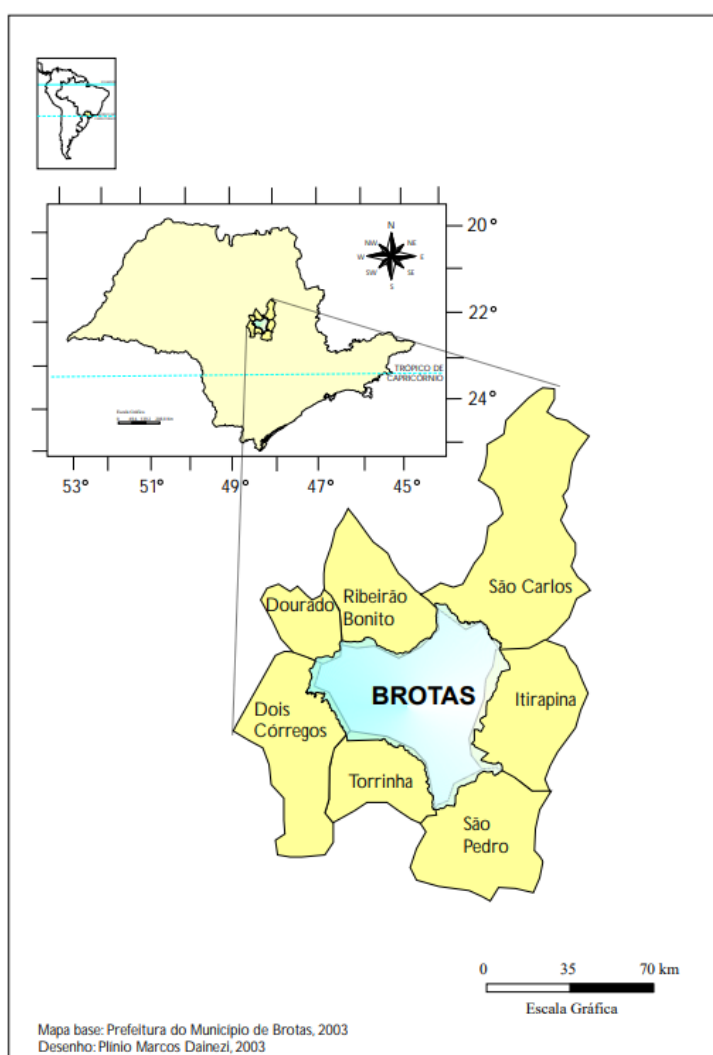
6.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BROTAS

O município de Brotas está localizado na região central do estado de São Paulo, possui área de 1101 Km², onde apenas 5 km² apenas são urbanizados (Figura 4). Sua extensão territorial é uma das maiores entre os municípios do Estado de São Paulo. Tem

uma localização geográfica privilegiada, inserida na Região Administrativa de Campinas, uma das mais importantes do Estado, do ponto de vista econômico (BROTAS, 2023). A população estimada do município é de 24.163 habitantes (IBGE, 2023).

Brotas tem acesso fácil pelas rodovias SP 225, Rodovia Engenheiro Paulo Nilo Romano, SP 310, Washington Luís, com ligação às demais Anhanguera, SP 330, e Bandeirantes, SP 348, todas bem-sinalizadas, conservadas e duplicadas. O município faz divisa com os seguintes municípios: ao Norte, Ribeirão Bonito; a Noroeste, Dourado; a Nordeste, São Carlos; ao Sul, Torrinha; a Sudeste, São Pedro; a Leste, Itirapina, e a Oeste, Dois Córregos (Figuras 4 e 5).

Figura 4 - Mapa de localização de Brotas/SP



Fonte: GALVÃO (2004).

Figura 5 - Mapa de localização de Brotas/SP e municípios limítrofes



Fonte: Elaborado pelos autores com mapa base do Google Maps (2023).

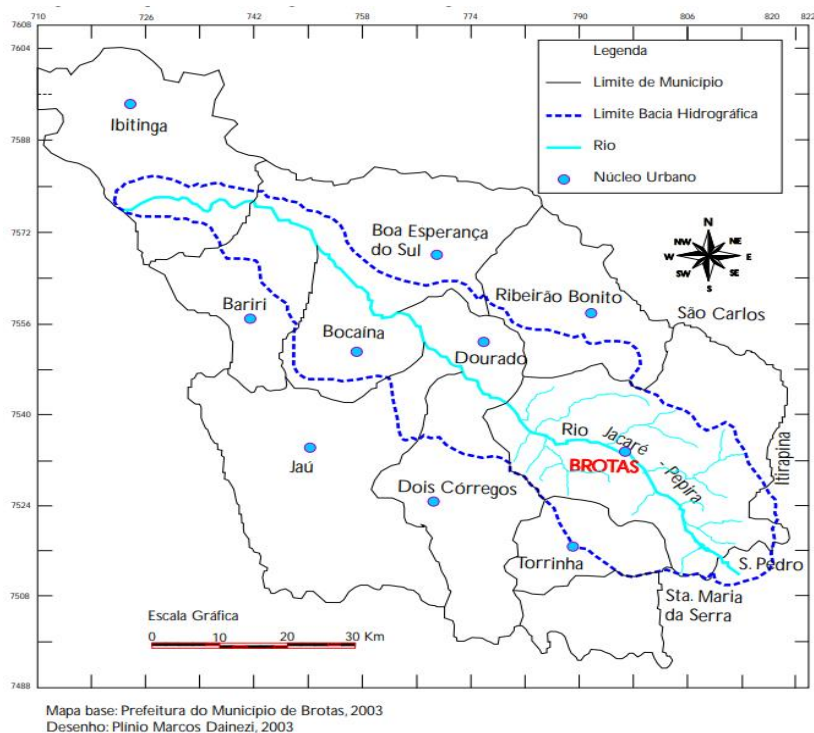
Com relação ao clima, Galvão (2004) classificou o centro-oeste do Estado de São Paulo, dentro da zona climática V, caracterizada por ter um período seco muito nítido em que a frequência da chuva diminui consideravelmente no sentido dos paralelos; a área em que Brotas está situado, pertence à subdivisão Vb, pois revela um ligeiro aumento na quantidade de precipitação por efeito orográfico no inverno. O clima é considerado subtropical úmido e a temperatura média anual é de 22° C.

De acordo com Troppmair (2000), o Clima de Brotas favorece o turismo, pois sua temperatura amena, tanto no verão como no inverno, torna o clima agradável ao visitante, além de que as chuvas registradas favorecem o volume das águas do Rio Jacaré-Pepira onde são realizadas as principais atividades de aventura do município.

Quanto ao relevo do município, este tende a beneficiar as atividades turísticas em diversas formas, já que além das belas paisagens naturais que a cuesta, os morros testemunhos e as colinas da região apresentam ao visitante, há também, a formação de uma quantidade significativa de quedas d'água pelos desníveis gerados pela movimentação do relevo, além das escarpas e desníveis de terreno que podem oferecer lugares apropriados a prática de atividades de aventura verticais, como o rapel ou a tirolesa (BROTAS, 2023).

O Município de Brotas faz parte da bacia hidrográfica do rio Jacaré-Pepira (Figura 6), e tem seu sítio urbano inserido no chamado Planalto de Marília, instalado numa área que se encaixa entre os interflúvios dos Córregos do Gouveia, da Lagoinha e da Lagoa Seca, tributários do Rio Jacaré-Pepira, maior expressão dessa Bacia Hidrográfica.

Figura 6 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Jacaré-Pepira



Fonte: GALVÃO (2004).

6.3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE BROTAS/SP

Ao explorar a formação histórica do município de Brotas, identificou-se que a região do Jacaré-Pepira era povoada, no século XVII e XVIII, por indígenas de vários grupos, como descreve Monbeig (1984, p. 129):

[...] entre eles os caiapós dominavam as partes dos planaltos compreendidas entre o rio Grande e o Tietê. Mais dispersos, formavam os xavantes alguns grupos na Alta Sorocabana atual. Finalmente, os caingangues (...) distribuíam-se tanto pelos planaltos paulistas, como pelas regiões do Paraná e do Brasil Meridional.

A partir da ocupação colonial, a região passou a ser dominada por diferentes grupos colonizadores, que foram exterminando, lentamente, os indígenas no século XVIII. No final do século, José Ribeiro da Silva Reis, um português chegado no Brasil, conseguiu terras do sertão do Aracoara, pertencente à sesmaria de Araraquara, por possuir alguns

escravos. José acabou construindo uma casa, dividiu lotes de terras entre seus filhos, fazendo com que novas fazendas surgissem na região (RAMOS *et al.* 1996; NOLLA, 2000).

Uma das filhas de José Ribeiro, Francisca Ribeiro dos Reis, devota à Nossa Senhora das Dores, construiu uma capela em um dos lotes herdados pelo pai entre os anos de 1839 e 1840. Essa capela deu origem ao povoado de Brotas, que acabou se fixando próximo à construção por conta da religião. Atualmente a capela tem o nome de Capela de Santa Cruz (GERALDO, 1997).

De acordo com o IBGE, somente em 1859 é que Brotas foi elevada à categoria de vila, e recebeu foros de cidade em 1894.

Com relação ao nome do município, não existe consenso sobre sua origem. Segundo Ramos *et al.* (1996), existem quatro hipóteses para o nome da cidade: 1) referência à grande quantidade de nascentes ou afloramentos, os brotos d'água, seria uma delas; 2) uma menção aos brotos de capim, ou seja, aos campos aos quais os tropeiros ateavam fogo após sua estada e que voltavam a brotar, servindo de indicação para acampamentos futuros; 3) derivativo de "bolotas", bolos de fubá característicos fabricados no povoado; 4) por conta da fundadora de Brotas, Dona Francisca Ribeiro dos Reis ser católica e devota de "Nossa Senhora das Brotas" e teria, assim, prestado homenagem à santa, dando esse nome à cidade.

Conforme Silva (2006) até a década de 1930, Brotas movimentava sua economia por meio da mineração e do café. Após a crise econômica de 1929, o município precisou diversificar sua agricultura porque a crise trouxe consequências para os municípios que mantinham a economia baseada somente no café, além de consequências de pragas e geadas. O autor ainda afirma que nos anos de 1970 a cultura da cana de açúcar chega até Brotas, como forma de suprir as necessidades da agroindústria canavieira. Consoante com essa informação, Brotas (2023) afirma que tal panorama perdura até os dias atuais.

Nos anos de 1940 a 1960, aconteceu a chegada das indústrias em Brotas e abarcou as áreas de vestuário, produtos alimentícios, bebidas, gráficas e, ainda, as madeireiras. Aguiar (2005), acrescenta que nas décadas de 1970 a 1990, as indústrias tiveram um aumento significativo, principalmente no setor das madeireiras. Duas empresas instalaram-se em Brotas nessa época, a fim de atender as demandas das áreas de celulose e papel de, principalmente, duas empresas – Ripasa e International Paper, e, associadas ao turismo, dinamizaram a economia local

Outra importante fonte econômica do município é a usina Paraíso, que atua no município desde 1975. De acordo com Brotas (2012), no ano de 2012, a usina:

[...] tem aumentado sua produção de etanol: de nove milhões de litros, em 1983, para 20 milhões de litros, em 2001. Atualmente, produz também açúcar, reaproveita o bagaço da cana para gerar a sua própria energia e se caracteriza, assim, como uma bioindústria. Abriga 2200 funcionários, empregos diretos que totalizam quase 10% da população brotense atual.

Conforme consta no site da Prefeitura Municipal de Brotas, o município tem, atualmente, como suas principais atividades econômicas: a agroindústria canavieira, a cultura da laranja, a silvicultura, a pecuária e o turismo - Este último tem se destacado como atividade econômica local (Brotas, 2023). Como aponta Galvão (2004, p. 51):

“O turismo tem sido responsável por uma nova utilização econômica do espaço natural e urbano de Brotas, seja através dos passeios contemplativos, ou pela utilização da natureza, como o rio e suas quedas d’água para a prática de atividades esportivas aquáticas. O centro urbano também é ponto de visitação, pois que toma forma de ambiente turístico na recuperação dos grandes casarões dos antigos barões do café, resgatando a beleza de um período histórico e do espaço ao seu redor, que se transforma em área de recepção de turistas.”

Atualmente, uma das maiores indústrias de Brotas é a Raízen, chamada de Parque de Bioenergia Paraíso. Trata-se de uma grande indústria de energia que se utiliza da cana como matéria-prima de suas produções. Segundo o site da Raízen, a empresa tem:

“[...] um modelo único de atuação e estamos presente de ponta a ponta: desde a produção e venda de energia renovável e açúcar a partir da cana-de-açúcar, levando também essa energia para diversos cantos no mundo.

6.3.2 A ATIVIDADE TURÍSTICA EM BROTAS

A história oficial do turismo em Brotas teve início em 1984, quando a Coordenadoria de Turismo da Prefeitura Municipal de Brotas foi criada. Nessa época, ainda se tratava de um turismo ocasional, em que os passantes pela região acabavam encontrando um lugar que propiciava contato com a natureza, mas acontecia de forma desorganizada e sem grandes pretensões.

No ano de 1992, o turismo passa a se fundamentar no município, a partir de uma tentativa de fomentar um curtume em Brotas. Assim como relata Galvão (2004, p. 51):

A administração local, acreditando na possibilidade de trazer empresas e indústrias para o município, e, com isso, mais empregos e recursos econômicos, negociava a implantação do curtume. No entanto, uma parcela de jovens mais esclarecidos sobre os impactos ambientais, poluição do ar e rio, e mesmo sobre problemas causados ao trabalhador, sendo nocivo à saúde e ao bem-estar deles, resolveram lutar contra a instalação do curtume, e criaram um movimento chamado de Movimento Rio Vivo, que tinha como objetivo manifestar-se contra a

implantação do curtume em prol da defesa da natureza, do Rio Jacaré-Pepira e mesmo da vida dos possíveis trabalhadores.

Com o Movimento Rio Vivo, surge a ideia de se implantar uma atividade econômica com menos impactos negativos, aproveitando os recursos naturais como atrativos turísticos, o turismo. Em 1994, a Coordenadora de Turismo, passa a ocupar o cargo de Secretária de Meio Ambiente, Esporte, Recreação, Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Brotas, e, por conseguinte, incentiva a realização do diagnóstico dos atrativos turísticos de Brotas, que revelou as cachoeiras do município como os principais atrativos para visitação. O movimento Rio Vivo, a partir do diagnóstico dos atrativos, desenvolveu a primeira agência turística, inserindo a atividade turística como recurso econômico local (SILVA, 2006).

A partir do crescimento e desenvolvimento do turismo em Brotas, outros atrativos turísticos começaram a ganhar espaço, pois existia a necessidade de se diversificar as possibilidades econômicas do município. No ano de 1996, o turismo de aventura se destaca em solo brotense, alterando o turismo local. Em 2012, o município recebeu o título de capital nacional de turismo de aventura e de ecoturismo, e até os dias atuais continua investido para permanecer reconhecida de tal forma. Além disso, Brotas foi a primeira cidade do Brasil a criar uma normatização para essas práticas corporais e inspirou o Ministério do Turismo e a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta) a criarem a normalização do turismo de aventura e do ecoturismo. (Brotas, 2012).

Sobre as atividades turísticas de aventura existentes em Brotas, Galvão (2004, p. 65) classificam-nas como:

Dentre as atividades de aventura, realizadas por todo o município Brotas, pode-se dividir em atividades verticais, como canyoning/cascading (descida em cachoeiras ou quedas d'água em cordas, ou equipamentos específicos, utilizando a técnica de rapel, rapel (técnica de progressão vertical, que consiste em descer paredões de rochas), tirolesa (travessia de um terreno elevado a outro em cabo de aço e verticália (arvorismo, atividades por sobre as árvores); atividades aquáticas, como bóia-cross (descida em corredeiras em bóias especiais), rafting (descida em corredeiras em botes, duck (descida em corredeiras em caiaque inflável), canoagem (descida em corredeiras em caiaques, aquaride (descidas em corredeiras em bóias semelhante ao bóia-cross), hidro speed (descidas em corredeiras nível II a IV deitado sobre uma prancha com nadadeiras e equipamentos de segurança); e atividades terrestres, como cavalgada (trilhas curtas ou longas a cavalo), trekking/hikking (caminhadas a pé de longo ou curto percurso, por entre as trilhas), e mountain bike (Trilhas feitas de bicicleta, por entre os espaços naturais. As atividades são monitoradas por equipes de guias e instrutores preparados pelas agências que operam o turismo aventura na área. Existem por volta de 17 agências de turismo atualmente em Brotas.

Sobre as atividades de ecoturismo, Galvão (2004, p. 66) classificam-nas como:

[...] caminhadas pelas trilhas, que levam às cachoeiras, e, as atividades que de modo geral, são feitas por entre os espaços naturais. São poucos os programas específicos de ecoturismo voltados para o estudo das áreas naturais e para a educação ambiental, como por exemplo, alguns projetos realizados por algumas agências com alunos das escolas públicas locais, ou com grupos da melhor idade, quando alguma gincana em prol do meio ambiente é feita, ou algum passeio para as crianças conhecerem a área, ou até contribuírem para a limpeza de local eleito para a atividade.

O município de Brotas mantém relação próxima com a água. Todas as atividades econômicas, de forma direta ou indireta, acontecem por conta dos recursos hídricos da região. Nesse sentido, por conta dos interesses claros sobre a água, conflitos acabam acontecendo e dificultam a gestão do turismo municipal.

6.3.3 AGÊNCIAS DE TURISMO EM BROTAS

Atualmente existem dezessete agências de turismo em Brotas. Para este estudo, entrevistou-se representantes de duas agências. A escolha das agências se deu pela avaliação do TripAdvisor, em que se selecionou as agências com melhores avaliações, pela sugestão de terem os melhores atendimentos aos seus clientes.

A primeira agência selecionada foi a Alaya. A Alaya tem como avaliação a nota cinco no site do TripAdvisor, de 6.311 avaliações (Figura 7). Essa agência se descreve como a melhor estrutura da cidade para receber seus clientes, pois possui atendimento trilingue, loja conveniência, sala de instrução com arquibancada para treinamentos, espaço fotos, vestiários com chuveiro quente, armários, sapatilhas para o rafting.

Fundada em 1997, a agência elegeu Brotas como campo base para desenvolver um trabalho pioneiro no Brasil de promoção da cultura da vida ao ar livre (ALAYA, 2023).

Figura 7 - Avaliação do TripAdvisor para Alaya

Alaya - Brotas



6.311 avaliações • Nº 3 de 17 Passeios e atividades em: Brotas • Rafting e tubing • Parques de arvorismo e tirolesa • Passeios de barco • Excursões pela natureza e vida selvagem

Fonte: TripAdvisor (2023).

A segunda agência selecionada foi a EcoAção. A EcoAção também tem uma avaliação nota cinco no site do TripAdvisor, de 2.623 avaliações (Figura 8). Essa agência se descreve como uma empresa especializada na realização de eventos corporativos e

treinamentos ao ar livre, do começo ao fim, em qualquer lugar do Brasil, tendo o intuito de motivar, integrar, trabalhar competências e premiar as equipes (EcoAção, 2023).

Figura 8 - Avaliação do TripAdvisor para EcoAção

Brotas Ecoacao



●●●●● 2.623 avaliações • Nº 1 de 17 Passeios e atividades em: Brotas • Rafting e tubing • Canionismo e rapel • Parques de arvorismo • ...Leia mais

Fechado agora • 8:00 - 18:00 [Faça uma avaliação](#)

Fonte: TripAdvisor (2023).

6.3.4 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro pré-estabelecido, em que continha treze perguntas à respeito dos conflitos existentes entre as atividades econômicas de Brotas e as questões ambientais, buscando identificar quais as implicações da atividade turística dentro destes conflitos, quais as pressões e os desafios enfrentadas pelos gestores municipais; como o turismo poderia auxiliar na minimização dos impactos negativos ao meio ambiente natural; e como se dá a aproximação dos ODS na gestão pública municipal de Brotas.

Inicialmente ao questionar os entrevistados sobre as principais atividades econômicas do município para entender em quais atividades deveriam ser o enfoque desta pesquisa, obteve-se a resposta unânime do turismo como uma das principais atividades econômicas do município. Na sequência, o agronegócio apareceu como opção de atividade econômica, seguida da usina de produção de etanol e açúcar. É importante destacar que os entrevistados consideram que a área de serviços, em que o Turismo está inserido, corresponde à grande parte da economia da cidade, uma vez que, gera empregos com maior qualidade, empregos que são menos técnicos operacionais, e propicia experiências diversas por meio do contato com pessoas diferentes. Quando comparada ao agronegócio, o entrevistado 1 relata:

“O agronegócio arrecada 33 milhões por ano, enquanto do Turismo apenas 9 milhões, porém, em relação aos impostos (ICMS), o Turismo gera mais renda ao município, porque o retorno de impostos da indústria é um só, enquanto no turismo, todos os empreendimentos, diretos e indiretos, retornam impostos. Quando se soma todo o valor, a diferença é gritante”.

Portanto, o entrevistado afirma que o turismo é a principal atividade econômica de Brotas, e continua trazendo benefícios da atividade turística:

“Além disso, os grandes cargos do agronegócio não são ocupados por Brotenses, e os cargos menores, mais operários, não representam grande número quando comparado com a geração de empregos diretos e indiretos da atividade turística”.

O entrevistado citou como exemplo a loja de roupas do bairro que vende seus produtos para uma mulher que trabalha em um hotel ou em uma agência, ou ainda que vende para a filha dessa moça. E conclui: *“O turismo é que faz o dinheiro ser distribuído no município”.*

Ao questionar os participantes das entrevistas se estas atividades econômicas mantêm relação direta com o rio Jacaré-Tietê, a resposta também foi unânime: todos responderam que sim. O entrevistado 3 explica que:

Sim! O agronegócio precisa da água para irrigação e o turismo precisa da água e da vegetação para suas atividades de turismo na natureza e aventura. A localização geográfica de Brotas beneficia o município com a quantidade de água por conta de suas falésias.

O entrevistado 2 complementa: *“Sim! O agronegócio precisa, depende da água para a irrigação, enquanto o turismo para as atividades de aventura. Além disso, tem abastecimento geral que é prioridade da captação da água”.*

Buscando averiguar se os entrevistados tinham aproximação com o planejamento e gestão da Bacia Hidrográfica em que Brotas está localizado, perguntou-se se eles conheciam projetos/programas/ações voltados para a conservação desta Bacia.

Os entrevistados 3 e 4 afirmaram que não existe nenhuma ação que está sendo desenvolvida a fim de conservar a bacia hidrográfica. De acordo com o entrevistado 4 *“Só tem as ações das agências de viagem. As agências se mobilizam para fazer a limpeza da beira do Rio quando está baixo, a prefeitura apenas divulga as imagens/fotos, não participa da execução”.* Já o entrevistado 3, diz que *“No Rio Jacaré-Tietê não tem. Precisa de um diagnóstico para fazer ações.”*

O entrevistado 1, por outro lado afirma que sim, tem ações, e responde que:

“Sim, o próprio Comitê de crise do Rio Jacaré-Pepira, criado devido ao baixo índice pluviométrico de 2020, 2021 e 2022, anos que também coincidiram com a pandemia do COVID-19. Nos meses de baixa da chuva, os guias de rafting têm realizado a limpeza do rio, retirando os resíduos sólidos, com apoio da prefeitura. Precisa de maior atuação do Ministério Público quanto ao assoreamento que tem acontecido nas nascentes do Jacaré-Pepira, devido a má conduta do agronegócio. Denúncias já foram feitas, mas ainda nenhuma providência foi tomada”.

Quando perguntado se há participação da população local nas atividades econômicas e nas questões ambientais referidas, todos os entrevistados afirmaram que não há interesse da comunidade em participar das atividades. O entrevistado 2 reflete:

“A população participa quando existe recompensa econômica (a exemplo do trabalho). Em 2019 (antiga gestão) tinha menos participação ainda. Os adultos só participam quando as crianças estão envolvidas. Os guias de turismo, de certa forma participam - realizam a limpeza da beira do rio”.

A fim de verificar se os entrevistados compreendem os impactos (positivos e negativos), derivados das atividades econômicas e das questões ambientais, que ocorrem na bacia, foi perguntado o que eles podem afetar diretamente?; Quais as consequências? Como poderia evitar?; e Como manter o equilíbrio entre as atividades? Os entrevistados apontaram alguns impactos que consideram os mais relevantes. O entrevistado 2 cita os impactos:

“(Impacto negativo do agronegócio) Manejo do solo; não respeito ao código florestal; monocultura cana e soja; Pulverização aérea feita pela Raízen. (Impacto negativo do turismo) Consumo de água; produção de esgoto e resíduos; aumento dos preços em alta temporada. (Impacto positivo do agronegócio) agricultura familiar de Brotas reconhecida e certificada; arrecadação para prefeitura. (Impacto positivo do turismo) emprego e renda de qualidade.”

Já o entrevistado 1 corrobora:

“(Impacto negativo do agronegócio) o assoreamento das margens do rio - a ausência de uma galeria pluvial piora o assoreamento. (Impacto Positivo) Pouco problema com esgoto (está em ampliação); mata ciliar conservada; SAEB realiza avaliações com frequência e está tudo bem com a qualidade; CETESB também realiza testes de avaliação da qualidade da água. Já o turismo traz apenas impactos positivos, já que ele gera renda e emprego. “Sem o agro, Brotas consegue viver, já sem o turismo não”.

Com relação à identificação das pressões existentes, sentidas por parte da gestão pública municipal, um dos entrevistados não soube responder a pergunta, dois responderam que não há pressões, e dois afirmaram que sim. O entrevistado 3 aponta que: *“O agronegócio exerce pressões e os guias também cobram por ações”.*

Entrando na questão dos conflitos pelo uso da água, perguntou-se aos entrevistados se, de fato, existem conflitos. Todos os participantes afirmaram que sim. O entrevistado 2 relata que houveram dois grandes conflitos/crises. *“O 1º conflito foi com a*

outorga da fazenda taperão (cultivo de banana) na baixa da chuva. O 2º conflito foi ocasionado pela demanda da cidade de São Pedro, que capta água do Jacaré-Pepira e necessidade de um monitoramento.

O entrevistado 1, por sua vez, descreve que:

“Os conflitos são pelo uso da água. O DAEE disponibiliza a outorga com base na legislação da década de 1960, precisa rever as necessidades, o consumo, e os impactos das outorgas. Manejo do solo nas nascentes está indo cada vez pior. Precisa conscientizar os pequenos produtores da agricultura familiar para ajudar com o manejo do solo”.

Partindo para perguntas que buscavam alinhar as soluções para os conflitos, foi questionado quais os possíveis caminhos para conciliar a atividade turística e a conservação da água? Um entrevistado não soube responder. Apontando a comunicação como principal ferramenta para solucionar os conflitos, o entrevistado 1 pontua:

“Interlocução com a Raízen que hoje não existe (cortaram a curva de nível); ineficiência do Estado com a fiscalização ambiental; o município tem um COMTUR e COMDEMA bons, precisa de comunicação com os grandes diretores do agronegócio”.

Dando continuidade a essa linha de pensamento, questionou-se quais os maiores desafios para gestão destas atividades, levando-se em consideração sustentabilidade? Novamente um dos entrevistados não soube responder a pergunta. Em contrapartida, o entrevistado 2 descreve:

“Associação do turismo; capacitação de mão de obra; reconhecer a atividade e mão de obra; empresários ir para “linha de frente”; Gestão Pública Municipal incentivar a economia criativa (artesanatos); preservar casarões do município; cultivar a cultura e identidade local”.

A próxima pergunta objetivou a reflexão sobre a atividade turística e a sustentabilidade de Brotas no futuro.

O entrevistado 3 demonstrou esperança para com a confiança dela:

“Turismo mais atuante com políticas públicas; Projetos e planos em prática; Trabalho em conjunto com a iniciativa privada; Trabalho de qualidade; cidade referência; turismo vivendo mesmo com o agronegócio forte (ser exemplo, modelo para outros municípios); população entendendo o turismo; cidade boa para morar também; rio limpo e uso sustentável da água”.

Já o entrevistado 4 demonstrou preocupação com o futuro do turismo em Brotas *“Tenho medo de não ter atividade turística em Brotas”.*

A próxima pergunta teve como interesse saber se os entrevistados entendem sobre quais projetos e ações (políticas públicas) são necessários para a gestão ambiental e turística? Dois entrevistados não souberam responder, enquanto o entrevistado 1, afirma que *“Políticas públicas de fiscalização ambiental; investir em energia solar e/ou renováveis; mais ciclovias, menos carros; conscientização sobre o lixo, educação ambiental nas escolas”*.

A penúltima pergunta teve o propósito de constatar se os entrevistados conhecem os ODS e se eles acreditam que eles já são aplicados no município com relação ao turismo? Qual(is)? Como aproximar os ODS para o desenvolvimento do Turismo? Dois entrevistados não souberam responder, enquanto o entrevistado 1, afirma que *“As pessoas pensam em apenas energia solar. E que o “Meio ambiente é caro. Já o entrevistado 2 afirma que ainda falta igualdade de gênero nos trabalhos. A gestão pública municipal não pensa nos ODS! Trabalha mais com problemas ambientais do que sociais. “Precisa de uma visão mais holística”*.

Almejando identificar mais atores que poderiam contribuir com a referida tese, a última pergunta foi sobre se o entrevistado conhecia alguém que poderia contribuir com a pesquisa, ou ainda se o entrevistado tinha algum material que poderia contribuir com o assunto.

6.3.5 GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TURISMO

Se tratando de políticas públicas, Schmitter (1991) as entende como métodos combinados pelo Estado para trazer soluções de conflitos do uso e do ordenamento do espaço público, direcionados a partir das relações de poder. Nesse sentido, Rodrigues (2015) corrobora afirmando que as políticas públicas envolvem diferentes grupos que constituem um grupo social, e ainda, dividem do mesmo território em um determinado momento da história. Para tanto, regras são necessárias e estabelecidas para que seja possível a convivência de todos estabelecendo uma política comum. Assim como determina Hall (2001, p. 26) , as políticas públicas são construídas a partir dos atos políticos, do ambiente político, dos valores e das ideologias da distribuição do poder, das estruturas institucionais e dos processos de tomada de decisão”.

As políticas públicas de turismo, no Brasil, têm se moldado através dos anos, ganhando novas interfaces e diretrizes. A partir de 1994, com a institucionalização do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) pelo então Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo, com a Portaria MICT nº 130 de 30 de março de 1994,

tais políticas públicas começaram a ser direcionadas para a descentralização da gestão do turismo. O PNMT foi uma iniciativa importante para marcar as ações de ordenamento dos processos de desenvolvimento turístico no país e ganhar visibilidade nas políticas nacionais. (Maranhão, 2017; Fratucci, 2014)

De acordo com Fratucci (2014), a partir da implantação do PNMT os municípios foram instruídos a desenvolverem conselhos municipais de turismo, que fossem paritários e participativos, para, posteriormente, elaborar planos municipais de turismo.

Cabe ressaltar que os planos municipais de turismo, apesar de conter particularidades para atender as necessidades de cada município, devem dar preferências para estratégias traçadas por meio das políticas nacionais, articulando as diretrizes necessárias para o planejamento do desenvolvimento do turismo municipal e regional, e dos destinos turísticos. Para Cooper et al. (2001), “a construção de um destino turístico demanda um longo período de investimentos e de trabalho”, o que implica em tomadas de decisões que abranjam questões, conflitos e/ou demandas de longo prazo.

6.3.6 GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TURISMO EM BROTAS/SP

A gestão municipal de Brotas/SP é composta pelo prefeito da cidade, uma chefe de gabinete, e um assessor de comunicação. A prefeitura também conta com oito secretarias que subsidiam as tomadas de decisões do município, divididas em: Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Esporte e Recreação; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; Secretaria Municipal de Obras; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Turismo; Secretaria Municipal de Meio Ambiente; e duas diretorias: Diretor Geral de Fiscalização; e Diretoria de Cultura (BROTAS, 2023).

A secretaria municipal da Estância Turística do município conta com alguns parceiros que possibilitam auxiliar no desenvolvimento da atividade turística de Brotas, sendo eles: Ponto de Informações Turísticas; Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); ABROTUR – Associação das Empresas de Turismo de Brotas e Região; Associação Comercial e Industrial de Brotas – ACIB; Associação Brotense de Condutores de Turismo – ABCT; Associação dos Produtores Agroindustriais de Brotas – APAGIB; e, Sindicato Rural de Brotas (BROTAS, 2023).

Dentre os objetivos que constam no site da Prefeitura de Brotas, destaca-se o de “promover parcerias com organizações da sociedade para a promoção de programas

esportivos e viagens de lazer”. Já a Secretaria de Turismo destaca como seu objetivo “promover o Calendário de Eventos em nosso município, além de fomentar o turismo através da união e participação dos empresários, organizar eventos, fiscalizar e orientar os empreendimentos, participação em feiras, workshops, congressos etc” BROTAS (2023).

O atual secretário de Turismo de Brotas está neste cargo desde janeiro de 2017, e conta com uma equipe multidisciplinar que o auxilia nos projetos e ações da Secretaria.

A Secretaria desenvolve projetos/programas/ações voltadas para o Turismo de Aventura (TA), Ecoturismo e Atividades ao Ar Livre, Turismo Cultural, Turismo Rural, Turismo de Negócios e Eventos (Programas de Treinamento Empresarial e Eventos Corporativos), e Turismo de Estudo (Pedagógico e de Estudo do Meio), divulgando tais projetos e informações por meio dos seus sites institucionais, da secretaria e da prefeitura municipal, assim como em suas redes sociais.

Por se tratar de uma Estância Turística do estado de São Paulo, em conformidade com as exigências da Lei Complementar Nº 1.261, DE 29 DE ABRIL DE 2015, que “estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas”, o município de Brotas passou a desenvolver o Plano Diretor de Turismo - PDT. O PDT de Brotas mais atual foi elaborado e divulgado em 2022, com o objetivo de atender compromissos ambientais, assim como afirmou o secretário em exercício, Fábio Pontes. Em uma reportagem da Revista Hóteis: referência do setor, o secretário de turismo relatou: “O planejamento e a gestão do turismo devem estar atentos às questões ambientais, culturais e sociais, sempre buscando minimizar os impactos da atividade e, fazendo com que os moradores locais estejam inseridos economicamente e socialmente. É isso que o plano de turismo prevê”.

Os objetivos do PDT de Brotas são: promover o desenvolvimento do turismo de forma inovadora e sustentável; e elaborar uma visão de futuro e estratégias que consolidem e elevem o município a destino de destaque no cenário nacional. Quanto às diretrizes, foram estabelecidas em BROTAS (2022, p. 7) como: “Fortalecer a governança e as relações do trade turístico; estimular o desenvolvimento de pesquisas; melhorar a estrutura da cidade para um melhor receber; aprimorar a oferta turística para encantar o turista; preservar e conservar a natureza, riqueza genuína do município; divulgar o destino de forma intensa e permanente pelo território nacional”.

Ao inserir as questões ambientais no PDT, três compromissos foram estabelecidos. O primeiro diz respeito ao tratamento e disponibilização de resíduos de forma que minimizem ao máximo o impacto ambiental. Já o segundo refere-se ao

incentivo à realização de boas práticas de sustentabilidade nos atrativos turísticos. O segundo compromisso prevê ainda que deverá haver uma parceria entre o COMTUR e o COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, para auxiliar na divulgação das boas práticas. O terceiro compromisso refere-se ao desenvolvimento do turismo sustentável em Brotas, a partir de uma parceria entre a prefeitura, iniciativa privada, e comunidade local, em que cinco metas foram definidas: Articular projeto de mapeamento ambiental do território; Elaborar programa de educação ambiental; Articular elaboração de projeto para áreas degradadas; Realizar parceria com grandes setores do agronegócio; e Exigir fiscalização.

O PDT atual de Brotas apresenta ao longo do seu documento, preocupações com as questões que envolvem a sustentabilidade. Em determinado momento o documento declara a necessidade de medidas e/ou ações que corroborem com o desenvolvimento sustentável do município, mas que parte do caminho já foi percorrido. Ainda nesta declaração, a comunidade é tida como fator de prioridade para os próximos passos políticos, assim como a cultura local.

Também apareceu a preocupação com a comunidade e com o quanto ela conhece e desfruta do seu território e do quanto efetivamente ela se beneficia com o turismo. Há um sentimento de que o grande valor do destino está na autenticidade de sua gente. Precisa-se então olhar mais para a cultura local e envolver a comunidade nesse processo de desenvolvimento do turismo (BROTAS, 2022. p 179).

Outro ponto que foi destaque da revisão do atual PDT de Brotas, diz respeito a preservação da natureza do município. Em conjunto com a cultura e valorização da identidade local, o documento ressalta que “[...] o turismo contribui para a preservação da nascente, do rio Jacaré e seus afluentes (BROTAS, 2023. p 153).

6.3.7 COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA: TIETÊ JACARÉ

O Comitê de Bacia Hidrográfica - Tietê Jacaré - CBH-TJ teve sua criação no ano de 1995, mas sua atuação se iniciou em 1996, de acordo com o contexto do Artigo 4º das disposições transitórias da Lei Nº 7663/91. A representação da composição em sua plenária, ocorre por meio de 12 membros representantes da sociedade civil, 12 do estado, e 12 representantes dos municípios. Já a diretoria possui um Presidente, um Vice-Presidente, uma secretária executiva, e uma secretária executiva adjunta, que juntos atendem as necessidades e demandas dos 34 municípios que compõem a Bacia

até o momento, 58 atas estão disponíveis no referido site, correspondendo ao número de reuniões que ocorreram desde 1996. Dentre os objetivos (SIGRH, 2023) do CBH-TJ estão:

- I** - promover o gerenciamento descentralizado, participativo e integrado, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos hídricos em sua área de atuação;
- II** - adotar a bacia hidrográfica como unidade física territorial de planejamento e gerenciamento;
- III** - reconhecer o recurso hídrico como um bem público, de valor econômico, cuja utilização deve ser cobrada, observados os aspectos de quantidade, qualidade e as peculiaridades de cada bacia;
- IV** - apoiar o rateio de custo das obras de aproveitamento múltiplo de interesse comum ou coletivo, entre os beneficiados;
- V** - combater e prevenir as causas e efeitos adversos da poluição, das inundações, das estiagens, da erosão do solo e do assoreamento dos corpos d'água;
- VI** - defender o direito à promoção, pelo Estado, de programas de desenvolvimento, bem como de compensação aos municípios afetados por áreas inundadas resultantes da implantação de reservatórios e por restrições impostas pelas leis de proteção de recursos hídricos, área de proteção ambiental ou outros espaços especialmente protegidos;
- VII** - compatibilizar o gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio ambiente;
- VIII** - promover a utilização racional dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, assegurando o uso prioritário para o abastecimento das populações;
- IX** - promover a maximização dos benefícios econômicos e sociais resultantes do aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos;
- X** - estimular a proteção das águas contra ações que possam comprometer o uso atual, futuros a saúde pública;
- XI** - promover a integração de ações na defesa contra eventos hidrológicos críticos que ofereçam riscos à saúde e à segurança pública assim como prejuízos econômicos e sociais;
- XII** - coordenar ações para racionalizar o uso das águas e prevenir a erosão do solo nas áreas urbanas e rurais;
- XIII** - promover programas de educação ambiental.

Ao analisar as atas disponíveis de todas as reuniões já realizadas pelo CBH-TJ, constata-se que no ano de 2018, a discussão sobre os conflitos dos usos da água em Brotas começou a ser entendida como prioridade para a gestão da água na bacia Jacaré-Pepira.

Nesse sentido, a Ata da 69ª Reunião Plenária do CBH-TJ, de 07 de dezembro de 2018, apresentou a primeira indicação de preocupação para com o uso, quantidade, e vazão do Rio Jacaré-Pepira, assim como sugere a ata (CBH-TJ, 2023. p. 1):

Em seguida foi colocado em discussão o encaminhamento sobre conflito de uso da água no Rio Jacaré-Pepira. Foi apresentado pelo Vice presidente que esse conflito já foi objeto de uma reunião anterior das Câmaras Técnicas de Planejamento e Gestão e de Recursos Naturais do CBH-TJ, realizada no dia 03 de agosto de 2018, na FATEC Jaú, aonde se chegou à conclusão que poderia ser necessária a elaboração de uma moção sugerindo ao CORHI a mudança da ordem de prioridade na bacia e uma nova porcentagem da vazão de referência

para esse curso d'água. Porém tal moção deveria ser embasada em estudos socioeconômicos e hidráulicos, especificando o nível mínimo para operação da atividade de rafting e qual a vazão necessária para isso.

Em outros dois momentos essa discussão voltou a aparecer nas atas das reuniões. A segunda aparição do assunto foi em julho de 2019, com uma preocupação para as atividades turísticas, sobretudo o *rafting* (CBH-TJ, 2023. p. 1):

Durante a apresentação foi levantado discussão a respeito do conflito de água que ocorre no município de Brotas. Aberta a palavra aos participantes, o Secretário do Meio Ambiente de Brotas ressalta a importância de Brotas para o turismo e o rafting em especial, ressaltando sua preocupação quanto às outorgas concedidas, informando que um estudo está em processo de aprovação para verificar a influência das captações para o *rafting*.

Já a terceira tentativa em levantar questões acerca dos conflitos da bacia, em que tratou de uma inclusão do projeto “Balanço hídrico de águas superficiais da bacia do rio Jacaré-Pepira”, ocorreu em dezembro de 2020.

Embora tais discussões tenham aparecido como uma oportunidade para dar início à iniciativas que visem a conservação e o desenvolvimento sustentável em decorrências aos conflitos dos usos da água em Brotas, ainda não configuram um número expressivo para que ações possam contribuir com estes objetivos. Além disso, para que o tema ganhe força é necessário que haja parcerias entre setor público, privado, e comunidade, a fim de identificar as prioridades e possíveis soluções.

Contudo, nota-se que a temática se faz pertinente e que está, de forma recorrente, em evidência, sinalizando que é preciso destinar esforços, estudos, políticas públicas, e ações em cooperação. O fato de a problemática surgir uma vez por ano nas reuniões do CBH-TJ, surge como um alerta de um problema que se não entendido e solucionado agora, poderá ter consequências irreversíveis ao Rio Jacaré-Pepira, às atividades econômicas do município, e à população local.

6.4 DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Diante dos recursos naturais que Brotas possui, sobretudo os recursos hídricos, o município tem se desenvolvido turística e economicamente, explorando as possibilidades de atividades diversas do turismo de aventura e do ecoturismo.

Por se tratar de um bem comum, a gestão pública municipal tem um papel de responsabilidade para com a manutenção destes bens, assim como em manter o equilíbrio entre as atividades econômicas, sociais e ambientais do município, prezando

para que a comunidade local usufrua das atividades com qualidade, o meio ambiente natural seja conservado, e a economia se desenvolva de forma local e regional.

Quando outros atores estão envolvidos e interessados no recurso hídrico municipal, como é o caso do Rio Jacaré-Pepira, como matéria-prima para desenvolver suas atividades econômicas, conflitos são inerentes. Assim como apontam De Dreu (2002) e Robbins (2002), os conflitos abrangem ambos aspectos: pessoas, organizações, meio ambiente e atividades humanas.

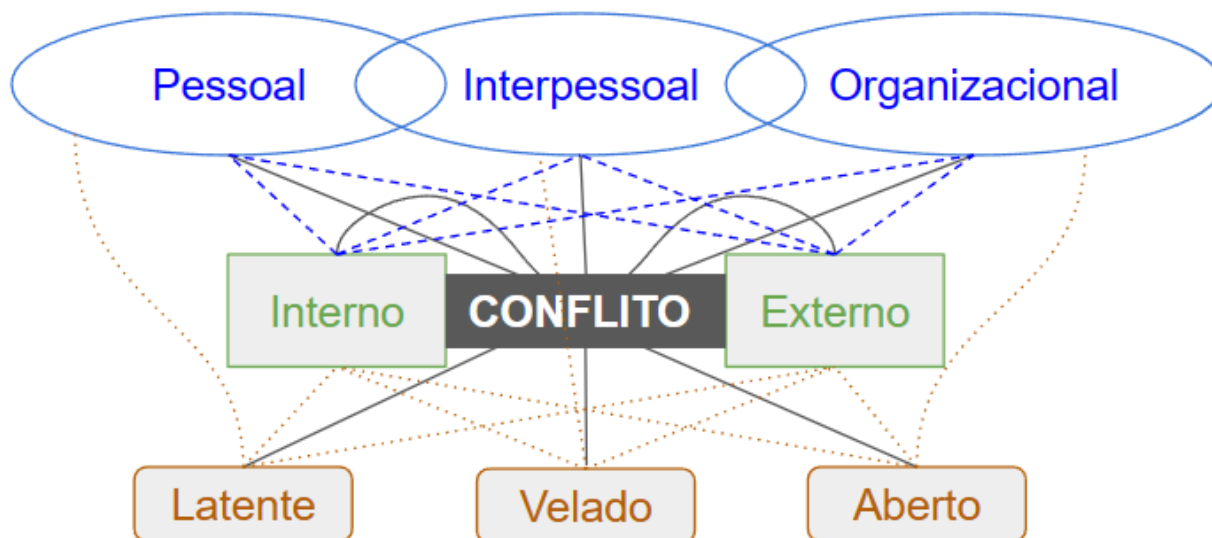
As duas maiores atividades econômicas de Brotas são o Turismo e o Agronegócio. Como foi apontado nas entrevistas, o diálogo entre a gestão pública municipal de Turismo e as empresas do agronegócio, não funciona de forma eficiente entre todos os atores. O entrevistado 1 relatou que com os pequenos produtores agrícolas, e as empresas do agronegócio de porte pequeno, o diálogo ainda acontece e que ações em conjunto já foram realizadas para que ambas atividades conseguissem se desenvolver sem interferir na outra, e, ademais, diminuir os impactos negativos ao recurso hídrico. A dificuldade surge quando o diálogo precisa ir para uma escala maior, das grandes empresas do agronegócio. O entrevistado ainda aponta que uma das empresas, que é a patrocinadora do projeto SOS Mata Atlântica - em que se subentende ter princípios éticos para com o meio ambiente natural, está degradando o solo e a água do município. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, meses de chuva intensa, a referida empresa desfez as curvas de nível próximas ao Rio Jacaré-Pepira, fazendo com que a água da chuva carregasse terra e lixo para dentro do rio, poluindo-o e deixando-o barroso.

Além de impactar diretamente o Rio, para atividade turística tal feito faz que o turista tenha uma experiência ruim com o Turismo de Brotas, podendo não ter motivações para retornar e, ainda, fazer um *marketing* negativo do município para outras pessoas. A limpeza do rio foi feita em parceria entre os guias de turismo das agências de viagens do município e a prefeitura municipal.

Como há interesses em comum sobre o recurso hídrico de Brotas para as atividades econômicas, os relacionamentos pessoais e organizacionais começam a gerar conflitos de diversos aspectos.

Os conflitos podem ser classificados de algumas maneiras e os autores Burbridge; Burbridge (2012), Chiavenato (2004) e Berg (2012) ressaltam que entre as tipologias de conflitos existem relações entre as categorias, podendo um conflito ter mais de uma característica, Figura 10.

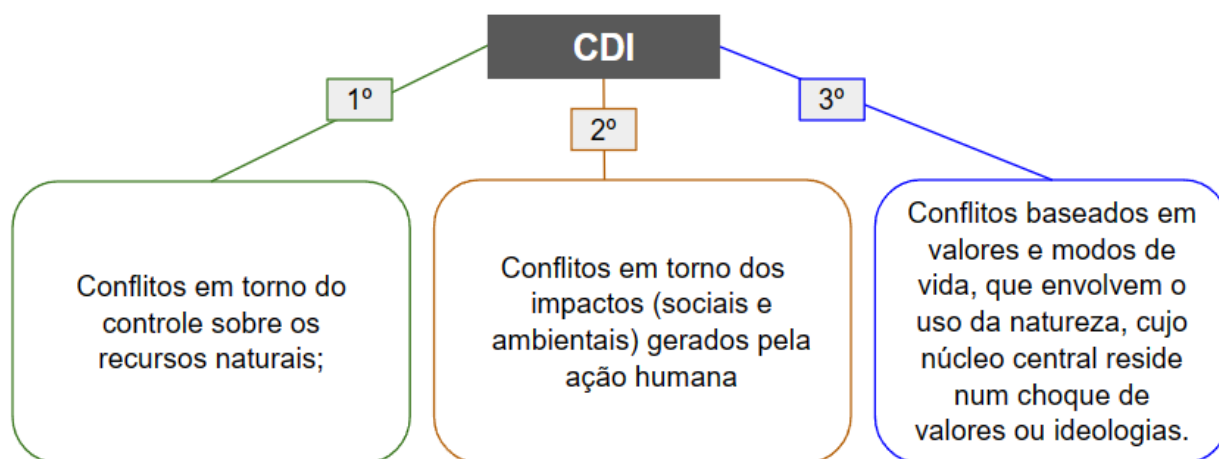
Figura 10 - Fluxograma das tipologias de conflitos



Fonte: Adaptado pelos autores a partir das definições de conflitos de Burbridge; Burbridge (2012), Chiavenato (2004), e Berg (2012).

O caso de Brotas perpassa por todas as tipologias da Figura 10, uma vez que está afetando a gestão pública municipal de Turismo, a iniciativa privada (agroindústria e empresas turísticas), e a comunidade local. Por isso, os conflitos dos usos da água em Brotas podem entrar na categoria dos CDI, Figura 11, já que se tratam de conflitos mais complexos do que os comportamentais, e envolvem, além de pessoas, outras dimensões que podem afetar toda sociedade e acarretar em impactos negativos irreversíveis (LITTLE, 2003).

Figura 11 - Fluxograma das categorias de conflitos de interesse



Fonte: Adaptado pelos autores a partir das definições de conflitos de interesse de Little (2003).

Com base nos dados obtidos pelas entrevistas e documentos institucionais, as estratégias de gestão de conflitos que existem atualmente em Brotas são fundamentadas na estratégia de competição. Essa é uma estratégia que reflete a tentativa de satisfazer os próprios interesses à custa dos interesses do outro. Em geral, como afirma Little (2003), a competição é adotada como ponto de partida para resolver uma problemática sem ao menos os atores se darem conta, acaba por ser instintivo querer “vencer” e resolver apenas os próprios problemas.

Para tanto, os caminhos para buscar uma gestão de conflitos que atenda as necessidades dos atores envolvidos e da conservação da água vão ao encontro com as estratégias de Compromisso e Colaboração. Estabelecer um diálogo conciso e claro é o primeiro passo para que suas necessidades sejam expostas e, posteriormente, atendidas.

A estratégia de compromisso, apesar de buscar a resolução do conflito de forma moderada, em que os interesses são atendidos, não necessariamente de forma completa, é um primeiro passo para os conflitos onde o diálogo é comprometido e/ou quase inexistente. Little (2003) afirma que nesse tipo de estratégia tudo acaba sendo dividido, os acordos, as opiniões, as aceitações e a culpa.

Já a estratégia de colaboração é o caminho mais promissor para gestão de conflitos, uma vez que nesse modelo os interesses de todos os envolvidos são satisfeitos de forma completa. Nesse tipo de estratégia, além da comunicação e diálogo, a confiança deve ser pré-estabelecida, pois os ganhos e as perdas serão proporcionais para todos os interessados.

Ao apontar que o diálogo com os demais interessados é o ponto crítico para gestão de conflitos dos usos da água em Brotas, os gestores públicos evidenciam a

necessidade de que, inicialmente, ações sejam tomadas dentro da própria instituição por meio de parceria entre os setores e secretarias, aumentando a complexidade das demandas de cada área e, assim, buscando atender as necessidades do bem comum junto ao meio ambiente natural. Essa é uma estratégia que deve ser estimulada, uma vez que é no âmbito municipal que o turismo acontece e é sentido, positiva e negativamente.

Visando atender às metas da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável, o PDT de Brotas, inseriu em sua última revisão, objetivos e estratégias que possam contribuir com mudanças em médio e longo prazo e tornar a sustentabilidade algo mais próximo de sua realidade. Os caminhos para o desenvolvimento sustentável vão ao encontro com a abrangência das dimensões social, ambiental, ecológica, política nacional e internacional, território/espço, cultural, e econômica, como define Sachs (2002). Nesse sentido, a sustentabilidade precisa ser o centro das discussões e das tomadas de decisão que envolvem os conflitos sobre os usos da água e a atividade turística em Brotas.

6.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Brotas/SP, tem a sua imagem e seu nome associado ao turismo. A atividade turística de Brotas, ainda que haja a tentativa de diversificação de produtos e serviços, mantém o turismo de aventura e o ecoturismo como sua principal atividade promocional do município. Conhecido nacionalmente por tais atividades, sobretudo o *rafting*, Brotas, passa a ter sua economia - por parte do da atividade turística - pautada sobre as águas do município.

Ao identificar que existem conflitos que colocam a relação do turismo com a água e a economia em risco, espera-se que haja o comprometimento para que os impactos de tais conflitos pelo uso da água sejam os menores possíveis. Isso porque os impactos negativos dos conflitos anunciados nas atas do CBH-TJ abrangem diversos setores da economia, da gestão pública, da iniciativa privada, a comunidade local, e, principalmente, o meio ambiente natural.

As entrevistas demonstram a distância de informações que a gestão pública municipal e a iniciativa privada do turismo têm. Enquanto a gestão pública municipal de turismo afirma que a comunidade e as empresas de turismo são cientes de suas ações, projetos e programas, a iniciativa privada do turismo relata desconhecer de todas ações mencionadas pela gestão pública municipal. Em outro ponto de vista, a gestão pública municipal menciona a dificuldade de contar com apoio da população em qualquer

iniciativa que não envolva educação ou saúde, e que o turismo acaba por ser desvalorizado e até, subestimado.

Para uma atividade que movimenta economicamente um município como Brotas, as parcerias, entre setores públicos, público e privado, privado e privado, e as parcerias de todos com a comunidade local, são insuficientes. A população, parte da iniciativa privada do turismo, demais atividades econômicas do município e parte dos gestores públicos, não compreendem o papel e as contribuições da atividade turística para o município, causando divergências nos interesses e demandas que a comunidade possui.

Contudo, há uma demonstração de interesse, por parte da gestão pública municipal de turismo, em buscar possibilidades para conseguir aproximar os atores envolvidos no setor turístico em prol de seguir para um caminho do turismo sustentável.

REFERÊNCIAS

BROTAS. Prefeitura Municipal de Brotas/SP. **Conheça Brotas**. Disponível em: <<https://www.brotas.sp.gov.br/brotas>> Acesso em 05 de jan de 2023.

ALAYA. Alaya, o melhor da vida ao ar livre. **Quem somos**. Agência de Viagens, 2023. Disponível em: < <https://alaya.com.br/pt/quem-somos/>> Acesso em 10 de fev de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brotas, São Paulo. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/brotas.html> > Acesso em 28 de jan de 2023.

ECOARÇÃO. **Nossa história**, 2023. Agência de Viagens. Disponível em: < <https://brotasonline.com.br/>> Acesso em 11 de fev de 2023.

GALVÃO, J. **O processo de planejamento do turismo de natureza**: reflexões sobre a construção da política municipal de desenvolvimento sustentável do turismo de Brotas. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP.2004.

GERALDO, J. C. **A evolução dos espaços livres públicos de Bariri, Brotas e Dois Córregos** – SP. Tese de Doutorado. SP: USP, 1997.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e aul de Andrade e Silva. SP:Editora Hucitec, 1984.

NOLLA, S. C. **Turismo e sua influência sociocultural na população de Brotas**. Trabalho de conclusão de curso, (Graduação em Turismo) – Faculdades Integradas de Jaú. 2000.

RAMOS, A. et al. **Brotas: cotidiano e história**. Prefeitura Municipal de Brotas, 1996.

SIGRH. Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo.CBH-TJ. Disponível em: <<https://sigrh.sp.gov.br/cbhtj/apresentacao>> Acesso em 10 de junho de 2023).

SILVA, C. A. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de**

Brotas: proposta metodológica. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2006.

TROPPEMAIR. H. **Geossistemas e geossistemas paulistas**. SP:Rio Claro,2000.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

A água, embora seja um bem essencial à vida, por muitas vezes é tratada como um simples recurso natural por diversas instituições e até por parte da gestão pública em suas diferentes esferas. O que é imprescindível à existência da vida, por anos e por muitos, foi tido como um recurso natural inesgotável.

Os conflitos que são gerados pelos usos das águas são encontrados em qualquer fonte de recurso hídrico, já que as atividades econômicas humanas se utilizam da água como matéria-prima para desenvolver seus produtos e serviços.

O município de Brotas/SP, está situado na bacia hidrográfica do Jacaré-Tietê, sendo o Rio Jacaré-Pepira um relevante recurso natural. Por ter em seu entorno empresas relacionadas ao desenvolvimento do agronegócio, as águas do Rio Jacaré-Pepira são requisitadas como recurso para a produção de seus produtos, corroborando para que haja conflitos relacionados ao uso das águas do rio. Sendo considerado um município de referência nacional para a atividade turística de aventura e de ecoturismo, a presente pesquisa analisou e compreendeu como os atores envolvidos na atividade turística percebem e lidam com os conflitos existentes, buscando proposições para a sua gestão.

Quanto à primeira questão da tese *“Quais são os principais conflitos existentes atualmente dos usos da água entre as atividades econômicas (turismo, agronegócio, usina de açúcar e álcool), e suas consequências com relação à atividade turística, no município de Brotas/SP?”* Identificou-se que as principais atividades econômicas de Brotas dependem do Rio Jacaré-Pepira para desenvolver suas atividades, produtos e serviços, tanto com relação à captação de água, quanto às questões do uso pelo turismo, requisitando quantidade e qualidade de suas águas.

Com relação à segunda questão *“Quais as implicações da atividade turística dentro desses conflitos? E como se porta a gestão pública municipal como mediador e representante pública dos conflitos?”*. Verificou-se que o turismo em Brotas depende totalmente do Rio para desenvolver suas atividades e práticas turísticas. Nesse sentido, quaisquer alterações de quantidade e qualidade da água é sentida pelos empreendimentos turísticos que sofrem a baixa de turistas no município. Tida como uma atividade que gera menos impactos diretos, quando comparada ao agronegócio, o turismo em Brotas tem enfrentado interferências conflituosas com as empresas do agronegócio e da agricultura, que estão localizadas próximas às margens do rio. Os impactos advindos das atividades agropastoris são sentidos primeiro no solo e depois na quantidade e qualidade da água. Com a retirada das curvas de nível que aconteceram no início de

2023, resíduos e volumes de terra foram escoadas para as águas do rio, deixando-as com aspecto turvo e barrento, comprometendo a experiência dos turistas durante as atividades aquáticas, valém de poluir também a paisagem do entorno do rio. A gestão pública municipal em Turismo tem ciência de tais consequências e buscaram o diálogo, inicialmente, com os produtores agrícolas - o que surtiu efeito positivo, já que entraram em acordo de horários e escalas para a captação da água do rio apenas em períodos noturnos - quando não há turistas usufruindo do Rio Jacaré-Pepira. Já o diálogo com as empresas do agronegócio é a principal queixa dos secretários municipais entrevistados, que afirmaram não ter retorno nas tentativas de contato para buscar acordos e minimizar os conflitos.

Sobre a terceira questão: *“A agenda 2030 da ONU pode ser correlacionada ao turismo, visando minimizar os impactos negativos da atividade e, também, os conflitos dos usos da água em seu desenvolvimento?”*. Observou-se que o turismo possui correlações diretas com os ODS e possibilidades para buscar a gestão sustentável da atividade, podendo corroborar com a minimização dos impactos negativos. Além disso, identificou-se que, quando bem planejado, o turismo pode atuar em conjunto com outros setores, por meio de parcerias, para que os conflitos sejam sanados. Tal parceria também auxilia no atendimento das demandas da comunidade local, do meio ambiente natural e das empresas turísticas, contribuindo para com a manutenção dos recursos naturais e da cultura local, ou seja, caminhando para o desenvolvimento sustentável. O PDT de Brotas já menciona os ODS como metas para dar continuidade à atividade turística no município.

Quanto à última questão: *“Como a gestão de conflitos pode auxiliar na minimização dos impactos negativos derivados do turismo, assim como corroborar para que a gestão do turismo municipal caminhe na direção da sustentabilidade?”*. Verificou-se que a gestão de conflitos é uma ferramenta que busca auxiliar na resolução de problemas, aproximar as pessoas envolvidas por meio da comunicação, e atender as demandas de todos atores envolvidos de forma que ninguém seja prejudicado. Todavia, para aderir a essa ferramenta é necessário que haja disposição, interesse, disponibilidade e estar aberto a negociação e diálogo. Também é necessária a atuação de um mediador, que tenha habilidades para diagnosticar a natureza do conflito, envolvendo-se na resolução do conflito e do problema.

Em relação aos pressupostos da pesquisa, todos foram confirmados, ou seja, identificou-se que: (a) sim, existem conflitos diretos relacionados aos usos da água do Rio Jacaré-Tietê em Brotas que impactam as atividades econômicas do município; (b) que existem pressões que a gestão pública municipal de Brotas enfrenta para mediar tais

conflitos, sobretudo com o setor do agronegócio, e tem desafios para com a gestão futura da atividade turística – marca principal de Brotas; (c) é necessário absorver e relacionar os objetivos de desenvolvimento sustentável para o desenvolvimento do turismo em âmbito municipal, para que os impactos dessa relação sejam positivos e todos os aspectos da sustentabilidade sejam alcançados, o que já está previsto no PDT do município; (d) e que a gestão de conflitos do uso da água, considerando os aspectos da sustentabilidade envolvidos, pode subsidiar o desenvolvimento da atividade turística em Brotas/SP, desde que haja interesse dos envolvidos em discutir sobre a conservação da água, bem vital e necessário para as atividades econômicas de Brotas, assim como ter um espaço de diálogo em que todos possam expor suas demandas e necessidades.

Alguns desafios ainda permeiam os conflitos dos usos da água em Brotas, principalmente com relação à comunicação entre os atores envolvidos. Por se tratar de um bem essencial à vida, a conservação da água precisa estar em constante discussão e presente nas tomadas de decisão do município, pois as consequências da ausência de diálogo e propostas que diminuam os impactos negativos ao rio Jacaré-Pepira, são sentidos por todos os munícipes direta e indiretamente, afetando inclusive toda região em que Brotas se encontra.

Ter um espaço, que não necessariamente seja único e fixo, em que todos os interessados possam se sentir livres para expor suas demandas, necessidades, ideias, propostas e sugestões é um primeiro passo para motivar o diálogo. Tornar essas conversas recorrentes, atualiza as demandas e propicia que as informações sejam repassadas para mais pessoas. Destinar mediadores que tenham habilidades para intermediar os conflitos e busquem alternativas que atendam às demandas, é um outro passo para que os envolvidos sintam confiança em compartilhar suas ideias.

Para que a gestão de conflitos obtenha resultados positivos, é imprescindível que haja a participação da comunidade local nas tomadas de decisão. Dessa forma, criam-se vínculos culturais que são importantes para valorização e identidade cultural do município.

Ademais, por mais que sejam diversos atores envolvidos nos conflitos do uso das águas em Brotas, a gestão pública municipal tem papel fundamental de promover, por meio da intersectorialidade, iniciativas que demonstram abertura para o diálogo e acordo. A gestão pública municipal em turismo, por sua vez, tem o compromisso de estabelecer medidas, por meio do planejamento, que almejam otimizar o potencial de contribuição do turismo ao bem-estar humano e à conservação e equilíbrio dos recursos naturais.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Quais as principais atividades econômicas do município de Brotas?
2. Existem relações diretas destas atividades com a bacia Jacaré-Tietê? Quais?
3. Há projetos/programas/ações voltados para a conservação da Bacia?
4. Qual a participação da população local nas atividades econômicas e nas questões ambientais referidos?
5. Quais são os maiores impactos (positivos e negativos), derivados das atividades econômicas e das questões ambientais, que ocorrem na bacia?
 - O que pode afetar diretamente?
 - Quais as consequências?
 - Como poderia evitar?
 - Como manter o equilíbrio entre as atividades?
0. Considerando a sustentabilidade, quais as pressões existentes? (Gestão Pública)
0. Enxerga Conflito? Qual(ais)? Com relação às atividades do turismo?
0. Quais os possíveis caminhos para conciliar a atividade turística e a conservação da água?
0. Quais os maiores desafios para gestão destas atividades, levando-se em consideração sustentabilidade?
0. Como você enxerga a atividade turística e a sustentabilidade de Brotas no futuro?
0. Quais programas, projetos e ações (políticas públicas) são necessários para a gestão ambiental e turística?
 - Você enxerga parceria?
0. Você conhece algum/alguns ODS que já são aplicados no município com relação ao turismo? Qual(is)? Como aproximar os ODS para o desenvolvimento do Turismo?
0. Conhece alguém que poderia contribuir com a pesquisa? Tem algum material que conhece sobre o assunto?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Doutoranda em Ciências Ambientais do Programa de Pós-Graduação da UFSCar.

Pesquisadora Responsável: Roberta Dias de Moraes Ribeiro

End.: Rua Iwagiro Toyama, 96. Apt 11. Jardim Paulistano, São Carlos-SP.

Telefone: (11) 942593923

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução CNS 510/2016)

O(A) Sr.(a). está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “CONFLITOS DO USO DA ÁGUA EM BROTAS/SP: SOB A PERSPECTIVA DOS ENLACES ENTRE TURISMO E SUSTENTABILIDADE”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCam) da UFSCar. Nesse estudo, objetiva-se analisar os desafios e os conflitos do uso da água em Brotas/SP, sob a perspectiva dos enlaces entre turismo e sustentabilidade. Portanto, o contato com o senhor(a) e demais entrevistados(as) está sendo realizado por meio virtual (e-mail,) com o seguinte convite:

Você foi selecionado(a) para participar de uma pesquisa sobre: “Conflitos do uso da água em Brotas/SP: sob a perspectiva dos enlaces entre turismo e sustentabilidade”, por atuar nas atividades econômicas/turísticas/ambientais do município de Brotas/SP, e, portanto, poder trazer contribuições acerca da gestão, planejamento e execução destas atividades. Nesse sentido, a sua valiosa participação envolverá apenas uma conversa presencial, sobre os conflitos, impactos e desafios do uso da água no município de Brotas/SP, bem como sobre as atividades econômicas e questões ambientais que permeiam o tema deste estudo. Essa pesquisa é desenvolvida por mim (Roberta Dias de Moraes Ribeiro), doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da UFSCar, sob a orientação do Prof. Frederico Yuri Hanai da UFSCar, e tem por objetivo analisar os desafios e os conflitos do uso da água em Brotas/SP, sob a perspectiva dos enlaces entre turismo e sustentabilidade. Por isso, gostaria de saber se você possui interesse, disponibilidade para uma conversa (entrevista) e poderá contribuir com minha pesquisa, ressaltando que a sua participação será muito importante e permitirá a conclusão da Tese de Doutorado.

Qualquer dúvida, pode entrar em contato comigo por aqui, por e-mail ou pelo meu telefone/whatsapp também (11) 942593923.

Desde já agradecemos. Aguardamos o retorno.”

A sua participação nesse estudo não implica em nenhum custo para você, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre todos os aspectos do estudo e estará livre para participar, recusar e interromper a sua participação. A sua participação é voluntária e não acarretará nenhuma penalidade ou modificação na forma em que é atendida pela pesquisadora. A entrevista será gravada por meio de áudio, com sua permissão. Caso seja realizada a gravação, o material gerado será acessado somente pela entrevistadora e posteriormente excluído.

A pesquisadora irá tratar sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(a) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar desta pesquisa.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar, que, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem a responsabilidade de garantir e fiscalizar que todas as pesquisas científicas com seres humanos obedeçam às normas éticas do País, e que os participantes de pesquisa tenham todos os seus direitos respeitados. O CEP-UFSCar funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís, km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Email: cephumanos@ufscar.br. Telefone (16) 3351-9685. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos do estudo “CONFLITOS DO USO DA ÁGUA EM BROTAS/SP: SOB A PERSPECTIVA DOS ENLACES ENTRE TURISMO E SUSTENTABILIDADE”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

São Carlos, ____ de _____ de 2023.

Nome do(a) participante: _____

Assinatura